

**Luís Carlos Eblak de Araújo**

**O *VERSUS* E A IMPRENSA ALTERNATIVA**  
**Em busca da identidade latino-americana**  
**(1975-1979)**

Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH  
(Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas)  
da Universidade de São Paulo  
Área: História Social  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida de Aquino

Universidade de São Paulo  
São Paulo  
2001

Aos meus amores,  
Eliana e Catherine

## Índice

Resumo / Abstract .....	02
Agradecimentos .....	03
Introdução .....	04
Parte I .....	37
Fundação.....	42
Mudança de enfoque.....	73
Fim da fase Faerman .....	80
Anexos .....	85
Parte II .....	95
Presente .....	97
Passado .....	116
Conclusões .....	120
Bibliografia .....	130

## Resumo

Este trabalho representa uma análise do jornal da imprensa alternativa *Versus*, que circulou em São Paulo e posteriormente em algumas capitais brasileiras entre 1975 e 79 –durante, portanto, o regime militar no Brasil (1964-1985).

Fiz uma pesquisa junto à coleção completa do periódico –ao todo, 34 edições–, buscando analisar em seus textos a visão que este jornal tinha da América Latina, um de seus principais temas nos quatro anos de existência.

Colhi alguns depoimentos de jornalistas participantes de *Versus* e consultei também, apenas como fonte de apoio, outros jornais da época estudada.

A originalidade desta pesquisa consiste no fato de se tentar traçar a visão que *Versus* tinha da América Latina, questionando o papel deste jornal no cenário da imprensa brasileira dos anos de 1970.

**Palavras-chave:** Imprensa alternativa, Estado autoritário, América Latina, jornalismo e abertura política.

## Abstract

An analysis of the brazilian newspaper *Versus* was performed. This newspaper was distributed in São Paulo city and others brazilian metropolis between 1975 and 1979 –during the authoritarian governement in Brazil (1964-1985).

I have searched the *Versus* collection –34 editions. I have analysed their texts about Latin America –one of the his main subject.

I have done any interviews with journalists from *Versus*. I've consulted too two others newspapers of the seventies.

The attempt of understanding *Versus'* opinion of Latin America is the originality of this research.

## Agradecimentos

A lista de agradecimentos é longa. Começo agradecendo à minha família. Minha mulher, Eliana, me incentivou desde o início. Minha filha, Catherine, mesmo sem saber, me ajudou sempre. Meu pai, Raimundo, minha irmã, Irene, minha mãe, Carlota, todos tiveram participação significativa em momentos decisivos. Minha cunhada, Cláudia, minha sogra, Regina, e meu sogro, Haroldo, também me auxiliaram bastante.

Minha dissertação existe graças à minha orientadora, Maria Aparecida de Aquino. Ela acreditou em mim desde muito antes de eu ingressar na pós-graduação. Durante a pesquisa, ela apostou em mim sempre. Não tenho palavras nem sei como agradecê-la. A professora Maria Lígia Coelho Prado está presente em minha vida acadêmica há exatos dez anos. Foi ela quem incentivou minha curiosidade em estudar América Latina. Neste trabalho, também teve atuação marcante, sobretudo com as dicas dadas durante o exame de qualificação. Também sou grato a Marcos Antonio da Silva, pelas palavras de incentivo.

De uma só vez, tento agradecer a todos os jornalistas amigos meus que me ajudaram. Começo por uma instituição onde trabalho: o jornal *Folha de S. Paulo*, que apóia e incentiva que seus profissionais aprimorem seus conhecimentos e busquem sempre uma formação melhor, como fiz neste mestrado. Graças ao jornal, tive um “brecha” de tempo para concluir as disciplinas obrigatórias. Quero agradecer de forma destacada os jornalistas Luiz Egipto, Adalberto Leister Filho –também colega de mestrado–, Luiz Carlos Ramos, Ana Estela Souza Pinto, Joel Silva e Luciana Constantino. Angelo Sastre, Marcelo Toledo, Rogério Pagnan, Evandro Spinelli, Carolina Alves, Rodrigo Garavini, Lucio Piton, Edson Silva, Clayton Freitas, Marina Rossini e Livia Cerezoli, todos de minha equipe de redação de Ribeirão Preto (SP), fizeram o possível para agüentar semanas de sacrifício para trabalhar no jornalismo diário da cidade sem seu editor. Sem eles, meu trabalho estaria comprometido. Da *Folha*, também agradeço Ricardo Perrone, Maurício Puls, Rubens Linhares, Luís Fernando Bovo, Fábio Soares, Sylvia Colombo, José Alan Dias, Vanessa Adachi e a todos da editoria de regionais, que de certa forma também “trabalharam mais” por causa de meu mestrado. Também tiveram importância para mim: Luiz Maklouf Carvalho, Carlos Eduardo Lins da Silva, Lúcio Flávio Pinto e Bernardo Kucinski.

Lília Spíndula, da biblioteca da PUC/SP; Antonio Paulo Carretta, do Banco de Dados da Folha; Vilma Oliveira, da biblioteca da ABI; e os funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth foram todos prestativos. Quero agradecer também a J. S. Faro e à família de Marcos Faerman, especialmente Laura Faerman, Marilsa Taffarel e Maria Aparecida Lomônaco, a Nina.

## INTRODUÇÃO

O jornal *Versus* circulou em São Paulo –e, posteriormente, em algumas capitais brasileiras– de outubro de 1975 a outubro de 1979. Teve periodicidade irregular. Começou como bimestral; passou a mensal, mas ficou, em alguns casos, até três meses sem circular. Periódico da chamada imprensa alternativa, seu líder e criador foi o jornalista gaúcho Marcos Faerman. Apesar de curta duração e de um número limitado de edições –34 ao todo–, *Versus* foi um dos projetos editoriais mais radicais e originais do período, principalmente em sua primeira fase. Uma de suas principais temáticas é a América Latina, região que convivia naquela época com vários governos militares autoritários. Seus jornalistas vão discutir ao longo dos exatos quatro anos a história e a cultura latino-americanas e vão tentar buscar uma suposta identidade entre os países que compõem essa região da América.

Inserido no período chamado de abertura política –levada a cabo pelo presidente Ernesto Geisel (1974-79)–, o jornal paulistano também sofreu divisões internas, refletindo a época de incertezas que vivia o país após a primeira década do regime militar. Com rachas entre grupos distintos no quadro de colaboradores e editores, o jornal se divide em duas fases: a primeira, comandada por Faerman, vai do número 1 (outubro de 1975), passa pela edição 12 (julho/agosto de 1977), quando a Liga Operária (que fundaria dentro do jornal a CS, sigla para Convergência Socialista) começa a atuar de forma mais destacada em *Versus*; e termina na 24 (setembro de 1978); o período decadente toma conta de seus dez últimos números –é nesse momento que o periódico fica totalmente nas mãos da CS após a saída do jornalista gaúcho e de sua equipe de *Versus*.

A importância de estudar o jornal *Versus* consiste em dois pontos básicos: 1) a imprensa assume, sobretudo a partir do governo Geisel, uma das principais funções na articulação política do período, segundo observam Celina Rabello Duarte<sup>1</sup> e Alfred Stepan;<sup>2</sup> 2) dentro da imprensa alternativa –um dos grupos atuantes nessa articulação–, *Versus* assume o discurso em busca da discussão sobre a América Latina e tenta questionar aquele período –segunda metade dos anos de 1970– a partir desse debate, apresentando-se, então, entre os centenas de jornais alternativos, como uma publicação diferenciada. Nesse debate, a discussão sobre a América Latina torna-o um meio de comunicação conscientizador sobre os diferentes governos autoritários de países sul-americanos nos anos de 1970.

---

<sup>1</sup> DUARTE, Celina Rabello, *Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974/78*, São Paulo, PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1987 (dissertação de mestrado), p. 72.

<sup>2</sup> STEPAN, Alfred, *Os Militares: da Abertura à Nova República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

Numa dissertação de mestrado em ciências políticas pela PUC/SP em 1987, Celina defende a idéia segundo a qual a imprensa teve papel atuante no processo de liberalização do regime político da época.

*“A nova orientação política que o governo Geisel daria ao regime militar, com seu projeto de ‘distensão lenta, gradual e segura’, teria início justamente através do relaxamento gradual da censura à imprensa e da tentativa de recuperar as boas relações entre o governo e a imprensa.”* E continua: *“No entanto, dada as ambigüidades inerentes a um projeto de liberalização política gradualista e controlada [...], ao mesmo tempo em que se concedeu um espaço mais largo à liberdade de imprensa, foram mantidos e acionados, durante o governo Geisel, todos os instrumentos de censura e repressão.”*<sup>3</sup>

Segundo a autora, devido a vários acontecimentos do período, a imprensa acaba se beneficiando em relação a outros grupos sociais.

*“À imprensa liberalizada caberá um papel privilegiado neste processo [de abertura], na medida em que os demais mecanismos de debate e de articulação política da sociedade viam-se destruídos ou debilitados pela repressão dos governos precedentes.”*<sup>4</sup> E completa: *“Na medida em que a liberalização da imprensa não foi acompanhada de processos semelhantes, no que diz respeito às demais organizações e instituições da sociedade, reforçou-se sua preponderância como mecanismo de articulação política e enquanto esfera privilegiada à socialização do debate político-ideológico. É através dela que surgem os novos temas políticos; que se manifesta a pluralidade de pontos de vista e de interesses, em torno dos temas controversos; e que os debates em torno deles são levados ao conhecimento público. Numa situação como essa a imprensa tem maior autonomia para ponderar os temas que devem ser privilegiados no debate político e para conceder autoridade e publicidade a determinadas idéias, grupos ou pessoas.”*<sup>5</sup>

Celina se refere, quando fala de outros mecanismos de debate, a partidos políticos —o país vive sob um bipartidarismo (com a Arena, o partido do governo, e o MDB, de oposição) desde 1965—, sindicatos e associações de classe.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> DUARTE, op. cit., p. 42. É importante destacar que, apesar de reconhecer a importância que teve a imprensa alternativa nesse processo, a autora não inclui em seu estudo o conjunto desses jornais, restringindo-se apenas à chamada grande imprensa. Segundo ela, essa escolha se fez devido à “dificuldade prática e metodológica para dar conta de todo esse universo [além da grande imprensa e da alternativa, os jornais regionais, os de bairro, os setoriais, os especializados, os de partidos, os de sindicatos, entre outros] [...]”. Ver pp. 11-12.

<sup>4</sup> DUARTE, op. cit., p. 60. A autora utiliza um termo adequado para tratar do assunto: “imprensa liberalizada”. Vale lembrar a definição para governos de regimes autoritários em processo de abertura política, pós-1974, de Guillermo O’Donnell: liberalização. A autora não faz menção a O’Donnell.

<sup>5</sup> DUARTE, op. cit., p. 73.

<sup>6</sup> É importante assinalar que o processo de abertura comandado por Geisel e pelo então coronel Golbery do Couto e Silva tem idas e vindas. Basicamente, o projeto de distensão encontrava resistência por parte dos militares da chamada linha-dura, ou seja, aqueles que formavam o aparelho repressivo das Forças Armadas. Um exemplo dessa irregularidade é a própria censura aplicada aos jornais do período. Em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal da Tarde*, a censura durou de 1972 (ainda no governo Médici) até 1975. Já nos alternativos *Opinião* e *Movimento*, foi diferente. No primeiro, os censores entraram na redação em 1972, mas esse processo só acabou em 1977, quando o jornal decidiu cessar sua publicação. Em *Movimento*, a censura começa exatamente após a liberalização ocorrida em *O Estado* e no *JT*: de 1975 a 78. Também é preciso lembrar que essa liberalização da imprensa não se deu de forma radical. A dizer: não acabou o controle sobre

Em trabalho publicado um ano antes que o de Celina, o norte-americano Alfred Stepan também destaca a importância da imprensa nesse período.

*“Para Geisel, o primeiro passo na reconstituição do poder implicava o abrandamento da censura à imprensa. ‘Censores são ineptos’. Ele sublinhou que a existência da censura permitiu aos extremistas fazer acusações sem direito de resposta mesmo contra o governo.”* Continua:

*“Segundo Golbery, a comunidade de segurança prosperava numa atmosfera de trevas e mistério. Os abusos não eram documentados, os excessos não eram checados. Para contrabalançar esse comportamento da comunidade de segurança, sentiu que o primeiro passo importante seria gradualmente começar a liberalizar a imprensa. Com essa finalidade passou um bom tempo antes e depois da posse de Geisel em comunicação direta com os principais jornalistas e editores, tentando persuadi-los dos objetivos do processo de abertura, enquanto sensibilizava-os a respeito dos constrangimentos que ele e Geisel enfrentavam por parte da oposição representada pela linha-dura.”<sup>7</sup>*

O segundo ponto que eu considero importante para o estudo de *Versus* diz respeito ao debate em torno da América Latina. Em primeiro lugar, essa discussão se revela única entre os jornais da imprensa alternativa e entre os da grande imprensa. Em segundo lugar, vale destacar que *Versus* é um dos representantes de uma linhagem de jornais alternativos mais ligada à cultura, ao lado de *Ex*, *Mais Um*, *Bondinho*, entre outros. Há poucos –senão nenhum– trabalhos acadêmicos sobre esses órgãos. Por outro lado, jornais de outra linhagem da imprensa alternativa, aqueles chamados por Bernardo Kucinski de “revolucionários” –ou seja, mais engajados politicamente e muitos ligados a partidos ou organizações clandestinos–, já têm vários estudos a respeito, alguns deles específicos, como as pesquisas de J. A. Machado (sobre *Opinião*), Maria Aparecida de Aquino (*Movimento*) e Luiz Maklouf Carvalho (*Resistência*), por

---

a imprensa no governo Geisel. Mesmo no governo de João Baptista Figueiredo (1979-85), houve mecanismos de controle. Um deles, que pode ser enquadrado como uma espécie de censura, eram as perícias fiscais e contábeis feitas em jornais da imprensa alternativa com o intuito de acabar com eles. Essas auditorias começaram a ser feitas após sugestão de um documento do CIE (Centro de Informações do Exército) que relatou a ação da imprensa alternativa. Ver a esse respeito CAPARELLI, Sérgio, *Comunicação de Massa Sem Massa*, São Paulo, Summus, 1986, p. 63 e pp. 114-118 (estudo do CIE).

<sup>7</sup> STEPAN, Alfred, op. cit., p. 48. O general Golbery do Couto e Silva é, ao lado de Geisel, um dos responsáveis pelo processo de abertura política a partir de 1974. Em entrevista em 1997, o ex-presidente João Baptista Figueiredo (1979-85) afirma que quem decidiu inicialmente pelo processo de abertura foi o general Emílio Garrastazu Médici –também presidente entre 1969 e 74. Ele diz que o processo só não começou com Médici porque a oposição armada não permitiu. *“Parece que [os militantes da luta armada] não queriam que houvesse abertura. E aí começaram a hostilizar as forças armadas de tal jeito, que ele [Médici] ficou impedido. E faziam de uma maneira que ele ficava em palpos de aranha porque atacavam justamente os diplomatas estrangeiros. Mas atacavam a nós. Ele foi então obrigado a tomar providências e a adiar o projeto. Deixou para o Geisel. O Geisel entrou determinado a fazer isso.”* COUTO, Ronaldo Costa, *Memória Viva do Regime Militar – Brasil: 1964-1985* (depoimentos), Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 179. Antes de ser presidente, Figueiredo foi ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência com Médici e ministro-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações) no governo Geisel.

exemplo.<sup>8</sup> Por isso, acho necessário o estudo específico sobre o *Versus* e aponto a importância para futuras pesquisas de mais jornais da imprensa alternativa.

Ainda sobre essa questão, uma observação atual. Passados mais de 20 anos após o fim dos governos autoritários na América Latina –situação comum na região entre os anos de 1960 e 70 principalmente–, países de línguas espanhola e portuguesa em nosso continente continuam vivendo experiências similares. Luta por uma democracia mais justa, constantes crises econômicas, desigualdade social, momentos de descrédito dos três poderes e ausência de qualidade de vida de seus moradores –incluindo aqui a terrível falha dos sistemas públicos de saúde e educação– são apenas alguns dos temas comuns conhecidos pelos latino-americanos. No entanto, apesar desses assuntos de interesse geral para brasileiros, argentinos e chilenos, por exemplo, pouco se lê na imprensa sobre eles. É mais fácil para um brasileiro que vive no centro urbano mais desenvolvido do país ter notícias sobre os Estados Unidos e outros países da Europa do que qualquer outra informação sobre nossos vizinhos da América Latina. Argentina e Chile –só para ficar em dois países vizinhos– só entram com algum destaque no noticiário da imprensa brasileira quando ocorre alguma tragédia ou quando a crise argentina faz alterar os rumos das bolsas financeiras do mundo. O que quero dizer é que, apesar de o Brasil estar próximo de seus vizinhos latino-americanos –às vezes lado a lado–, a distância cultural entre esses países é enorme. O que *Versus* tentou mostrar na década de 70 é exatamente isso: independentemente de existir ou não uma identidade latino-americana, há muitos aspectos em comum entre os países dessa região que poderiam ajudar a talvez, juntando e trocando experiências, estudar formas de amenizar os problemas na América Latina. Meu objetivo com este trabalho é também despertar o debate sobre o assunto porque acho que a discussão sobre nosso relacionamento com outros países latino-americanos é importante.<sup>9</sup>

Aproveitando-se do processo de liberalização da política brasileira nos anos 70, a imprensa alternativa –também chamada de nanica– teve uma participação destacada na história do país durante o regime militar (1964-85).

---

<sup>8</sup> Ver, entre outros, J. A. Machado, *Opinião x Censura*, Porto Alegre, L&PM, 1978; Maria Aparecida de Aquino, *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O Exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*, Bauru, Edusc, 1999; e Luiz Maklouf Carvalho, “Apontamentos para a história do jornal *Resistência*”, In *O poder da imprensa alternativa pós 64, histórico e desdobramentos*, Rio de Janeiro, RIOARTE, 1985.

<sup>9</sup> Não há como eu deixar de mencionar que no final de 2001, a Argentina se tornou manchete de vários jornais brasileiros. Para isso, esse país teve de passar por uma onda de saques realizados por moradores contra supermercados, o que levou o então presidente Fernando de la Rúa a decretar estado de sítio. Numa situação delicadíssima, a crise entre os argentinos provocou a renúncia de De la Rúa. Ver, por exemplo, as manchetes da *Folha de S. Paulo* em dois dias seguidos: “Argentina decreta estado de sítio” (20/12/2001) e “Revolta pára Argentina e leva De la Rúa à renúncia” (21/12).

Nesses 21 anos, surgiram cerca de 150 periódicos (um autor fala em 300)<sup>10</sup>, que de certa forma se aglutinaram hasteando na maioria dos casos uma única bandeira: a de oposição ao governo dos generais. Alguns foram apenas periódicos efêmeros, durando tão-somente poucas edições –às vezes só uma–, sem ganhar importância relevante na história contemporânea da imprensa. Outros se consolidaram, prolongando sua existência por vários anos, registrando seu próprio estilo, até chegarem ao nível, pelo menos em sua durabilidade, de qualquer de jornal da grande imprensa.<sup>11</sup> Uma característica própria desse tipo de imprensa é sua capacidade de diálogo permanente com a grande imprensa, um sistema pelo qual sempre os jornais nanicos estarão em contato direto com os outros periódicos. Há uma troca de profissionais e de idéias entre a grande imprensa e os jornais alternativos. Nesse sentido, pode-se dizer que há um processo de retroalimentação entre a grande imprensa e a imprensa alternativa.

Um exemplo claro disso é jornal considerado o pioneiro<sup>12</sup> da imprensa alternativa, *Pif Paf*, de Millôr Fernandes, que aparece no Rio de Janeiro, ainda em 1964, dois meses depois do golpe. A idéia desse periódico se origina antes do regime militar, em 63, quando Millôr teve um problema com *O Cruzeiro*. O jornalista tinha um seção na revista de Assis Chateaubriand chamada “Pif-Paf” (com hífen), onde mostrava sua irreverência e fazia críticas hilárias ao governo (numa delas, por exemplo, de 7 de junho de 1945, ele anunciava que Getúlio

<sup>10</sup> Quem fala em 150 periódicos é KUCINSKI, Bernardo, *Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, São Paulo, Scritta, 1991, p. XIII. CHINEM, Rivaldo, *Imprensa Alternativa – Jornalismo de oposição e inovação*, São Paulo, Ática, 1995, p. 7, fala em 300. Particularmente, tendo a achar que Kucinski esteja certo, pois o número de 300 me parece um pouco exagerado.

<sup>11</sup> Utilizo a definição de grande imprensa de Aquino, op. cit., p. 37. “*Qualifica-se de grande imprensa – e aqui o termo aparece por oposição a uma imprensa de pequeno porte – os órgãos de divulgação cuja veiculação pode ser diária, semanal ou mesmo que atuem em outra periodicidade, mas cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para sua sobrevivência. À grande imprensa, como aliás, à toda imprensa convencional de conotação liberal (de pequeno, médio ou grande porte), não se permite viver somente com a venda em bancas ou com assinaturas, dado que costuma atingir um grande estado na federação, ou, na maior parte das vezes, a quase totalidade do país. A diferença, portanto, entre imprensa convencional de pequeno, de médio e de grande porte está no tamanho do empreendimento e na divulgação que possui. A grande imprensa conta com esquemas de divulgação nacional e mesmo, às vezes, com uma veiculação que abrange algumas praças internacionalmente.*” A autora cita como exemplos de grande imprensa: *O Globo* (RJ), o *Jornal do Brasil* (também do Rio), *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* como diários; como revista, a *Veja* (também de São Paulo). Aquino não considera grande imprensa jornais limitados às suas praças de origem, como é o caso da *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> Estou me baseando no trabalho de Kucinski, op. cit.. Rivaldo Chinem dedica dezenas de linhas de seu trabalho para falar de um jornal de Belo Horizonte, *Binômio*, que surgiu em 1952 e foi fechado pelo Exército em 64. Só depois, ele cita *Pif Paf* nas origens da imprensa alternativa. Kucinski, p. 9, também fala do *Binômio* como um dos “veículos precursores da imprensa alternativa”. Na minha opinião, o caso do *Binômio* mereceria um estudo à parte para se ter um parâmetro sobre seu pioneirismo ou não em se tratando de imprensa alternativa. Minha impressão é que esse periódico mineiro foi um fato isolado e não teria relação com o grupo de dezenas de jornais alternativos surgidos no pós-64. Millôr Fernandes também afirma que, antes de *Pif Paf*, ele “*tinha tido algumas experiências de imprensa alternativa*”, na revista *Voga*, de 1950. Ver *Imprensa Alternativa & Literatura – Os Anos de Resistência*, Rio de Janeiro, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1987, p. 14.

Vargas estava fazendo regime para emagrecer<sup>13</sup>). Lá, o texto era de autoria de Millôr e os desenhos, do cartunista Péricles, que ficou célebre na mesma publicação com a criação do personagem “O Amigo da Onça”. Só que um texto seu publicado em *O Cruzeiro* gerou a revolta de alguns setores da sociedade. Tratava-se de “A Verdadeira História do Paraíso”, uma sátira herética à história bíblica que deixou irada principalmente a Igreja Católica. Para fazer a diplomacia, a revista escreveu um editorial responsabilizando Millôr por ter publicado o texto, de dez páginas, sem o consentimento da direção, como se isso fosse possível numa empresa como a Diários Associados. Devido ao episódio, o jornalista se demitiu do periódico, processou a empresa na Justiça e ainda ganhou uma indenização<sup>14</sup>. Depois desse episódio, nasceu a revista *Pif Paf* (sem hífen). “*Uns amigos meus me pressionaram para que eu fizesse Pif Paf, autônomo, independente. Então eu fiz o Pif Paf.*”<sup>15</sup>

Como Millôr, outros jornalistas tiveram problemas parecidos. Em 1967, Ziraldo lançou no *Jornal dos Sports* o suplemento “Cartum JS”, cujo espírito era o humor em charges. Quase que ao mesmo tempo, Ziraldo estréia em *O Cruzeiro* com “Centavo”, também inovando nos cartuns. No mesmo ano, o cartunista Fortuna havia lançado o suplemento “Manequino”, no *Correio da Manhã*. Quase que de uma só vez, as três publicações são suspensas por seus respectivos jornais. No *Jornal dos Sports*, quem mandou fechar o Cartum JS foi Nelson Rodrigues –da família proprietária do diário. Ele estava alarmado com as críticas feitas ao governo e tomou a decisão. O grupo passa então a alimentar a idéia de que era necessário fundar uma revista aos moldes de *Pif Paf*, à época já com suas atividades encerradas. Começou-se então a nascer a idéia de *O Pasquim*.<sup>16</sup>

Em 1969, os cartunistas que perderam seus espaços na imprensa convencional se juntaram a Jaguar, Claudius, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Carlos Proserpi, Luiz Carlos Maciel, entre outros. O encontro foi numa mesa de bar do Rio de Janeiro. Chegaram a cogitar um alternativo surgido em agosto do ano anterior, *Carapuça* (título que era de Sérgio Porto, o Stanislaw Ponte Preta, que morrera naquele ano), para fazer a tal revista, mas a idéia foi refutada. Primeiro, não entraram em acordo como seria a sociedade. Depois, discutiram o nome. Maciel lembra que foi contra *O Pasquim*, pois seria “um lugar-comum”, mas o nome acabou agradando a todos. Ponto final.

O primeiro número, a 26 de junho de 1969, estourou em vendas. Foram vendidos os 20 mil exemplares. No número seguinte, acabaram todos os 30 mil e, depois, 40 mil. O crescimento foi contínuo, até se estabilizar em janeiro de 70, na

<sup>13</sup> Conforme reprodução publicada em MORAIS, Fernando, *Chatô – O Rei do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 425.

<sup>14</sup> Ver MORAIS, Fernando, *op. cit.*, p. 637.

<sup>15</sup> *Imprensa Alternativa & Literatura...*, *op. cit.*, pp. 13-14.

<sup>16</sup> BRAGA, José Luiz, *O Pasquim e os Anos 70: Mais pra Epa que pra Oba*, Brasília, Editora UnB, 1991, pp. 24-25.

casa dos 225 mil. Bernardo Kucinski faz uma comparação entre o sucesso de *O Pasquim* e o do *Village Voice*,<sup>17</sup> o pioneiro da imprensa underground norte-americana.

“O vigor do fenômeno *O Pasquim* pode ser medido pelo crescimento lento do *Village Voice*, que só começou a dar lucro sete anos depois de lançado. Em 1967, com 12 anos de circulação, *Village Voice* vendia apenas 75 mil exemplares”.<sup>18</sup>

Além da institucionalização do humor na imprensa brasileira, *O Pasquim* vai revolucionar na linguagem. Introduce o palavrão no jornalismo, em pleno anos 60, e inaugura o texto na linguagem coloquial, oral, das ruas da zona sul do Rio de Janeiro. Essa invenção, como todo o jornal, é quase um acaso, como conta Jaquar:

“A primeira entrevista de *O Pasquim* foi com o Ibrahim Sued, feita pelo Sérgio Cabral, pelo Tarso e por mim. Tirei [a entrevista corrida] do gravador quase na hora de ir para a gráfica. Sérgio disse: ‘falta fazer o copydesk’. Eu nunca tinha ouvido falar naquilo, era apenas um chargista. Tarso e Cabral já eram jornalistas tarimbados. Tem de botar em linguagem jornalística’. Finquei o pé, insistindo que estava ótimo e só ganhei a partida porque não dava tempo, estava na hora do jornal rodar.”<sup>19</sup>

Estava inaugurado o estilo pasquiniano de texto.

O que *O Pasquim* fez foi popularizar a imprensa alternativa, pois grande parte de seus jornais vai estar marcada por uma característica marginal, quase exclusivamente reservada aos meios intelectuais do eixo Rio-São Paulo, como foi *Pif Paf*. Com ele, esse tipo de imprensa se tornou um produto da classe média e, como observa Kucinski, um produto de grife a ser exibido pelo carioca e por quem viesse a comprá-lo. Nesse contexto de *O Pasquim*, onde uma geração de cartunistas se firmou com um papel fundamental, é importante lembrar que em *Versus*, os cartunistas também tiveram participação de destaque, embora não no comando do jornal. Foram eles –como Jaime Leão, Luiz Gê, entre outros– que idealizaram o projeto estético de *Versus*, uma parte importante no processo da publicação paulistana.

Antes de *O Pasquim*, alguns alternativos marcaram presença. Reinaldo Jardim, o mesmo que participara na equipe de reforma do *Jornal do Brasil* nos anos de 1960, lançou dois periódicos entre 1967 e 68, *O Sol* e *Poder Jovem*. Nessa mesma época, Raimundo Pereira já havia colocado na praça *Amanhã*. Luís Carlos

<sup>17</sup> O *Village Voice* foi fundado em 1955 em Nova York por, entre outros, Norman Mailer, à época ainda gestando o new journalism que estouraria anos mais tarde. O semanário se diz seguidor do new journalism, mas também de várias tendências criativas dentro do jornalismo e da literatura. É considerado a mais sólida das publicações da chamada imprensa underground dos Estados Unidos. Já ganhou três prêmios Pulitzer, o “Oscar” da imprensa norte-americana. A busca incessante do sucesso de vendas faz Mailer deixar o corpo do jornal no início dos anos 60. Pois só em meados dessa década, o jornal passa dos 100 mil exemplares e chega aos anos 80 com 150 mil. Ver “Our History”, no site oficial do *Village Voice*, [www.villagevoice.com](http://www.villagevoice.com).

<sup>18</sup> KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 155.

<sup>19</sup> KUCINSKI, Bernardo, *op. cit.*, p. 156, citando JAGUAR, *Homenagem aos vinte anos d’O Pasquim*, Rio de Janeiro, Casa da Cultura Laura Alvim, 1989.

Maciel publicou *Flor do Mal* e Luís Fernando Veríssimo, ex-companheiro de Marcos Faerman na *Última Hora*, *Pato Macho*.

A consolidação da imprensa alternativa se dá nos anos 70, justamente depois do surgimento d'*O Pasquim* e do recrudescimento da repressão no regime militar. Ao mesmo tempo em que explodem os números de nanicos, os temas e os estilos também se diversificam ao máximo. Os jornais e revistas alternativos vão tratar de grupos em minorias –como as feministas, de *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, ou como os gays, de *Lampião d'Esquina*–, de literatura, como *Jornalivro*, de Roberto Freire (remanescente de *Realidade* –a revista criada em 1966 pela editora Abril que foi um dos grandes sucessos editoriais da década), de reportagem (*Coojournal* e *Ex*), de política (*Opinião* e *Movimento*) e claro, os culturais, como *Versus*. O boom da imprensa alternativa chega até os anos 80 com *O Amanhã* (nada a ver com o título de Raimundo Pereira dos anos 60), de Davi Capistrano.

Os estilos também são diversos. Enquanto *O Pasquim* explorava o humor e o coloquialismo da linguagem oral das ruas, *Movimento* adotava uma postura mais séria, próxima do modelo adotado pelo francês *Le Monde*<sup>20</sup>. Esse jornal vai inclusive fazer uma parceria com o periódico de Paris e publicar algumas de suas matérias. *Versus*, por outro lado, busca um estilo mais rebuscado, mas próximo da literatura, negando, no entanto, que fizesse literatura.

Mas afinal, o que é imprensa alternativa, ou nanica ou “pequena imprensa”, como dizia o *Versus*?<sup>21</sup>

Para começo do assunto, o termo imprensa alternativa ou nanica não foi usado desde seu aparecimento. Como vimos, mesmo a sua origem de fato, se foi ou não com *Pif Paf*, é uma questão em aberto. O que se pode fazer na verdade é tentar fechar o cerco para o termo pensando em pontos em comum. Primeiro, muitos dos jornalistas que celebrizaram a imprensa alternativa fizeram mais de um periódico. O ex-*Realidade* Sérgio de Souza, por exemplo, fez pelo menos sete. Marcos Faerman, apesar de ser também repórter especial do *Jornal da Tarde*, participou de outros cinco (sendo editor em dois deles, *Versus* e *Ex*). Dentro do grupo que inaugurou uma série de publicações no período pós-64, há uma troca constante de profissionais. Os veículos inclusive faziam publicidade um do outro, como Faerman no *Versus*, que publicava propaganda de vários jornais, como

---

<sup>20</sup> A história do *Le Monde* tem a ver inclusive com a luta contra regimes autoritários. Esse jornal francês nasce em dezembro de 1944 em Paris durante a invasão nazista na França como forma de resistência aos alemães. Sete anos depois, o *Le Monde* apresentaria uma experiência inovadora na gestão de um jornal: 28% das ações da empresa foram divididas entre jornalistas, que formaram o Conselho de Redação, com poder de decisão no periódico. Mas tarde, esse percentual cresceria para 49%. Ver DINES, Alberto, *O Papel do Jornal – Uma Releitura*, São Paulo, Summus Editorial, 1986, p. 112.

<sup>21</sup> FAERMAN, Marcos, “Pequena Imprensa?”, In *Versus*, número 7, dezembro de 1976, p. 42.

*Ovelha Negra* e o próprio *O Pasquim*.<sup>22</sup> Essa reunião de nomes comuns de jornalistas seria um critério para fixar uma data (no caso 1964) a partir da qual se forma a imprensa alternativa. E por que não antes? Talvez porque antes, teoricamente, esse grupo de jornalistas tivesse espaço na grande imprensa. Esta por sua vez estava mais aberta a diferentes tendências por dois motivos principais: primeiro porque não sofria censura de órgãos do governo; segundo porque, num processo ainda nos primórdios da industrialização dos jornais, o controle sobre os jornalistas era ainda escasso ou no mínimo bem mais modesto. A dizer que esses profissionais –principalmente os repórteres renomados–, diferentemente do que passou a ocorrer nas redações anos mais tarde, tinham certa liberdade

Foi em meados dos anos 70 que se passou a haver uma preocupação desse grupo de jornalistas sobre a clássica pergunta: “afinal, quem somos nós?” Tudo indica que o termo imprensa nanica tenha vindo primeiro. A idéia de usar *nanico* teria sido de publicitários desses veículos para facilitar as vendas de anúncios aos empresários, o que parece não ter dado muito certo. Mas quem teria sido o primeiro a usar o termo imprensa nanica foi o escritor João Antônio, no artigo “Aviso ao Nanicos”, em *O Pasquim* número 318 (final de 75). Depois, Alberto Dines reivindica a criação do termo imprensa alternativa na sua coluna *Jornal dos Jornais*, na *Folha de S. Paulo*, em janeiro de 76.<sup>23</sup> Diz ele que a principal tendência que se cristalizou em 75 foi essa imprensa:

“*Underground, nanica e agora imprensa alternativa. São esses os nomes com que foi batizada a nossa imprensa polêmica. E 1975 foi o ano de sua consagração. Nasceram Movimento, Cadernos de Opinião, Mais Um, Versus, ao mesmo tempo em que se confirmava o sucesso, sem perda das características originais, dos pioneiros Pasquim e Opinião.*”<sup>24</sup>

João Antônio refuta a idéia de que os nanicos sejam underground, como o movimento norte-americano, porque “*essa imprensa não trata o social de uma perspectiva marginal*”. Já Dines irá atribuir a esse grupo de periódicos uma responsabilidade que vai além das expectativas da própria imprensa alternativa. Diz ele que a imprensa alternativa é a vanguarda do jornalismo brasileiro da época. A partir de 1977, o termo imprensa alternativa parece estar mais enraizado. *Versus* passa a publicar no anúncio de publicidade a qualificação “imprensa alternativa” para designar jornais como *De Fato*, *Paca Tatu Cutia-Não*, *O Pasquim*, *Nós Mulheres* e *Invasão*.

<sup>22</sup> São os casos de *Versus* nos números 4 (publicidade do *Ovelha Negra*, p. 10), 9 (*O Pasquim e Movimento*, p. 9), 11 (*De Fato*, p. 35) e 14 (*Fradinho*, p. 40), entre outros.

<sup>23</sup> BRAGA, José Luiz, *op. cit.*, p. 76.

<sup>24</sup> DINES, Alberto, “*Jornal dos Jornais*”, *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 1976.

O próprio *Versus* irá discutir a sua existência, ao lado de companheiros que estão no mesmo barco. Na edição de número 7 (dezembro de 76), questiona o jornal no texto “Pequena Imprensa”, à página 42:

*“Que fenômeno pode se comparar à inventiva explosão da pequena imprensa? As mais variadas experiências em todo o país em linguagens igualmente ricas. A chatice do sociólogos e do economês, das críticas cobertas de universitarismo pedante, sendo chutadas para escanteio. Pontos comuns nas expressões mais vitais da Nova Imprensa: a busca de raízes. A visão não-colonialista, nas frases e desenhos.”*

E cita uma dezena de jornais, dos mais desconhecidos, como *Bar Brazil*, com *z de Zorro*, de Juiz de Fora (MG), *Lampião* (não o gay d’Esquina), de Porto Alegre, e o também gaúcho *Paralelo*.

Até o Exército interpretou a imprensa alternativa nos anos de seu apogeu. Um documento do CIE (Centro de Informações do Exército) de setembro de 1978 apresentava toda uma teoria oficial sobre seus representantes e sugeria alternativas de aniquilar com esse grupo de veículos de comunicação. O documento acabou sendo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 18 de abril de 1979, e mostrava que esse conjunto de veículos de comunicação poderiam ser chamados, além de alternativos, de imprensa nanica ou “independente”. Para o centro, a imprensa alternativa, com “mais de 100 jornais hoje em dia”, tinha a seguinte definição:

*“[...] é a reunião de alguns jornalistas que, não obtendo colaboração adequada nos órgãos existentes, montaram o seu próprio jornal, geralmente em sistema de cooperativa, o qual de proporções reduzidas quanto à tiragem, tamanho e objetivos, concorreria em faixa especial do mercado, oferecendo margem razoável de lucro.”*

Aqui, só um adendo, falar em “margem de lucro” para a imprensa alternativa é uma heresia, já que seus representantes assumidamente detestavam falar em seus jornais enquanto empresas.

De acordo com o CIE, a origem dos alternativos foi o *Pif Paf*, de 1964, de Millôr Fernandes. O documento enfatiza que o mesmo grupo liderada por esse humorista acabou lançando cinco anos depois *O Pasquim*. Sobre essa afirmação do Exército, Millôr Fernandes fez a seguinte declaração anos depois: *“Quem deu a ideologia foi o Exército; eu nem estava pensando nisso, nem sabia que estava começando a imprensa alternativa.”*<sup>25</sup>

O documento também trata os jovens jornalistas que ingressavam nos alternativos como verdadeiros zumbis:

*“A grande maioria dos jovens, saídos das faculdades, dificilmente consegue colocação aceitável nos órgãos tradicionais, tendo em vista o desequilíbrio existente entre a oferta e a demanda de mão-de-obra. Em consequência, são aspirados para esse tipo de imprensa que, bem ou mal, lhes acrescenta experiência profissional e lhes dá condições mínimas, mas de*

<sup>25</sup> A declaração de Millôr está em entrevista feita por Kucinski, *op. cit.*, p. 19.

*sobrevivência, ainda que, para tal, precisem apoiar idéias marxistas e/ou defender pontos de vista contestatórios ao regime do País.*"<sup>26</sup>

Para "resolver o problema", o CIE sugere algumas medidas para acabar com a imprensa alternativa. Entre elas: obrigatoriedade de cada empresa gráfica publicar balancetes; realizações de auditorias contábeis nesses veículos; e proibição de que pessoas enquadradas na LSN (Lei de Segurança Nacional) colaborassem nesses periódicos. As devassas fiscais de fato acabaram sendo usadas contra alguns jornais alternativos, como o *Versus*, por exemplo.<sup>27</sup>

Essas foram as definições produzidas no calor da hora, pelos próprios autores da imprensa alternativa. Mas e depois, o que se falou a respeito?

Na verdade, conceituar essa imprensa não tem sido uma tarefa muito simples, de acordo com a bibliografia a respeito. Não há uma convergência sobre o assunto. Há autores (como o próprio Millôr Fernandes) que dizem que já nos anos 20 se fazia imprensa alternativa, com o Barão de Itararé, no jornal *Amanhã*, de 1926. É claro que a preocupação de Millôr é mostrar diferentes linhagens da imprensa alternativa, sem nenhum critério mais definido.<sup>28</sup> Mas nem se restringirmos a questão para o debate travado no meio acadêmico (Millôr, no caso, fala como participantes da imprensa alternativa), o assunto ganha definição unânime.

Uma primeira definição sobre o termo imprensa alternativa fora do "calor da hora" é de Leila Miccolis, em 1986:

*"Em matéria de alternativos tudo pode acontecer —de revistas de luxo a páginas datilografadas, de encartes que crescem tanto a ponto de se transformarem em revistas suplementos e colunas literárias que divulgam notícias e textos sobre produção independente, mesmo dentro de jornais da grande imprensa. Diante disso, o critério que adotamos para definir o que seria alternativo foi o de listar o que oferecesse algum tipo de resistência contracultural, no sentido amplo: publicações universitárias, de teatro, de música, de vanguarda, de asa delta, de cinema, místico-filosóficas, de fanzines, de grupos estigmatizados (negro, mulher, homossexual, índio), de literatura, de alimentação natural, de quadrinhos, de humor, de crítica aos costumes, de ecologia, de variedades, etc."*<sup>29</sup>

Aqui, percebe-se uma definição bem ampla, que não tem a preocupação de datar um período, nem de buscar um fio condutor entre os veículos de comunicação. Procura-se então atingir uma abrangência para o tema.

<sup>26</sup> Ver CAPARELLI, op. cit., pp. 114-118 (estudo do CIE)

<sup>27</sup> MARCONI, Paolo, *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*, São Paulo, Global, 1980, pp. 307-312.

<sup>28</sup> As declarações de Millôr são extraídas de um seminário sobre imprensa alternativa em 1987, In *Imprensa Alternativa & Literatura...*, op. cit., pp. 16-17.

<sup>29</sup> AQUINO, Maria Aparecida de, op. cit., pp. 119-120, citando *Catálogo de Imprensa Alternativa*, Rio de Janeiro, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular / Rioarte, 1986, pp. 3-4.

No mesmo ano, a professora da ECA (Escolas de Comunicação e Artes) da USP (Universidade de São Paulo) Regina Festa tentava definir a expressão.

*“O termo imprensa alternativa é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 70, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia. Eram espaços nos quais grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político.”*<sup>30</sup>

A autora acerta ao falar da particularidade da imprensa alternativa ao Brasil. A denominação imprensa alternativa não existiu nem nos países vizinhos da América do Sul –que nos anos 60/70 tinham sua imprensa censurada– nem nos países de Primeiro Mundo –o que houve nos Estados Unidos, por exemplo, foi um movimento contracultural na década de 60, quando apareceu por lá a chamada imprensa underground. Mas o que deixa a observação um pouco genérica é a afirmação de que a imprensa alternativa é dos anos 70. Como se sabe, na década anterior já existia esse grupo de jornais, principalmente *O Pasquim*, que é de 1969.

Já *Ciro Marcondes Filho* dá um certo caráter de passividade à imprensa alternativa, talvez tentando inseri-la num contexto estritamente jornalístico.

*“O característico dessa nossa imprensa é a proposta de desvinculação das correntes políticas. A ‘linha’ desses jovens, se é que pode dar esse nome à sua orientação, é somente de se dar espaço e publicidade aos grupos postos à margem dos processos políticos, econômicos e sociais. São, portanto, jornais-instrumento antes de serem jornais-ideologia. Sua proposta é a de serem apenas porta-vozes e não condução desses movimentos.”*<sup>31</sup>

Visto com os olhos de quem fez a imprensa alternativa depois que esta já não existia, pelo menos em sua plenitude, os nanicos tendem a valorizar seu passado. *Raimundo Pereira*, ex-*Realidade*, ex-*Movimento*, ex-*Opinião*, ex-*Veja*, vê nesse grupo de jornais a única representante de papel de fiscalizadora da sociedade e de seus poderes. Para ele, a imprensa alternativa foi *“expressão de uma média burguesia, dos trabalhadores e da pequena burguesia e defendeu interesses nacionais e populares, portanto, condenava o regime (militar).”* *Pereira* não acredita que a grande imprensa, após o encerramento do ciclo alternativo, tenha assumido essa função. Diz ele:

*“[...] a grande imprensa tradicional não retornou e nem retornará, com a liberalização, a um papel normal de dar voz a todos os interesses e promover mudanças, já que é, cada vez mais, expressão de interesses de grupos monopolistas que cada vez menos têm condições de apresentar aos leitores um apanhado completo, organizado e educativo dos acontecimentos*

<sup>30</sup> FESTA, Regina, “Movimentos sociais, Comunicação popular e alternativa”, In FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.), *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*, São Paulo, Edições Paulinas, 1986, p. 16.

<sup>31</sup> MARCONDES FILHO, *Ciro*, *A Capital da Notícia*, São Paulo, Ática, 1986, p. 141. Citado por AQUINO, Maria Aparecida de, *op. cit.*, p. 120.

correntes; logo, os jornalistas dentro dessa imprensa serão, cada vez mais, pessoas fadadas a verem a sua criatividade, o seu espírito crítico, seu temperamento coisificados e alugados.”<sup>32</sup>

Para Sérgio Caparelli, a expressão mais adequada para descrever esse conjunto de periódicos é imprensa alternativa (em contraposição a nanico). Sua definição se baseia no fato de que esses jornais e revistas se apresentavam como uma opção alternativa ao que oferecia a chamada grande imprensa.

“Aqui, alternativa poderia ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe a elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que, no mercado capitalista das idéias, tem como opção uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o status quo.”<sup>33</sup>

Nos anos de 1980, Delfim Afonso Júnior atrela ao termo um significado mais politizado e vê na imprensa alternativa uma instituição quase que exclusivamente à serviço da oposição ao regime militar.

“Conhecido por rubricas diversas –imprensa alternativa, imprensa nanica, imprensa paralela, imprensa independente–, um conjunto diversificado de experiências jornalísticas ganhou impulso, tornando-se um dos canais por onde vazavam críticas sistemáticas ao regime vigente. A nova modalidade de imprensa, ao mesmo tempo política e cultural, recebia, via de regra, o apoio entusiasmado de ampla parcela dos grupos de oposição ao regime, que viam nela um dos escassos meios de difusão de suas propostas.”<sup>34</sup>

Outro autor que vê na imprensa alternativa um conjunto político de oposição é a historiadora Maria Paula Nascimento Araújo. Ela dá, porém, um caráter mais amplo ao termo em relação a Afonso Júnior.

“Durante a ditadura, esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição. A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas ‘alternativos’ ou ‘malditos’ –os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos sociais (englobando nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa –aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada ‘imprensa negra’, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas, etc.).”<sup>35</sup>

<sup>32</sup> PEREIRA, Raimundo Rodrigues, “Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!...”, In FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da, op. cit., p.56.

<sup>33</sup> Ver CAPARELLI, Sérgio, op. cit., p. 45.

<sup>34</sup> AFONSO JÚNIOR, Delfim, **Alternativa Jornalística x Poder Editorial: Uma abordagem dos jornais político-culturais no pós-68**, Brasília, Departamento de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), 1982 (dissertação de mestrado), p. 1. Os trechos sublinhados são do texto original do autor. A obra trata de cinco jornais alternativos: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo* e *Versus*.

<sup>35</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, **A Utopia Fragmentada – As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000, p. 21.

*Versus*, objeto de estudo de Maria Paula, é enquadrado, segundo a autora, no segundo tipo de imprensa alternativa.

J. S. Faro vê na imprensa da época –inserindo no grupo a imprensa alternativa– uma manifestação de profunda criatividade e com resultados culturais positivos.

*“Em outras palavras, como fato cultural, nosso jornalismo foi além dos obstáculos criados pela censura, não apenas do ponto de vista do nível da linguagem que atingiu – identificada por alguns como um ‘novo jornalismo’, a exemplo de movimento semelhante ocorrido nos Estados Unidos, embora de origens diversas–, mas também do ponto de vista técnico com o abandono de padrões tradicionais no formato e na diagramação das publicações. Mais que essas transformações formais, no entanto, parece ter sido o espírito sociológico que orientou essas publicações o fato realmente marcante na imprensa brasileira da última década [de 1970].”*<sup>36</sup>

Faro não separa a imprensa alternativa de outros jornais da época, alegando que os veículos nanicos da época na verdade deram continuidade a um processo reformulador que já vinha ocorrendo na grande imprensa, citando os casos da revista *Realidade*, da editora Abril, e do *Jornal da Tarde*. Uma análise interessante de Faro é a sua explicação para a existência desse processo na história contemporânea da imprensa brasileira. Segundo ele, esse ciclo criativo do jornalismo tem raiz no que ele chama de “núcleo democrático da cultura brasileira”. Quer dizer, houve no país um auge na produção cultural causado pelo curto período democrático pós-queda do presidente Getúlio Vargas, em 1945. *“Esses 18 anos [1946-64], no entanto, e como contrapartida, talvez mesmo em função da fermentação política que o populismo permitia, calaram fundo na consciência de nossas elites culturais.”*<sup>37</sup>

Bernardo Kucinski atrela o termo imprensa alternativa aos anos 60 e 70: a expressão, para ele:

*“[...] contém quatro significados essenciais dessa imprensa, o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção de duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil; e, finalmente, o de desejo de gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam”.*<sup>38</sup>

<sup>36</sup> FARO, J. S., “Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea”, In *Revista de Cultura Vozes*, nº 6, volume LXXI, agosto de 1977, p. 29.

<sup>37</sup> FARO, op. cit., p. 23. Uma observação sobre a análise de Faro, no entanto, acho pertinente. Segundo o autor, a imprensa alternativa não tem características próprias em relação à grande imprensa porque os nanicos têm “se servido, permanentemente, das reportagens feitas pela grande imprensa, tanto a nacional quanto a estrangeira.” E continua: *“E mais: o fato de recorrer à grande imprensa nacional indica que a referência cultural dessa imprensa, a ‘nanica’, é, em nossa opinião, a mesma referência cultural dos grandes jornais, daqueles que guardam as características principais.”* (p. 34) Ora, nesse ponto específico, me parece que o autor está generalizando um pouco, pois “recorrer à grande imprensa” significa reproduzir textos de outros jornais, como *Movimento* e *Opinião* fizeram com reportagens do francês *Le Monde*. Jornais alternativos de reportagens, como *Ex*, *Coojournal* e *Repórter*, se caracterizaram por apresentar grandes textos originais, sem recorrer a outras publicações.

<sup>38</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. XIII.

Para Kucinski, havia basicamente duas classes desse grupo: uma chamada por ele de “jornais revolucionários” –ou seja, os periódicos engajados em política-partidária– e a outra eram os “de jornalistas” –mais voltados à reportagem. A primeira classe tinha:

“[...] raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973 [...]”<sup>39</sup>

Segundo o autor, os representantes dessa linha seriam *Movimento*, *Opinião* e *Em Tempo*.

A outra classe foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico.

“Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção.” Fizeram parte desse grupo *O Pasquim*, *Versus* e *Repórter*.<sup>40</sup>

Maria Aparecida de Aquino contextualiza ainda mais a imprensa alternativa. Nesse sentido, sem levar em conta a questão da circunstância histórica, ela irá dividir a em dois os tipos de imprensa, a convencional e a alternativa. Por um lado, a imprensa convencional, que se organiza em torno dos princípios liberais:

“[...] estruturando-se como uma empresa capitalista que pode atingir pequeno, médio e grande porte (e, nesse caso, é chamada de grande imprensa). Na medida em que se orienta pelos princípios do liberalismo, ela se pauta na suposta defesa da imparcialidade da apuração dos fatos.”<sup>41</sup>

Na imprensa convencional, a empresa sobrevive basicamente dos anunciantes. Por outro lado, a imprensa alternativa ocupa um espaço deixado pela convencional. Pode ser organizada em termos empresariais (como foi o caso de *Opinião*) ou em cooperativas (como o *Coojornal*). Diferentemente da outra imprensa, a alternativa não se pretende neutra, assume seus discursos em nome de diferentes grupos sociais (*Versus*, por exemplo, defendia as questões relativas à América Latina e de seus grupos sociais).

<sup>39</sup> KUCINSKI, op. cit., p. XIV.

<sup>40</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., pp. XIV e XV.

<sup>41</sup> AQUINO, Maria Aparecida de, *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O Exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento*, São Paulo, Departamento de História da USP, 1990 (dissertação de mestrado), pp. 74.

*“A amplitude dessas considerações não pretende limitar o aparecimento deste ou daquele tipo de imprensa a um momento histórico determinado. Entretanto, é necessário que se faça uma distinção, no caso da imprensa alternativa, em relação ao período de grande desenvolvimento que alcançou, no Brasil, entre o final dos anos de 1960, a década de 1970 e o início dos anos de 1980 [...] A fase do boom da imprensa alternativa coincide, portanto, em grandes linhas com o recrudescimento do Estado autoritário brasileiro pós-64, em que se insere a vigência da censura. Assim, é necessário que se acrescente que o recrudescimento do Estado autoritário, a impossibilidade de expressão de todas as correntes partidárias e o conseqüente agrupamento de tendências políticas diversificadas com um posicionamento crítico em relação ao regime dentro da sigla do partido de oposição [permitido] MDB, faz com que esse período seja propício ao desenvolvimento de um tipo específico de imprensa alternativa da qual Movimento faz parte”.*<sup>42</sup>

A existência da imprensa alternativa, no entanto, vai além, na minha concepção. Sem dúvida alguma, as colocações de Aquino e Kucinski estão corretas. A intensificação do regime autoritário após 1968 praticamente fechou as portas da grande imprensa para uma atividade crítica do jornalista, basicamente o espírito da profissão. Sem isso, não restou outra saída a não ser a formação de espaços adequados para tais atividades. Só que, juntando a esses fatos, havia outro aspecto incentivador para a imprensa alternativa. A existência do jornalista na sociedade brasileira estava passando por profundas modificações desde a década de 50. Os conceitos de imprensa e de jornalismo se adaptaram a novas realidades. No lugar de uma imprensa romântica, às vezes ainda ideológica (defendendo interesses de determinados grupos político-partidários), onde a figura do jornalista, principalmente a do repórter, era a alma de todo jornal, estava nascendo na década de 1960, e já era bastante madura nos anos de 70, a nova concepção em que a imprensa, como toda atividade econômica, é uma empresa capitalista que depende de lucro para sobreviver. Tratava-se de uma reforma empresarial realizada nas redações. Isso significou quase que uma revolução nessas empresas de comunicação. Elas deixaram para trás um sistema antigo de produção jornalística e adotaram um novo processo, espelhado na administração de empresas.

Nele, um dos passos foi a construção de uma divisão de trabalho entre os diferentes jornalistas. Assim, o repórter, antes a “alma do jornal”, passou a apenas ter uma das dezenas de funções do periódico. O diário deixou de depender do repórter, aquele que sempre arrumava a grande história que garantiria maior vendagem nas bancas no dia seguinte. Foram reestruturados cargos que lhe tiraram esse “poder”: editor, editor-assistente, sub-editor, chefe de reportagem, redator-chefe, redator, copydesk, entre outros.

---

<sup>42</sup> AQUINO, op. cit. (dissertação de mestrado), pp. 74-75. Aqui Aquino discute e complementa as idéias de BRAGA, José Luiz Braga, op. cit.. Para ele, outro fator que contribuiu para a formação da imprensa alternativa foi que após o golpe de 1964, um grande número de jornalistas críticos do regime militar ficaram sem espaço de trabalho na grande imprensa com a falta de liberdade de expressão.

Outra mudança: os departamentos de pesquisa (em alguns casos, apenas bancos de dados) eliminaram a razão de ser daqueles profissionais considerados a “memória viva da redação”, muitas vezes os repórteres mais experientes. Esses departamentos, organizados de maneira estruturada e racional, profissionalizou os arquivos. Mas a essa divisão do trabalho nas redações, juntou-se um fator ainda mais vital nesse contexto: a padronização dos textos jornalísticos por meio principalmente da objetividade do lide<sup>43</sup> e da pirâmide invertida<sup>44</sup>. Com eles, a marca do antigo repórter não se vê mais nas publicações do dia seguinte. Aquilo que lhe pertencia, que lhe era uma posse, o estilo de texto, lhe foi roubado. Contra seu estilo, contra sua maneira de escrever, vulgarmente chamado de nariz-de-cera, irá se formar uma comissão de notáveis que passará a controlar o que é publicado e o que não sai no jornal. Mais do que isso, essa comissão irá padronizar todos os textos do jornal sob as mesmas regras colocadas no “manual de redação e estilo”, ou seja, os handbooks, já fartamente conhecidos pelos norte-americanos desde o início do século XX. Defendo neste trabalho que a imprensa alternativa, tendo em *Versus* um de seus representantes mais radicais, é também fruto de um processo histórico do jornalismo brasileiro. A existência da imprensa alternativa tem relação direta com um movimento dos jornalistas contra a burocratização da imprensa, algo que alguns profissionais da área chamam de “revolta contra a ditadura do lide”.

Pelo menos três trabalhos acadêmicos apresentam estudos diretos sobre o *Versus*. Nenhum deles dedica-se exclusivamente ao jornal criado por Faerman, mas dão certo destaque a ele. O primeiro trabalho que trata de *Versus* é a dissertação de mestrado de Delfim Afonso Júnior pelo Departamento de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), em 1982 –três anos portanto após o fim do periódico. O trabalho intitulado **Alternativa Jornalística x Poder Editorial: Uma abordagem dos jornais político-culturais no pós-68** procura

---

<sup>43</sup> Sobre a introdução do lide no Brasil, ver REFKALEFSKY, Eduardo, **Hélio Fernandes: A Gênese do Jornalismo Polêmico**, Rio de Janeiro, ECO (Escola de Comunicação) da UFRJ (dissertação de mestrado), 1997, pp. 39-43. Refkalefsky estuda basicamente o jornal *Tribuna da Imprensa*.

<sup>44</sup> O conceito de pirâmide invertida foi institucionalizado, segundo Alberto Dines, pelo escritor Rudyard Kipling (vencedor do Prêmio Nobel da Literatura em 1907) nas primeiras décadas do século XX. Ex-editor do jornal indiano *Allahabad Pioneer*, Kipling compôs o seguinte verso, instituindo as seis perguntas no vocabulário da imprensa moderna: “I have six honest serving men; / They taught me all I know; / Their names are where and what, and when / and how and why and who”. Ver a esse respeito DINES, Alberto, op. cit., pp. 69-70. Apesar da institucionalização recente do lide, idéia de pôr os notícias mais importantes no primeiro parágrafo data do século XIX, principalmente no jornal *The New York Times*. Esse modelo, no entanto, só foi popularizado entre a imprensa dos Estados Unidos e, depois, do mundo, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-45). No Brasil, apesar de a experiência completa ter sido implantada pelo *Diário Carioca*, o primeiro manual de redação foi instituído no diário *A Província*, de Recife (PE), pelo sociólogo Gilberto Freyre, bastante influenciado não apenas pelas ciências sociais, mas também pelo jornalismo dos Estados Unidos, nos anos 30. Ver a esse respeito SILVA, Carlos Eduardo Lins da, **O Adiantado da Hora - A Influência Americana sobre o Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, Summus Editorial, 1991, p. 113.

estudar a produção de cinco periódicos alternativos, chamados pelo autor também de jornais político-culturais do pós-68: *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, além do *Versus*. São sete os itens principais pretendidos por Afonso Júnior no trabalho. A saber:

“1- *A forma alternativa implica a questão das novas relações entre jornalistas e leitores.*

2- *A discussão sobre a forma dos jornais estudados deverá ser orientada no sentido de um estudo sobre as representações dos jornalistas que permitam caracterizar: as relações dos jornalistas entre si e com os leitores, uma descrição da montagem do circuito de produção, distribuição, circulação e consumo de informações, definição do trabalho jornalístico, principalmente à vida política e cultural, caracterização do público leitor, e uma definição dos novos instrumentos e práticas jornalísticas implementados.*

3- *A caracterização da imprensa político-cultural do pós-68 não está dada e ela não pode ser compreendida como mera reprodução seja da imprensa capitalista, seja da imprensa político-partidária anterior a 64. Para conceituar esse tipo de imprensa deve-se confrontá-la com as outras duas formas na medida em que sua problemática é a atravessada por estas duas formas e pelas teorias que fundamentam o jornalismo político-partidário.*

4- *Para que seja ultrapassada a tradicional imprensa capitalista, é preciso ver superadas as condições implícitas na forma burguesa de imprensa, a saber: objetividade e fragmentação, opinião pública, centralização das decisões e relação jornalista/imprensa.*

5- *Os jornais político-culturais do pós-68 implementam críticas à imprensa capitalista valendo-se de marcos análogos aos estabelecidos pelos fundamentos do jornalismo político-partidário. Isto, no entanto, não é satisfatório porque:*

- *há problemas e questões que devem ser apontados nos próprios textos teóricos de fundamentação;*
- *há problemas e questões que indicam os termos em que estes fundamentos estão em crise e podem e devem ser criticados, assim como devem ser relativizados levando-se em conta o contexto brasileiro.*

6- *Os objetivos conjunturais dos jornais político-culturais do pós-68 obscureceram as possibilidades de uma crítica estrutural da forma jornalística a ser levada a cabo na prática. É nesta medida que estes jornais tenderam a ser uma resposta conjuntural, onde pontificavam como constantes a instabilidade do circuito e o leitor-problema, daí decorrendo o risco permanente do desaparecimento precoce.*

7- *Minha reflexão pretende responder, ao final das análises, às questões:*

- *em que medida existe um projeto em curso de imprensa alternativa entre aqueles jornais estudados, de modo a possibilitar novas relações e prefiguração de uma política da comunicação?*
- *o que é afinal a imprensa político-cultural do pós-68 e de que modo se dão os arranjos entre os termos da relação jornalistas-leitores?*<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> AFONSO JÚNIOR, Delfim, op. cit., pp. 26-27.

Como se vê, Afonso Júnior está preocupado em questões estritamente jornalísticas, sobretudo na relação jornalista-leitor. Isso porque ele pressupõe que, em sendo uma “nova imprensa”, a imprensa alternativa necessariamente teria criado um novo elo entre os profissionais que a produzem e as pessoas que a lêem. Outro aspecto importante para o autor é uma preocupação em se ver ou não nos jornais alternativos, principalmente dos anos 70, uma nova fórmula de se fazer imprensa no Brasil.

“*Selecionei alguns jornais que representam várias das soluções propostas para uma nova imprensa no país [...] Cabe lembrar que estes periódicos reuniam certos traços em comuns: o objetivo de cunho político e cultural, a intenção de uma cobertura e de uma circulação nacionais, a comercialização em bancas, a diversificação da estrutura empresarial e, por fim, a expressão de convergências e divergências de opinião de grupos de oposição ao regime.*”<sup>46</sup>

Uma curiosidade, que talvez revele que o autor talvez tenha priorizado menos *Versus* em relação aos outros quatro periódicos: Afonso Júnior afirma que o período de abrangência de seu trabalho vai de junho de 1969 (criação de *O Pasquim*) a março de 1979 (quando, segundo o autor, ocorreu a assembléia geral do jornal *Em Tempo* em que o periódico passa a outro pólo hegemônico de jornalistas). Ou seja, a pesquisa do autor não contempla toda a produção de *Versus*, que encerra sua curta vida sete meses depois, em outubro de 1979. Uma característica positiva para meu trabalho é que **Alternativa Jornalística x Poder Editorial...** traz reproduzidos trechos das entrevistas que Afonso Júnior fez com alguns jornalistas, entre eles dois participantes de *Versus*: Faerman e Hélio Gondszejn<sup>47</sup>.

Quase dez anos depois de Afonso Júnior, Bernardo Kucinski conclui sua tese de doutorado na Escola de Comunicação e Artes da USP, em 1991 –mesmo ano em que publica seu livro. **Jornalistas e Revolucionários – Nos tempos da imprensa alternativa** é a obra mais panorâmica sobre os jornais nanicos do período pós-1964 no Brasil. No trabalho, ele dedica uma parte a *Versus*.<sup>48</sup> Faerman fez várias críticas a essa obra de Kucinski.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> AFONSO JÚNIOR, Delfim, op. cit., p. 29.

<sup>47</sup> Gondszejn –cuja grafia de seu nome é escrita errada no trabalho de Afonso Júnior (como “Goldstein”)– colaborou com *Versus* desde a edição de número 5 do jornal (agosto/setembro de 1976). A partir do número 7 (dezembro do mesmo ano), assume as funções de editor, cargo que ocupa mesmo depois da tomada do jornal pela Convergência Socialista. Isso porque Gondszejn era simpatizante da CS.

<sup>48</sup> Apesar de citar em sua obra o trabalho de Afonso Júnior, Kucinski não reproduz uma linha sequer de **Alternativa Jornalística x Poder Editorial...** tratando de *Versus* nem analisa a visão que o pesquisador da UnB tinha do jornal de Marcos Faerman. Em sua bibliografia, Kucinski menciona a dissertação de Afonso Júnior como estudo exclusivo de *Opinião*, quando na verdade esse trabalho tratou de outros quatro órgãos da imprensa alternativa: *Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*, além de *Versus*.

<sup>49</sup> RAINHO, João Marcos, “Marcos Faerman, Repórter”, In *Anuário*, São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 1999, [www.facasper.com.br](http://www.facasper.com.br). Segundo Rainho, Faerman acusou Kucinski de falta de fidelidade do autor em vários episódios sobre a imprensa alternativa.

Kucinski divide seu trabalho em duas partes. Segundo ele, houve dois tipos de jornais alternativos. De um lado, o que ele denominou de imprensa alternativa de jornalistas; de outro, a de revolucionários.

“Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado nos meios estudantis nos anos 60. Em geral, pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo ainda em 1973 e o agravamento das iniquidades sociais. Revelaram novos personagens do nosso cenário, como os bóias-frias, protagonizaram em suas páginas os movimentos populares de reivindicação e de protesto e discutiam os temas clássicos das esquerdas, o do caminho da revolução brasileira, as táticas e as estratégias de oposição durante o longo processo de abertura [...]”

“A outra classe dos jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média. Além de introduzirem no Brasil temáticas da contracultura, alguns de seus protagonistas experimentaram drogas, em especial o LSD, em busca de novos modos de percepção. O Pasquim, ao lado de suas raízes no nacional-popular, instituiu o culto da cultura underground norte-americano e ainda detonou um movimento próprio de contracultura, transformando as linguagens (sic) do jornalismo e da publicidade, e até a linguagem coloquial. O Pasquim mudou hábitos e valores, empolgando jovens e adolescentes nos anos 70, em especial nas cidades interioranas que haviam florescido durante o milagre econômico, encapsuladas numa moral provinciana.”<sup>50</sup>

Para comprovar sua tese, o autor, também jornalista atuante na imprensa alternativa<sup>51</sup>, vai estudar especificamente em seu trabalho sete alternativos. Entre os políticos, ele pesquisa *Opinião*, *Em Tempo* e *Movimento*. Entre os jornalistas, *O Pasquim*, *Versus*, *Coojornal* e *Repórter*.<sup>52</sup> Entre os jornais denominados *de jornalistas*, Kucinski ainda faz uma subdivisão. De um lado, ele designa alguns títulos como sendo existenciais –incluindo o caso de *Versus*–; de outro, os de reportagem, caracterizando, por exemplo, o gaúcho *Coojornal*. De *Versus*, o autor vai tratar de forma mais detalhada em relação ao trabalho de Afonso Júnior. Basicamente, as fontes para Kucinski tratar do periódico são entrevistas com Marcos Faerman (uma feita pelo autor e outra por seu ex-aluno, o jornalista Luiz Rivoiro), Luiz

<sup>50</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., pp. XIV e XV.

<sup>51</sup> Kucinski começou sua carreira como jornalista em *Amanhã*, em 1967. Depois passou por *Bondinho* e *Opinião*. Foi um dos criadores de *Movimento* e *Em Tempo*.

<sup>52</sup> Apesar de centrar detalhes nesses sete periódicos, Kucinski apresenta um panorama bem amplo sobre dezenas de outros jornais.

Egypto e Jorge Pinheiro (jornalistas de *Versus*) e um depoimento de Paulo de Tarso Venceslau (colaborador do jornal).

*“Versus foi ao mesmo tempo uma alternativa de linguagem, de organização da produção jornalística e de proposta cultural. Em vez do discurso político do Movimento, que o precedeu em alguns meses, usava uma narrativa mítica, operando no plano ideológico através de metáforas culturais e históricas, dos heróis das esquerdas. Faerman proclamou-o um ‘jornal de reportagens, idéias e cultura’, que propunha a ‘cultura como forma de ação política’. Quase não se produzia a reportagem factual clássica; expressava-se através dos sentimentos, e não do convencimento lógico. Valorizava sobretudo a forma, numa ‘fusão de elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia.’”*<sup>53</sup>

Segundo Kucinski, Faerman comandou um dos jornais que, nesse ciclo alternativo de grande criatividade e originalidade, teve colaboradores usuários de drogas. Não denomina quem, nem quais entorpecentes, mas afirma isso em seu texto: *“Um de seus principais artistas gráficos vivia assumidamente a cultura da droga, e valia-se das experiências com novos modos de percepção para criação gráfica da revista.”*<sup>54</sup>

Entre os estudos já realizados sobre *Versus*, Kucinski é o que descreve o jornal de maneira mais abrangente, abordando os aspectos estéticos do periódico e enfatizando a existência de um importante tema: a América Latina. Ele vai mostrar como o grupo liderado por Faerman usou uma estratégia para falar sobre a região: *Versus* se utilizava de textos do passado (alguns de mais de 200 anos atrás) para falar do presente, o que o autor chamou de “metáfora histórica”.

Apesar disso, Kucinski não analisa mais profundamente a questão da América Latina, ficando apenas na superficialidade e nas curiosidades sobre o assunto. Exemplo:

*“Na imaginação de Marcos Faerman, existiu o dia da criação de Versus. A sua narrativa é de uma linguagem bíblica, como a dos encontros de Abraão com Deus, no deserto da Judéia.”* E completa, citando as palavras de Faerman: *“Versus nasceu de um delírio que eu tive em Cuiabá... eu havia ido ao Mato Grosso fazer uma matéria para o JT e conheci o Juruna... Cuiabá é o centro geodésico da América do Sul [...]”*<sup>55</sup>

No final de 1998, foi a vez da historiadora Maria Paula Nascimento Araújo apresentar um trabalho que tinha como um dos objetos pesquisados o *Versus* – também em tese de doutorado. Dois anos depois, ela publica **A Utopia Fragmentada – As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**, uma adaptação de seu texto de doutoramento. Partindo do conceito de New Left<sup>56</sup> (nova esquerda), Maria Paula tenta estabelecer um estudo sobre os

<sup>53</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. 189. Entre aspas estão expressões usadas por Faerman em FAERMAN, Marcos, “A Imprensa Alternativa”, In *Cadernos de Comunicação Proal*, número 1, São Paulo, 1977.

<sup>54</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. 194.

<sup>55</sup> KUCINSKI, Bernardo, op. cit., p. 193.

<sup>56</sup> A expressão New Left foi cunhada, a partir de fins dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, no Reino Unido por um grupo de historiadores, como E. P. Thompson, Eric Hobsbawn e Perry Anderson, oriundos do Partido Comunista Britânico. Ver ARAÚJO, op. cit., p. 12. Desse grupo, nasceu a *New Left Review*,

movimentos de oposição surgidos no Brasil a partir dos anos de 1970, em reação ao regime militar instaurado seis anos antes. Como metodologia para realizar sua pesquisa, a autora utiliza como fontes alguns jornais da imprensa alternativa, entre eles *Versus*, *Em Tempo* e outros dos movimentos feminista (como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*) e negro (como *Sinba* e *Tiçãõ*). Seu ponto de partida:

“Nos anos 1960 e 1970 surgiram no mundo inteiro grupos, movimentos, partidos e organizações que tentaram ‘reinventar a política’. Faziam uma crítica ‘pela esquerda’ aos partidos comunistas e socialistas tradicionais bem como à burocratização da política, buscando caminhos alternativos para a transformação social. A New Left dos Estados Unidos, a Gauche Proletarienne na França, Il Manifesto e Lotta Continua na Itália; toda a série de partidos e organizações dissidentes e independentes do PCB que surgiu no Brasil, a partir da criação do PC do B, da APML e da Polop; movimentos de minorias políticas como a feminista, o negro e o gay. Em todo o mundo, eles receberam diferentes nomes: esquerda radical, esquerda alternativa, esquerda independente, nova esquerda. A cena política de esquerda se renovava e ganhava novos contornos.”<sup>57</sup>

Maria Paula apresenta *Versus* como uma publicação que nasceu essencialmente cultural, entendendo a cultura como “forma de ação”. Segundo ela, o periódico era, em seus primórdios, um espaço de luta política, que passava pelo debate teórico e estético. A historiadora analisava que a América Latina “era um dos temas mais destacados do jornal”.

“Ela [América Latina] era vista como uma entidade política e cultura. O jornal foi um agente importante na criação de um sentimento de latinidade que marcou certos setores intelectuais e artísticos dos anos 1970. Além disso foi responsável pela divulgação no Brasil de inúmeros intelectuais latino-americanos, publicando textos não apenas de nomes conhecidos como Cortázar, Gabriel García Marquez, Borges e Otávio Paz, mas também de autores de público mais restrito, como Astúrias, Fuentes e Sábato.”<sup>58</sup>

Só que, a partir de fins de 1977, o jornal passa a ser tomado pelos militantes da Convergência Socialista, tendência legal da Liga Operária, grupo nascido de militantes exilados na Argentina de inspiração trotskista<sup>59</sup>. Com a

---

publicação estabelecida em 1960 a partir da união dos jornais *Universities and Left Review* e *New Reasoner*. Basicamente esse grupo contestava a herança stalinista no PC local e as posições da época do Partido Trabalhista, além de oferecer uma proposta de nova leitura do marxismo. Ver a esse respeito BLACKBURN, Robin, “A Brief History of *New Left Review*”, In *New Left Review*, [www.newleftreview.net](http://www.newleftreview.net). Nesse grupo, Hobsbawm, Thompson e outros –como Maurice Dobb, Christopher Hill e Raphael Samuel– deram origem ao chamado “marxismo humanista”. Ver MUNHOZ, Sidnei, “Fragmentos de um Possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos”, In *Revista de História Regional*, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vol. 2, número 2, Inverno de 1997. Na internet: [www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm](http://www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm).

<sup>57</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 9. As siglas citadas pela autora são, respectivamente: Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Ação Popular Marxista-Leninista e Política Operária.

<sup>58</sup> ARAÚJO, op. cit., pp. 26 e 27.

<sup>59</sup> A CS teve origem num grupo de militantes trotskistas que fundaram em 1974, na Argentina, a Liga Operária. Como CS, foi fundado no Brasil em 1978. No ano seguinte se juntou ao PT (Partidos dos Trabalhadores), onde ficou até 1992, quando o grupo rompeu com os petistas e criou o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados). Ver ABREU, Alzira Alves de; Israel Beloch, Fernando Lattman-

entrada no *Versus* desse grupo, o jornal passa por um debate interno. De um lado, um conjunto de colaboradores, liderado por Marcos Faerman, defende que o periódico tem de continuar com seu projeto editorial inicial, marcado pela discussão cultural latino-americana. De outro, o grupo comandado sobretudo por Jorge Pinheiro, vê a necessidade de *Versus* deixar de apenas abordar história e cultura da América Latina e passar a discutir diretamente temas da política brasileira da época.

“Mas a transformação em órgão da *Convergência Socialista* lhe retirou o conteúdo crítico –responsável pelo seu caráter inovador e vanguardista– e o inseriu no quadro de um discurso doutrinário. O jornal mudou de aparência e conteúdo, e os jornalistas ligados ao projeto inicial terminaram por se retirar.”<sup>60</sup>

Para uma historiadora que está preocupada essencialmente em estudar a nova esquerda no Brasil dos anos de 1970, Maria Paula escolhe propositadamente o *Versus* da primeira fase –pode-se dizer que se refere ao período por mim determinado, ou seja, do número 1 (outubro de 1975) até o 12 (julho/agosto de 1977). Para ela, o período posterior –o da fase da *Convergência Socialista*–, esse sim diretamente relacionado ao debate político explícito, não traduz o que ela chama de nova esquerda. Tanto é que, para falar de jornais com essa proposta de vínculo a organizações e grupos políticos, Maria Paula irá escolher a publicação *Em Tempo*.<sup>61</sup> A sutileza e sofisticação do projeto inicial do jornal –com sua preocupação com a cultura latino-americana– fazem *Versus* se inserir no seu conceito de nova esquerda. Por outro lado, a historiadora, embora registre a importância da América Latina na publicação de Marcos Faerman, não se aprofunda na temática. Ela até faz menção de algumas reportagens veiculadas pelo periódico sobre o assunto –como uma sobre o poeta peruano José Maria Arguedas<sup>62</sup>–, mas não analisa os conceitos defendidos pelo jornal de cultura, de América Latina e de latino-americanismo.

Há que se mencionar também um observação feita por Faro em relação a *Versus*, embora esse autor não faça um estudo específico sobre o jornal de Marcos Faerman. Faro cita o periódico paulistano como um dos primeiros com “uma abordagem latino-americana da cultura nacional”. Mas sugere:

---

Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coor.), **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (volume II), Rio de Janeiro, FGV Editora, 2001, pp. 1.584-1.587. Daqui pra frente: DHBB.

<sup>60</sup> ARAÚJO, op. cit., p. 27.

<sup>61</sup> Nascido de um racha do *Movimento* em fins de 1977, *Em Tempo* reuniu várias tendências políticas da época, entre elas o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), a Libelu (Liberdade e Luta), a APML, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e a Polop, entre outros. Ver verbete *Imprensa Alternativa* de DHBB, volume III, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2001, p. 2.775. Não incluo nos meus comentários sobre imprensa alternativa e sobre *Versus* as colocações do **Dicionário**, pois o verbete está baseado nas obras de Kucinski, Miccolis e do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, da UFRJ, do qual faz parte Maria Paula.

<sup>62</sup> A historiadora erra, no entanto, o nome do poeta, grafando-o como Arquedas. ARAÚJO, op. cit., pp. 136-138. Ela analisou o texto “Diário de minha morte”, In *Versus*, número 1, outubro de 1975, p. 17.

“Seria preciso aqui estender a análise ao significado do aparecimento de *Versus* e dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* para entender a amplitude que esse gênero de imprensa adquiriu na principal região consumidora e mais industrializada do país e para que se tivesse uma idéia da profundidade do fenômeno. Bastaria, contudo, localizar a mais recente dessas manifestações – a edição de *Extra-Realidade Brasileira* – para se afirmar que, enquanto fato cultural, o jornalismo brasileiro adquiriu uma densidade e uma dinâmica própria de existência que consideramos irreversível e que está destinada a ter profundas repercussões no curso futuro da nossa imprensa, seja ela considerada de grande porte empresarial, seja ela considerada ‘nanica’.”<sup>63</sup>

Passados 24 anos da publicação desse texto pela *Revista de Cultura Vozes*, o conselho dado por Faro parece não ter sido seguido totalmente. Pelo menos até onde pude pesquisar, não há estudos acadêmicos sobre as publicações mencionadas (*Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Extra-Realidade Brasileira*) nem sequer sobre alguns jornais da grande imprensa inseridos no processo criativo citado, como o *Jornal da Tarde*.

Meu trabalho pretende mostrar a importância de *Versus* como uma fonte de debate sobre a história e a cultura da América Latina e sobre a suposta identidade latino-americana. Acredito que essa seja minha principal contribuição nesta pesquisa: estudar a questão da América Latina em *Versus*. Muito tem-se falado sobre esse periódico da imprensa alternativa em trabalhos acadêmicos. Neles, foram colocadas suas características, como a inovação gráfica e a criatividade. Neles, também foi relatada a preocupação do jornal com a América Latina, mas nada – ou quase nada – foi feito para mostrar como *Versus* via a América Latina. Quero questionar a razão de o jornal, nesse debate, não ter apresentado uma proposta clara sobre a temática. Parto do pressuposto que a desfiguração do projeto inicial de *Versus* com a entrada no periódico do pessoal da Convergência Socialista impediu que a publicação desenvolvesse um projeto mais concreta sobre a questão da América Latina.

Por identidade entendo que esse conceito se defina num conjunto de caracteres próprios, exclusivos ou similares entre os diferentes países que compõem quase toda a América do Sul e a América Central, além do México. As colonizações portuguesa e espanhola, os processos de independência atrelados ao interesse do Reino Unido e os recentes regimes autoritários comandados por militares, sob tutela dos Estados Unidos, são alguns dos pontos em comuns do que se chama de América Latina. Daí, não incluo na discussão do conceito – como também não o faz *Versus* – o Canadá.

O conceito de cultura em *Versus* é mais complicado. Embora a palavra tenha sido figurada no slogan da publicação paulistana desde seu número 1 (“um

---

<sup>63</sup> FARO, op. cit., p. 38.

jornal de reportagens, idéias e cultura”) e nos editoriais (“cultura como forma de ação política”), o periódico de Faerman não é claro e não define seu conceito. Talvez porque não fosse seu objetivo, talvez porque não tivesse uma definição sobre ele, talvez porque a tomada de poder da Convergência Socialista não tenha permitido. Em todas as entrevistas e textos de Faerman a que tive acesso, o tema só é comentado de modo evasivo e superficial.<sup>64</sup> Num entrevista dada em 1990, Faerman disse que a “cultura como forma de ação” seguia a “*mesma tradição do teatro de resistência e do cinema de resistência.*”<sup>65</sup> O jornalista provavelmente queria se referir aos movimentos da dramaturgia e do cinema surgidos a partir dos anos de 1960 no Brasil. Sobretudo com as experiências do CPC (Centro Popular de Cultura), constituído no Rio de Janeiro em 1962, um grupo de intelectuais e artistas de esquerda, em associação com a UNE (União Nacional dos Estudantes), criou uma forma de reunir forças com o objetivo de divulgar “uma arte e uma cultura popular revolucionárias”. Com o Golpe de Estado de 1964, o CPC cai na clandestinidade, mas sua causa sobrevive por meio de diferentes manifestações. No cinema, foi sobretudo com o Cinema Novo a partir de 1960 que se deu essa manifestação. Na interpretação do pesquisador Marcelo Ridenti:

*“Seus integrantes – como Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Leon Hirszman, Joaquim Pedro de Andrade, Ruy Guerra, Zelito Viana, Walter Lima Jr., Gustavo Dahl, Luiz Carlos Barreto, David Neves, Eduardo Coutinho, Arnaldo Jabor, Paulo César Saraceni e outros – defendiam posições de esquerda. O cinema estava na linha de frente da reflexão sobre a realidade brasileira, na busca de uma identidade nacional autêntica do cinema e do homem brasileiro, à procura de sua revolução.”*

Ainda segundo Ridenti, é Nelson Pereira dos Santos quem define:

*“[...] o Cinema Novo representou a descolonização do cinema, como a que tinha acontecido antes com a literatura.”*<sup>66</sup>

No teatro, o que se chamou de “teatro da resistência” inclui algumas experiências vanguardistas da dramaturgia brasileira, como o TPE (Teatro Paulista de Estudantes), o Teatro de Arena, o Opinião, o Oprimido, de Augusto Boal. Em 1965, o show “Opinião” –comandado por Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, Ferreira Gullar, entre outros– foi a primeira manifestação artística contra o regime militar. A partir do show é que se originou o Teatro Opinião.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> Incluindo a minha entrevista com ele –São Paulo, 12 de setembro de 1992 (notas). À época, não tinha como objetivo esclarecer essa questão. Apenas fiz a seguinte pergunta: quais eram os objetivos de *Versus*? Ele enumerou alguns, incluindo o principal, na visão dele, que era falar da América Latina, e disse que o objetivo central da publicação era fazer da “cultura uma forma de ação”, sem explicar.

<sup>65</sup> Entrevista a Bernardo Kucinski em 16/8/90. Ver KUCINSKI, op. cit., p. 189.

<sup>66</sup> RIDENTI, Marcelo, *Em Busca do Povo Brasileiro – Artistas da revolução, do CPC à era da TV*, Rio de Janeiro, Record, 2000, pp. 89-90.

<sup>67</sup> RIDENTI, op. cit., pp 124-127.

Na visão de Faerman, a cultura, por meio de seus textos editados em *Versus*, tinha que assumir essa função de atingir seu público e sensibilizar para questões mais profundas. Diz Faerman numa entrevista em 1982:

*“Quando eu peguei o Ex, assim, mais decisivamente, o jornal assumiu conotações que se desenvolveriam e se aprofundariam dentro do Versus. Como aquilo que eu chamo de a visão da cultura como forma de ação política, que é um dos núcleos centrais de Versus na sua proposta mais fluente, vigorante assim por um largo período. Uma preocupação que no próprio Ex existiu de publicar textos densos e também uma das funções principais do jornal era de sensibilizar, atingir o público de nível universitário oferecendo textos importantes para reflexão. Isso passa a ser um dos pólos principais da primeira visão do Versus.”*<sup>68</sup>

Sobre isso, um dos principais editores de *Versus*, Luiz Egypto, me disse o seguinte: *“A idéia de cultura como forma de ação pressupunha um caráter libertador [da ação cultural]. Na linha ‘povo inculto é mais fácil de dominar’. De outra parte, casava-se com a missão de ‘dar voz a quem não tem voz’ –e, aí, a ação cultural era uma ferramenta importante.”*<sup>69</sup>

Para Faerman essa “forma de ação” por meio da cultura tem uma razão de ser em *Versus*. É bom lembrar que ele defende as grandes reportagens como sendo uma forma de se fazer arte. Na mesma entrevista de 1982, ele disse:

*Eu acho, por exemplo, que o grande repórter tem assim a sensibilidade do poeta, do cineasta, do criador e tem um ouvido muito atento pra os ruídos que vêm rua, dos sons que vêm da rua, né. É verdade que ele só tá armado pra captar esses sons com o ouvido dele. Aquela coisa que o Marx coloca eu acho muito bonita: que a música transforma meu ouvido, a tela transforma meu olhar, que os sentidos são um produto social. Todos os sentidos: o tato, a audição, não é. Também o James Agee, que é um cara pelo qual eu tenho uma grande paixão, um repórter americano. Ele coloca isso também de uma maneira assim brilhante, fluente. Então, nesse sentido, pra mim se estabeleceu cada vez mais claramente a ligação do discurso de toda uma imprensa que sistematiza a palavra até matá-la, e que elimina todo o conceito de emoção da informação. Nesse nível então inclusive que eu pensei aquela questão –que eu te coloquei, certa vez que a gente conversou rapidamente, em Brasília, há uns anos atrás–, que num certo nível, é tão importante entre aspas –pelo menos pro fenômeno literário–, o discurso do homem anônimo, desde que tenha articulação, quanto o discurso do escritor, do poeta, do ficcionista ou do grande repórter. Então, o Versus estabeleceu o outro... a partir desses parâmetros.”*<sup>70</sup>

Por isso, *Versus* foi fundamentalmente um jornal de texto. O que se valorizava excessivamente no periódico paulistano era seu texto, seu acabamento final. Desse modo, é de profunda importância discutir a publicação de Marcos Faerman frente à realidade que os jornalistas viviam naqueles anos de 1970. Em

<sup>68</sup> AFONSO JÚNIOR, op. cit., p. 143.

<sup>69</sup> Troca de correspondência (via e-mail) com Luiz Egypto, 8.dez.2001, 8h37. O destaque na palavra *libertador* é de Egypto.

<sup>70</sup> AFONSO JÚNIOR, op. cit., p. 202.

termos de texto, estava cada vez mais institucionalizado nas redação o uso do lide. A palavra se origina do inglês *lead*, o que, por sua vez, é traduzido por *conduzir* –dando a idéia de que o lide, em jornalismo, é o processo no qual o jornalista “conduz a leitura para seu público”. Nas redações do Brasil, no entanto, a palavra virou sinônimo de abertura, de parágrafo inicial de um texto jornalístico. Tanto é que foi aportuguesada com esse significado e consta de alguns dos principais dicionários de língua portuguesa do país.<sup>71</sup> Segundo esse conceito, no parágrafo inicial de um texto jornalístico devem constar as respostas às seis perguntas básicas: Onde (ocorreu o fato)? O quê? Quando? Por quê? Quem? E como? Com o tempo, o conceito se adaptou e alguns jornais já admitem que a resposta às perguntas não precisa constar necessariamente no primeiro parágrafo e sim no corpo do texto. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, que foi, no final dos anos de 1970 e início da década seguinte, o veículo de comunicação a implantar de forma mais radical o lide em seus textos, já admite hoje uma nova definição de lide sem citar as seis perguntas.

*“O lide tem por objetivo introduzir o leitor na reportagem e despertar seu interesse pelo texto já nas linhas iniciais. Pressupõe que qualquer texto publicado no jornal disponha de um núcleo de interesse, seja este o próprio fato, uma revelação, a idéia mais significativa de um debate, o aspecto mais curioso ou polêmico de um evento ou a declaração de maior impacto ou originalidade de um personagem. [A seguir, trecho em destaque e todo em negrito] Imprescindível à valorização da reportagem e útil à dinâmica da leitura contemporânea –por ser uma síntese da notícia e da reportagem–, não existe, no entanto, um modelo para a redação do texto do lide. Nem pode ele ser realizado de maneira automática, com escrita burocrática.”<sup>72</sup>*

Não havia, no entanto, essa flexibilidade nos anos de 1970. Tanto que, na mesma *Folha*, a versão de 1984 do mesmo manual de redação (a primeira da obra), era bem mais rigorosa:

*“Lide – Aportuguesamento da palavra inglesa ‘lead’, que em jornalismo significa o início de qualquer texto. Há dois tipos básicos de lide: o noticioso, no qual devem ser respondidas as questões básicas de qualquer fato (quem, o que, quando, onde, como e por que) e que não deve exceder seis linhas, e o não factual, onde o mais importante é conduzir à leitura de todo o texto.”<sup>73</sup>*

O lide vai se tornar no decorrer dos anos 70 um verdadeiro vilão das redações brasileiras. A imprensa alternativa é apenas uma das reações a esse tipo de estilo de texto. Jornalistas de várias partes do país se rebelam contra o que eles chamam de “ditadura do lide”. Marcos Faerman é um deles. Outra reação que

<sup>71</sup> Ver por exemplo *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, São Paulo, Nova Fronteira, 1986, e *Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo, Melhoramentos, 1998.

<sup>72</sup> *Folha de S. Paulo – Manual da Redação*, São Paulo, Publifolha, 2001, verbete Lide, pp. 28 e 29.

<sup>73</sup> *Folha de S. Paulo – Manual Geral da Redação*, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1984, verbete Lide, p. 155. Hoje, permite-se que o lide tenha até dez linhas. Mas isso ocorre devido à diminuição da largura do jornal ocorrida em 2000, num processo realizado em quase todo o país com a finalidade de economizar o consumo do papel.

ocorreu no período tomou inspiração num movimento vindo dos Estados Unidos, onde se criou um novo modelo de se fazer jornalismo. Lá, foi a partir dos anos 60 (cem anos após o surgimento do lide) que se ouviu falar do new journalism. Seus membros até hoje afirmam que não foi nada proposital, que não foi um movimento, e que eles não tiveram intenção de contrapor nada, muito menos se opor ao lide. “*God knows I didn’t have anything new in mind, much less literary, when I took my first newspaper job*”, diz Tom Wolfe, considerado um dos precursores do new journalism.<sup>74</sup> Nem mesmo o termo usado para designar o estilo foi algo planejado ou “pensado”.

*“I have no idea who coined the term ‘the New Journalism’ or even when it was coined. Seymour Krim tells me that he first heard it used in 1965 when he was editor of Nugget and Pete Hamill called him and said he wanted to write an article called ‘The New Journalism’ about people like Jimmy Breslin and Gay Talese. It was late in 1966 when you first started hearing people talk about ‘The New Journalism’ in conversation, as best I can remember... To tell the truth, I’ve never even liked the term.”*<sup>75</sup>

Como se percebe, o autor procura mostrar um ar de improviso, de acaso, de imprevisibilidade, como se o new journalism tivesse sido obra do destino. Coincidência ou não, a partir dos anos 60 começaram a surgir em diferentes periódicos dos Estados Unidos jornalistas que desenvolviam suas reportagens de maneira muito similar. Basicamente, eles contavam histórias jornalísticas utilizando-se de recursos literários, mais especificamente de técnicas ficcionais de narrativa. Exemplo: em meados da década, Truman Capote é enviado para cobrir o caso do assassinato de uma família numa cidadezinha americana. Já se tinha falado tudo sobre o assunto na imprensa da época, das mortes, dos suspeitos, dos antecedentes, etc.. Só que tudo havia sido publicado seguindo as regras da objetividade jornalística: “*Seis pessoas da família Clutter foram assassinadas ontem numa fazenda em Holcomb (Kansas, Estado do médio-oeste norte-americano) dois marginais que fugiam da penitenciária.*” Ou seja, quase não dizia nada, era simplesmente mais um crime numa localidade rural dos Estados Unidos. Capote leu as notícias em 1959 (ano do crime), foi ao local e quis ouvir todas as testemunhas novamente. Detalhe: não usou uma só vez o gravador, apenas ouvia as pessoas, sem ao menos anotar suas declarações. Mas tarde, se soube que o que Capote fazia era uma técnica de se familiarizar com o assunto da maneira mais pessoal possível. Em vez de gravar as entrevistas e “perder tempo” anotando as frases, o jornalista simplesmente ouvia as conversas e prestava atenção aos detalhes do relato, observando se tal pessoa piscava ao falar sobre determinado assunto, ou se outro sujeito bocejava ao se recordar de tal fato. Capote achava que o gravador e o bloquinho de notas criavam uma “falsa atmosfera”. Resultado: toda a história acabou publicada numa série de reportagens da revista *The New Yorker* em 1965.

<sup>74</sup> WOLFE, Tom, *The New Journalism*, New York, Harper & Row, 1973, p. 4.

<sup>75</sup> WOLFE, Tom, *op. cit.*, p. 23.

Fez tanto sucesso que se tornou um livro, **In Cold Blood**, figurando durante anos nas listas dos best-sellers.<sup>76</sup>

Em 68, o próprio Wolfe, então repórter do *The New York Herald Tribune*, lança **The Electric Kool-Aid Acid Test**, um livro que conta a história de um personagem, ex-hippie condenado por porte de droga que foge para o México alucinado e com mania de perseguição.

Os periódicos que vão incorporar o espírito do new journalism são o próprio *The New York Herald Tribune* e a revista *Esquire*. Desta, por exemplo, vai nascer uma das histórias típicas do new journalism. O jornalista John Sack, para descrever a Guerra do Vietnã, primeiro treinou meses no Exército dos Estados Unidos para depois ir à batalha. Publicou “M” em *Esquire*, que depois virou livro.

Basicamente, o new journalism empregava as técnicas literárias principalmente utilizando a descrição cena a cena dos fatos, abusando nos diálogos, mostrando o ponto de vista dos personagens e apresentando detalhes importantes. Ao analisar todos os autores dessa corrente, o estudioso Michael Johnson não tem medo em afirmar que o new journalism quebrou as regras do jornalismo do lide e da pirâmide invertida.

“*New Journalism, as the term is popularly used, usually refers to the writing of a new class of journalists, including such people as Tom Wolfe and Norman Mailer, who have broken away from traditional journalistic practice to exercise the freedom of a new subjective, creative, and candid style of reportage and commentary.*”<sup>77</sup>

O “traditional journalistic practice” citado é a técnica da pirâmide invertida e as seis perguntas do primeiro parágrafo.

Marcos Faerman se baseia nas obras de Truman Capote, Norman Mailer, **Canção do Carrasco**, e Lacey Foesburgh, **Hora de Fechar** (sobre o cruel assassinato de uma professora em Nova York em 1973) e destaca no new journalism a importância de esse gênero ter tirado as histórias policiais da banalização.

“*Só Dostoievski tocou tão fundo na carne e no sangue dos criminosos quanto Norman Mailer e Truman Capote. O novo jornalismo tira as histórias policiais de um território de ingenuidade e pequenas charadas em que elas são confinadas ao longo de todo o século vinte. Se o crime é também a história de angústias e horrores, como a sombra de um patíbulo avistado das galerias de um presídio (como no caso dos marginais de **In Cold Blood**), é como em algumas poucas obras escritas com as técnicas da reportagem literária que sua verdade terrível vai ser resgatada.*”<sup>78</sup>

<sup>76</sup> No Brasil, **In Cold Blood** foi publicado pela Abril Cultural. Ver CAPOTE, Truman, **A Sangue Frio**, São Paulo, Abril Cultural, 1980. As informações tiradas desse parágrafo fazem parte do prefácio da edição brasileira de Capote e de FAERMAN, Marcos, “O Crime no Novo Jornalismo”, In *Crítica da Informação*, agosto/setembro de 1983. Também na Internet, no site Profissão Repórter: [www.geocities.com/TheTropics/8662/faerman1.htm](http://www.geocities.com/TheTropics/8662/faerman1.htm).

<sup>77</sup> JOHNSON, Michael L., **The New Journalism**, The University Press of Kansas, 1981, p. XI.

<sup>78</sup> FAERMAN, Marcos, *op. cit.*.

Faerman também mostra que o new journalism teve razão de ser na história da imprensa dos Estados Unidos daquele tempo:

“O jornalismo americano dos anos cinquenta opera em torno da objetividade –esses pequenos textos que informam e não informam, que simulam revelar os acontecimentos–, como se a notícia de um jornal que contasse com seu lead e sub-lead que uma certa família Clutter foi assassinada em Holcomb, Kansas.” E pontifica: “Mas é preciso estabelecer com precisão: a reportagem literária já existia, por exemplo, no Daniel Defoe de **Diário do Ano de Peste**, escrito no século dezoito, ou em outros autores. A novidade de Capote é uma narrativa literária-jornalística, com todas as técnicas do romance, em que o narrador é a mão e a voz invisíveis. Não é o pudor que o oculta, mas –até– a necessidade de, assim, criar um impacto maior nos leitores, e armar a história de uma forma mais implacável.”<sup>79</sup>

Para Evaldo Pereira Lima, o new journalism foi além.

“Os profissionais que passaram a produzir nessa corrente –que Tom Wolfe recusa chamar de movimento– abriram uma porta de possibilidades vastas, primeiro em publicações periódicas e depois em livros-reportagens. Sua influência desdobrar-se-ia em técnicas hoje empregadas, após alguns ajustes, mesmo na imprensa americana convencional. O new journalism resgataria, para esta última metade do século, a tradição do jornalismo literário e conduzi-lo-ia a uma cirurgia plástica renovadora sem precedentes.”<sup>80</sup>

E ele identifica no Brasil as publicações do *Jornal da Tarde* e da revista *Realidade* como veículos que receberam influências do novo jornalismo norte-americano, embora ressalte as diferenças históricas dos dois países nos anos 60.

Marcos Faerman é apontado por muitos como um dos jornalistas adeptos do new journalism no Brasil.<sup>81</sup> Suas reportagens no *Jornal da Tarde* foram inclusive tema de uma dissertação de mestrado. Sandra Regina Moura aborda Faerman como representante do new journalism em seu trabalho.<sup>82</sup> Ela não analisa, no entanto, o trabalho de Faerman em *Versus*.

Mas a pergunta que se faz é se *Versus* foi de alguma forma também adepto do new journalism. Foi? De fato, o jornal paulistano utilizou muito a narrativa em primeira pessoa e explorou as histórias contadas do ponto de vista de um narrador. Mas daí a dizer que se tratou de new journalism há uma grande distância. Eu diria que não, já que, quando explorou os discursos de personagens contando suas experiências, o jornal o fez dando voz direta a eles. Exemplo: “Buenos Aires Hora Zero”, na edição 5 –onde um argentino anônimo conta sua versão para a crise da Argentina em 1976. Apesar disso, é preciso se dizer: *Versus*

<sup>79</sup> FAERMAN, Marcos, *op. cit.*.

<sup>80</sup> LIMA, Evaldo Pereira, **Páginas Ampliadas – o Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**, Campinas, Editora da Unicamp, 1995, p. 146.

<sup>81</sup> Além de Carlos Eduardo Lins da Silva (In *O Adiantado*), Audálio Dantas, em *Repórteres*, São Paulo, Senac, 1998, também aponta Faerman como um nome do new journalism no Brasil (p. 146).

<sup>82</sup> MOURA, Sandra Regina, **Narrativa Jornalística (Uma leitura das reportagens de Marcos Faerman no *Jornal da Tarde*)**, Salvador, Faculdade de Comunicação da UFBA (Universidade Federal da Bahia), 1995 (dissertação de mestrado).

não foi um representante do new journalism, mas viveu indiretamente a experiência desse movimento, já que alguns de seus colaboradores participaram também do *Jornal da Tarde*. Segundo Faerman, os repórteres do *JT* liam naquela época os textos do new journalism sob recomendação de seus editores. “*Esses livros eram os autênticos manuais de redação do jornal.*”<sup>83</sup>

Por fim, quero apresentar a minha metodologia de pesquisa. A fonte básica para meu trabalho é, como se sabe, o jornal *Versus*. Pesquisei seu material em três locais diferentes: na biblioteca da PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e no Banco de Dados da *Folha de S. Paulo*. Foi nesse último arquivo que consegui empréstimo da coleção, podendo trabalhar com os jornais em minha casa. Para análise de textos, precepei-me basicamente em selecionar todos os editoriais e textos que tratavam da América Latina. Além desses, também discuti em alguns casos textos que receberam a chamada principal de capa (denominado no jornalismo de manchete). Meu objetivo com essa seleção foi exatamente seguir o tema de meu trabalho: discutir em *Versus* sua visão de América Latina. Sobre os editoriais, escolhi esses textos porque são eles que vão tratar diretamente das propostas defendidas pelo jornal. Apenas como fonte de apoio para meu trabalho, realizei algumas entrevistas com jornalistas envolvidos na produção de *Versus*. Com Marcos Faerman, utilizei dados de uma entrevista que fiz com ele em 12 de setembro de 1992 para trabalho de conclusão de disciplina para o curso de comunicação social (bacharel em jornalismo) pela PUC/SP naquele ano. Também fiz uma série de entrevistas com dois colaboradores do jornal por e-mail (as referências estão citadas ao longo deste trabalho): uma com Luiz Egypto e outra com Luiz Carlos Ramos.

Também fiz uma pesquisa nos arquivos do Projeto Brasil Nunca Mais, no Edgard Leuenroth, e na documentação de inquéritos pelo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) no Arquivo do Estado de São Paulo atrás de informações de prisões pela LSN (Lei de Segurança Nacional) de participantes do *Versus* durante a existência do jornal. Nada encontrei.

Além de *Versus*, pesquisei outras publicações como base de apoio ao meu trabalho. São elas a *Folha de S. Paulo*, o alternativo *Ex* e suplemento Folhetim (também da *Folha de S. Paulo*). As datas consultadas constam da seção Bibliografia e Documentos, no final desta dissertação. Me foi útil também a pesquisa feita na coleção da revista argentina *Crisis* –inspiração de Faerman para fundar *Versus*– da família do jornalista.

---

<sup>83</sup> MOURA, op. cit., p. 60.

A seguir, na Parte I, relato alguns fatos que mostram os antecedentes do jornal, estabeleço as influências recebidas por *Versus*, conto a sua história e apresento breves perfis de alguns dos mais importantes jornalistas que atuaram na publicação. Também estabeleço um debate com a historiografia que aborda o final da primeira metade e a segunda metade da década de 1970 e discuto os conceitos de liberalização e de Estado autoritário do Brasil pós-1964. Com base nas leituras que fiz do jornal, analiso algumas reportagens que falem de *Versus* e seus editoriais.

Na Parte II, trato especificamente sobre a temática da América Latina. Faço análises de reportagens e editoriais que falam sobre a busca de *Versus* da suposta identidade latino-americana e do latino-americanismo do jornal. Debato basicamente dois tipos de textos existentes na publicação paulistana: os que discutem o presente dos anos de 1970 –marcado por países entregues a regimes militares e opositores perseguidos por seus governos–; e os que discutem o passado da América Latina –com histórias comuns de colonização espanhola e portuguesa, escravidão das populações negra e índia, frágeis processos de independência e minorias sociais marginalizadas.

Nas Conclusões, tento analisar a proposta que *Versus* tinha para a América Latina, apresentando também os debates de parte da historiografia sobre o conceito de América Latina.

## **PARTE I**

### **IMPRENSA ALTERNATIVA E *VERSUS***

*“Imprensa é oposição,  
o resto é armazém de  
secos e molhados.”*  
Millôr Fernandes\*,

---

\* In *Imprensa Alternativa & Literatura – Os anos de resistência*, Rio de Janeiro, RioArte, 1987, p. 30.

Eles se reuniam geralmente à noite pelo menos uma vez por semana. A maioria, cerca de dez, saía do trabalho –nos jornais da grande imprensa paulistana– por volta das dez, onze horas da noite e ia a uma casa da rua Capote Valente, 376, no tradicional bairro de Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Lá funcionava –quase sempre de forma improvisada (não tinha sequer telefone)– a redação de *Versus*. Os telefonemas dados pelos repórteres eram feitos do orelhão em frente ao prédio ou das empresas de comunicação onde tinham emprego fixo. O objetivo desses encontros era debater as pautas a serem produzidas para o jornal alternativo, mas as discussões se dispersavam e o tema dos assuntos abordava desde a conjuntura econômica e a política internacional daqueles meados da década de 1970, passando por futebol e mulheres –quase só havia homens nessas reuniões mensais. O tema central desses encontros –a pauta prioritária, como diziam os jornalistas– era a América Latina. Esse grupo tinha grande preocupação com os países vizinhos, que, como o Brasil, também viviam (ou viveriam) governos militares e enfrentavam (ou enfrentariam) problemas semelhantes: censura à imprensa, descumprimento dos direitos humanos e repressão contra toda forma de oposição ao Estado<sup>84</sup>. Essa era a visão do líder desse grupo, Marcos Faerman.

Como seus colegas, Faerman também tinha emprego na grande imprensa, no *Jornal da Tarde* (ou simplesmente *JT*). Gaúcho de Rio Pardo (nasceu em 5 de abril de 1943), Faerman começou no jornalismo em 1961, na *Última Hora* –da qual nasceu a *Zero Hora* de hoje–, sendo editor à época de Luis Fernando Verissimo<sup>85</sup>. Lá ficou até 1967. No ano seguinte, mudou-se para São Paulo, onde foi parar no *JT* –diário matutino do mesmo grupo de *O Estado de S. Paulo*– em 1969. Os dois jornais passaram por um período de censura prévia entre agosto de 1972 e janeiro de 1975<sup>86</sup>, o que pode ter incentivado Faerman e alguns jornalistas da casa a procurar outras formas de comunicação no período. Desde o início dos anos 1970, ele passou a freqüentar então as redações de jornais alternativos. O primeiro foi *Bondinho*, depois vieram *Ex* e *Mais Um*. *Bondinho* foi uma revista criada em novembro de 1971 por uma equipe de jornalistas egressos da *Realidade*,<sup>87</sup> da editora Abril. Comandados por Sérgio de Souza, o periódico teve

<sup>84</sup> Entrevista com Marcos Faerman, São Paulo, 12 de setembro de 1992 (Notas).

<sup>85</sup> Escritor e colaborador de vários jornais, Luis Fernando Verissimo é hoje colunista de *O Estado de S. Paulo*. Filho do escritor Erico Verissimo (1905-1975), que escreveu a trilogia *O Tempo e o Vento: O Continente* (1949), *O Retrato* (1951) e *O Arquipélago* (1961), entre outras obras.

<sup>86</sup> Sobre a censura prévia particularmente em *O Estado de S. Paulo*, ver AQUINO, op. cit., pp. 37-118.

<sup>87</sup> Revista criada pela editora Abril em 1966 que circulou até 1976. Teve grande sucesso editorial e de público. Em sua primeira fase, o periódico se caracterizou por ter produzido reportagens polêmicas de política e de comportamento. O grande mérito dessa fase, que durou até 1968, foi sua equipe. Era formada por, entre

como marca reportagens de comportamento da cidade de São Paulo. Durou até junho de 1972. *Ex* recebia esse nome porque significava “ex-tudo o que passou”, dizia Faerman<sup>88</sup>. Basicamente formado pela mesma turma do *Bondinho*, *Ex* aparece em novembro de 1973 e causa um grande estardalhaço logo em seus primeiros números: a edição de estréia tem Adolf Hitler na capa numa foto montagem em que o nazista aparece como um nudista tomando sol. No número 3, o então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, envolvido no escândalo Watergate, é colocado em outra foto montagem com roupas de presidiário. Sua edição mais famosa é a de número 16, de fins de outubro, quando o jornal prepara um dossiê sobre o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Vendeu 50 mil exemplares, um recorde para um alternativo. O sucesso foi tão grande que teve de tirar nova edição, com outros 30 mil, mas foi apreendido pela polícia. Isso significou seu fim. Mas o mesmo grupo não desistiu e lançou ainda *Mais Um*. Este durou apenas um número, mas marcou presença por denunciar nesta edição o chamado Esquadrão da Morte da Polícia Civil de São Paulo, liderada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, também célebre por ter atuado no DEOPS.

Faerman passou por todas essas publicações. O que ele buscava, na verdade, era a grande reportagem. Conseguiu isso, em parte, no *JT*, expoente no Brasil da época do new journalism norte-americano (ao lado da revista *Realidade*). Mas, até devido às limitações impostas pela censura ao periódico paulistano, ele queria mais. Sobre ele, um colega de profissão disse certa vez: “*O Marcão defendia arduamente a grande reportagem. Dizia que Heródoto não era o pai da história, mas o pai da reportagem*”<sup>89</sup>. Por isso, não encontrou nessas publicações alternativas anteriores o que queria.

Com 21 anos de *JT*,<sup>90</sup> Faerman saiu do jornal do Grupo Estado em 1990 após ganhar notoriedade entre o público paulistano<sup>91</sup>. Ganhou duas vezes o Prêmio Esso de Jornalismo –o principal da área na década de 70–: um em 1974 pela reportagem no *JT* “Nasceu o primeiro brasileiro pelo método Leboyer” (categoria informação científica); e outro no ano seguinte, no mesmo jornal, pela matéria “Os habitantes da arquibancada” (menção honrosa na categoria

---

outros, Sérgio de Souza, Narciso Kalili, José Hamilton Ribeiro, Carlos Azevedo, Roberto Freire, Luiz Fernando Mercadante e Mylton Severiano. A partir desses jornalistas, nasceu uma verdadeira vertente de jornais da imprensa alternativa. Sobre a revista, ver FARO, J. S., *Revista Realidade - 1966-1968 - Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira*, Canoas, Editora da Ulbra / Age, 1999.

<sup>88</sup> Entrevista com Faerman, São Paulo, 12 de setembro de 1992 (notas).

<sup>89</sup> In “Marcos Faerman” (texto sem autor), *Esquina de SP*, Faculdade Cásper Líbero, número 18, junho de 1999. Na Internet: <http://www.facasper.com.br/jornalismo/esquinas/esquinasjornalistas1/faerman.htm>. Faerman foi professor do curso de jornalismo da Cásper em seus últimos anos de vida. A declaração sobre ele é do jornalista Percival de Souza.

<sup>90</sup> Faerman entrou em 1969 no *JT* e saiu de lá em 1990. Ver “Morre em São Paulo o jornalista Marcos Faerman”, In *O Estado de S. Paulo*, 13 de fevereiro de 1999.

<sup>91</sup> Carlos Eduardo Lins da Silva, em *O Adiantado da Hora* (op. cit.), é um dos que considera Faerman um dos grandes jornalistas dos anos 70 e 80.

informação esportiva).<sup>92</sup> De vida agitada, o jornalista acumulou sempre projetos extra-curriculares à sua função no *JT*. Tanto que em 1989, quando a imprensa alternativa já não existia mais, tentou ainda ressuscitar os nanicos lançando em São Paulo a revista *Crisis*, em mais uma tentativa de se criar um veículo de comunicação voltado para a cultura e para a América Latina. O nome é mesmo de uma de suas inspirações no jornalismo: a argentina *Crisis* dos anos 70. A publicação homônima brasileira de Faerman durou apenas um número. A edição de número 2 –com uma reportagem sobre o escritor argentino Julio Cortázar e um texto do amigo uruguaio Eduardo Galeano– ficou no prelo.<sup>93</sup>

Deixou o *Jornal da Tarde* numa época em que o projeto original do periódico já era outro, adverso ao estilo de se produzir grandes reportagens. Depois, trabalhou para as revistas *A Hebraica* –publicação voltada para o público judeu da Grande São Paulo, onde deixou sua marca com edições especiais voltadas para a área cultural–, *Educação* e *Problemas Brasileiros*. Morreu de ataque cardíaco num dia de Carnaval, 12 de fevereiro de 1999, com um livro quase pronto sobre gangues da periferia de São Paulo, e o projeto de um novo jornal alternativo, *Contra*, “que seria contra o governo de Fernando Henrique Cardoso”.<sup>94</sup>

Em *Ex*, Faerman começou a fazer o que seria a essência de *Versus* meses depois. Ele ficou lá por uns tempos e mudou bastante o periódico. Sérgio de Souza e Narciso Kalili, editores originais de *Ex*, haviam deixado a publicação após a apreensão de uma edição (a de número 3, aquela em que o presidente Nixon aparecia vestido com roupas de presidiário)<sup>95</sup> para produzir jornais no interior do país. Nesse período, Faerman e outro jornalista, Palmério Dória, assumiram a edição de *Ex* e alteraram a concepção editorial do periódico paulistano<sup>96</sup>. No início de 1975, fracassados os projetos no Paraná e no interior de São Paulo, Kalili e Souza voltam e assumem *Ex*. De cara, encontram um jornal diferente em relação ao que tinham deixado no ano anterior. Basicamente, a dupla original de editores defendia um jornal mais factual e sintonizado com as questões atuais do país. O maior exemplo disso será a publicação, em novembro de 1975, da reportagem sobre a morte de Herzog, ocorrida um mês antes<sup>97</sup>. Faerman, por outro lado, valorizava mais literatura e cultura nas páginas de *Ex*,

<sup>92</sup> Ver site do Prêmio Esso de Jornalismo: [www.premioesso.com.br](http://www.premioesso.com.br).

<sup>93</sup> LANDO, Vivien, “Nanicos em fase de crescimento”, In *Imprensa*, São Paulo, número 27, novembro de 1989, pp. 20-22.

<sup>94</sup> RAINHO, João Marcos, “Marcos Faerman, Repórter”, op. cit.

<sup>95</sup> Kalili vai para o interior do Paraná, onde produz dois jornais, primeiro o *Panorama* e depois *Viver*. Já Souza vai a Ribeirão Preto (SP), ao lado do jornalista José Hamilton Ribeiro, criar o semanário *Domingão*. Ver KUCINSKI, Bernardo. “Panorama da imprensa alternativa no Brasil”. *Jornalistas e Revolucionários. Nos Tempos da Imprensa Alternativa*, São Paulo, Scritta, 1991, p. 237.

<sup>96</sup> Ver *Ex*, número 8, dezembro de 1974.

<sup>97</sup> *Ex*, número 16, novembro de 1975. A reportagem de capa tem a seguinte chamada: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”.

com textos bem elaborados ao estilo de grandes reportagens<sup>98</sup>. Ocorre então um racha e Faerman sai do jornal<sup>99</sup>. Era a hora de ele criar seu próprio periódico para mostrar sua visão de jornalismo.

## A Fundação

Ao lado de um grupo de amigos jornalistas e intelectuais, Faerman funda o *Versus* em outubro de 1975. Fazem parte da equipe de criação do jornal os jornalistas Percival de Souza, Wagner Carelli, Enio Squeff e Moacir Amâncio<sup>100</sup>, entre outros. Também se juntaram ao grupo intelectuais como Bóris Schneiderman e Modesto Carone. *Versus* começou a ser publicado naquele mesmo mês, numa época em que o Brasil vivia um clima de revolta contra o regime militar (1964-85), principalmente por causa do assassinato de Herzog – ocorrido exatamente no mesmo mês de estréia de *Versus* – nas dependências do DOI/CODI (Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna)<sup>101</sup>.

Embora o caso da morte do jornalista não seja citado nas reportagens de *Versus*, é importante contextualizar o período vivido pelo Brasil nessa época por um motivo. Inserido dentro da chamada imprensa alternativa, *Versus* será vítima, mesmo que indiretamente num primeiro momento, dos aparelhos repressivos do regime militar. O projeto original do jornal não vai apresentar notícias factuais em suas páginas e sua pauta não será marcada por questões atuais da política brasileira. Estrategicamente, *Versus* se pauta por problemas da América Latina, muitos deles relacionados a um passado recente e bastante semelhantes aos vividos no Brasil. Por isso, diferentemente de outros periódicos, não vai sofrer com a censura. Só que ele será indiretamente atingido a partir de 1977, quando se

---

<sup>98</sup> Um bom exemplo disso é a reportagem que o próprio Faerman fez sobre o escritor e jornalista uruguaio Eduardo Galeano, em *Ex*, número 11. São seis páginas de um texto descrevendo uma conversa descontraída entre os dois. Nela Galeano conta um pouco da história de seu best seller, **Las Venas Abiertas de América Latina** (Siglo Veintiuno Editores, 1971), da revista uruguaia *Marcha* e da argentina *Crisis*.

<sup>99</sup> Faerman assumiu a edição de *Ex* a partir pelo menos do número 6 do periódico, e não do 8, como afirma Kucinski, *op. cit.*. Ficou em *Ex* até a edição 12. Ver editoriais e expedientes das edições 1, 2, 5, 6, 7, 10, 11 e 12 de *Ex*.

<sup>100</sup> Jornalista e escritor, Percival de Souza passou por algumas respeitadas redações da imprensa brasileira. Notabilizou-se no mesmo *Jornal da Tarde* de Faerman, mas ficou mais conhecido por suas reportagens nos anos de 1980 na TV Globo. Recentemente, foi da revista *Época*. É autor, entre outros, de **Eu, Cabo Anselmo** (SP, Globo, 1999) e **Autópsia do Medo** (SP, Globo, 2000), biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Wagner Carelli, depois de *Versus*, também rodou algumas redações do país. Passou pelo *Diário Popular* (hoje *Diário de S. Paulo*) e pelas revistas *República* e *Bravo*. O jornalista Enio Squeff trabalhou em várias redações, entre elas a da *Veja* (1968-70), onde foi da equipe que fundou o a revista. Depois, trabalhou em *O Estado de S. Paulo* (70-79) e na *Folha de S. Paulo* (79-84). Hoje, dedica-se às artes plásticas. Moacir Amâncio está até hoje no jornal *O Estado de S. Paulo*, onde passou pelas mais variadas editorias.

<sup>101</sup> Ver SKIDMORE, Thomas, **Brasil: de Castelo a Tancredo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 344-46. Ver também um relato mais factual do episódio em JORDÃO, Fernando, **Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil**, São Paulo, Global, 1979.

dá início a uma série de operações da extrema-direita, que executa explosão de bombas em bancas que vendiam jornais da imprensa alternativa (90% do faturamento de *Versus* se dava pela circulação do periódico em bancas). Diretamente, o jornal sofre um golpe final a partir de 1979, quando o governo passou a executar uma nova empreitada contra a imprensa alternativa. Dessa vez, a Polícia Federal e a Receita Federal usavam suas atribuições legais para fazer auditorias fiscais nesses veículos de comunicação. Em *Versus*, foi feita a partir de meados de 1979<sup>102</sup>.

E por que falar de Herzog? O jornalista apareceu morto, aparentemente enforcado, nas celas do complexo DOI/CODI, um dos aparatos do regime militar brasileiro usados para a repressão contra opositores ao governo – chamados pelos militares de subversivos. Jornalista e diretor do departamento de notícias da TV Cultura, Herzog foi procurado por agentes da repressão, em meados de outubro de 1975. Disse a eles que se apresentaria ao DOI/CODI no dia seguinte. Com intuito de mostrar que queria colaborar, Herzog cumpriu o que dissera. Foi ao local no dia 25 de outubro. No mesmo dia, o Exército divulgou uma nota oficial dizendo que o jornalista havia se enforcado após assinar uma confissão de que pertencia aos quadros do PCB (Partido Comunista Brasileiro). A versão do suicídio imediatamente causou uma enorme polêmica, gerando protestos contra o governo. A foto oficial do Exército comprova a mentira dos militares: a imagem mostra Herzog enforcado e a travessa onde ele teria se pendurado tinha uma distância pequena em relação ao solo, insuficiente para o enforcamento de uma pessoa com a estatura do jornalista.

O caso se torna emblemático na luta de entidades a favor dos direitos humanos contra o regime militar. Alguns autores defendem que, a partir da morte de Herzog, ocorrida após sua prisão e tortura, a sociedade brasileira teria se organizado mais acintosamente e iniciado uma certa mobilização popular a favor da abertura política. Essa opinião está na obra do brasilianista Thomas Skidmore. Outros autores, no entanto, discordam. O historiador também norte-americano Kenneth Serbin defende a morte do estudante Alexandre Vannucchi Leme, dois anos antes, como o verdadeiro marco. De acordo com Serbin, foi principalmente na missa de sétimo dia de Leme, rezada pelo então arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que a sociedade se mobilizou<sup>103</sup>.

De qualquer forma, o episódio Herzog produziu uma enorme repercussão na sociedade brasileira. A primeira publicação de impacto sobre o caso foi

<sup>102</sup> Ver *Versus* número 32, junho de 1979, “Não!”, pp. 3-4. A ação é reflexo do já citado documento do CIE. Ver CAPARELLI, op. cit., pp. 114-118.

<sup>103</sup> Ver entrevista com Serbin em ARAÚJO, Luís C. Eblak, “A Igreja reage”, *Folha de S. Paulo*, 7 de junho de 1998, p. 5-4. Serbin acaba de lançar o livro **Diálogos na Sombra – Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**, São Paulo, Cia das Letras, 2001. Na obra, o norte-americano fala sobre os diálogos entre bispos e governo militar e sobre o caso Leme.

exatamente a já citada reportagem no periódico *Ex*, gerando inclusive apreensão de seus exemplares. Três meses depois, aparece morto na mesma sede do DOI/CODI o operário Manuel Fiel Filho, membro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Mais uma vez, a versão oficial do Exército foi a de que o metalúrgico havia cometido suicídio, o que novamente não foi aceita pela população. De reflexo imediato na condução do regime militar do período, o caso Herzog e o de Fiel Filho vão resultar na demissão de um militar do governo do presidente Ernesto Geisel, o general Ednardo d'Avila Melo, comandante do Segundo Exército e superior hierárquico responsável pelo DOI/CODI<sup>104</sup>.

Por que o caso Herzog repercutiu tanto no governo naquele período? Por que Geisel demitiu um general do Segundo Exército –região correspondente sobretudo ao Estado de São Paulo e, portanto, prioritária para o regime militar– após as repercussões das mortes no DOI/CODI? Em primeiro lugar, é preciso destacar que o caso Herzog teve grande importância para o processo de abertura, sobretudo em se pensando o papel da imprensa no período, como atesta Celina Rabello Duarte:

*“É a partir do caso Herzog que a imprensa passa a funcionar, para o governo, como uma contra-operação, um fator de equilíbrio, para neutralizar as áreas mais radicais do sistema. Esse processo culmina com a questão sucessória [de Geisel], em 1977, e volta a se amenizar depois da exoneração do ministro do Exército, Sylvio Frota, em 12 de outubro daquele ano, o que significou uma vitória para o grupo Geisel. A morte de Herzog é um ponto marcante no processo de abertura [...] A divulgação do caso Herzog certamente contribuiu para a realização de atos públicos de repúdio [à morte do jornalista], como a Missa Ecumênica realizada na Catedral da Sé em São Paulo.”*<sup>105</sup>

Há no período um intenso duelo entre grupos que defendiam a abertura política –basicamente o liderado por Geisel e Golbery do Couto e Silva<sup>106</sup>, de um lado, e os que eram contra, do outro –geralmente chamados de “linha-dura”,

<sup>104</sup> Ver SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, *A Volta aos Quartéis, a Memória Militar sobre a Abertura*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995, Introdução, pp. 7-41. Ronaldo Costa Couto sugere que Geisel admitiu que os casos de Herzog e Fiel Filho foram assassinatos. Lendo a entrevista que o autor fez com o próprio Geisel a impressão que tenho não é bem essa. “*Aquilo foi proposital?*”, pergunta o autor da obra sobre as mortes do jornalista e do operário. “*Não, eu não sei. Eu não acredito [...] Não posso afirmar, mas aquilo, aquilo... Aquilo foi um verdadeiro assassinato*”, responde Geisel. Ver COUTO, Ronaldo Costa, *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985*, Rio de Janeiro, Record, 1998, pp. 181 e 182.

<sup>105</sup> DUARTE, op. cit., p. 110.

<sup>106</sup> O general gaúcho Golbery do Couto e Silva (1911-87) foi uma das figuras mais influentes que atuaram nos bastidores do regime militar. Ocupou vários cargos no decorrer de sua carreira, principalmente a partir do governo de Jânio Quadros, em 1961, tendo sido chefe de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional. Depois, foi ministro do TCU (Tribunal de Contas da união), entre 1967 e 69, e chefe de Gabinete Civil da Presidência entre 1974 e 81. Foi o primeiro chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão criado em 1964. É um dos mentores da abertura política a partir do governo Geisel. Ver o verbete “Golberri do Couto e Silva”, em DHBB, op. cit., volume V, pp. 5.413-5.419.

exatamente o mesmo denominado por Celina de “áreas mais radicais do sistema”. Interessa aqui essa disputa que ocorre principalmente no início do governo Geisel, em 1974, mas se estende até a Presidência de João Baptista Figueiredo. Como se dá esse duelo? Em 1974, o principal inimigo declarado do regime militar –a guerrilha– já está derrotado. Quase todos os grupos armados já tinham sido vencidos entre o final do governo Costa e Silva (1967-69) e o de Médici (69-74). Terminado esse período, as forças repressivas do governo militar se mostravam temerosas em perder poder, já que o inimigo tinha sido derrotado. Afirma o historiador Carlos Fico, em **Como Eles Agiam – Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política**:

*“O projeto de ‘distensão política’, posteriormente conhecido como ‘abertura’, iniciado por Ernesto Geisel, teria de considerar o problema dos órgãos de segurança. Geisel, não podendo nem desejando extingui-los, precisava, ao menos, controlá-los –de tal forma que somente as operações legais fosse efetuadas (eliminando-se, portanto, a tortura, os atentados e o assassinato de presos políticos).”*<sup>107</sup>

O próprio Geisel admite isso, em entrevista ao grupo do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro: *“O problema é, depois que solta a fera [os órgãos de segurança controlados pelos militares da “linha-dura”], conseguir dominá-la e prendê-la novamente. É realmente um problema difícil.”*<sup>108</sup> Para ele, a questão de disputa com os militares da “linha-dura” só se resolveria em 12 de outubro de 1977, quando Sílvio Frota –nome forte da linha-dura à época– é demitido do cargo de ministro do Exército. Geisel via esse grupo com uma descrição peculiar. Na mesma entrevista, afirmou:

*“Havia gente no Exército, nas Forças Armadas de um modo geral, que vivia com essa obsessão da conspiração, das coisas comunistas, da esquerda. E a situação se tornava mais complexa porque a oposição, sobretudo no Legislativo, em vez de compreender o caminho que eu estava seguindo, de progressivamente resolver esse problema, de vez em quando provocava e hostilizava. Toda vez que a oposição, nos seus discursos, nos seus pronunciamentos, fazia declarações ou reivindicava posições extremadas vinha a reação do outro lado, e assim se criavam para mim grandes dificuldades.”*<sup>109</sup>

Na opinião de Alfred Stepan:

*“[...] os extremistas da comunidade de segurança, temendo perder autonomia, empreenderam um novo round no combate às organizações esquerdistas, tanto para eliminá-las*

<sup>107</sup> FICO, Carlos, **Como Eles Agiam – Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política**, Rio de Janeiro, 2001, p. 211.

<sup>108</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, **Ernesto Geisel**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 1997, p. 216.

<sup>109</sup> Idem, p. 377.

*como para convencer os 'militares enquanto instituição' de que a ameaça subversiva era real e a distensão, um perigoso equívoco.”<sup>110</sup>*

É importante salientar também que, antes do caso Herzog, houve uma série de ações que, segundo a pesquisadora Celina Rabello Duarte, demonstrou um retrocesso na distensão de Geisel. Segundo ela, em 1º de agosto de 1975, o presidente fez um pronunciamento em que reafirmou sua intenção de não suprimir os Atos Institucionais. Também denunciou, nesse mesmo discurso, que havia “infiltração comunista” nos órgãos de informação e no funcionalismo público. Dias depois desse pronunciamento, a novela da TV Globo –aliada do governo militar– “Roque Santeiro” foi censurada. Celina cita ainda, antes da morte de Herzog, que houve um perseguição mais intensa a jornalistas nesse período. Finalmente, em 25 de outubro, ocorreu o assassinato do jornalista. A pesquisadora tenta explicar:

*“As razões que levaram a esse súbito endurecimento do presidente Geisel ainda não estão suficientemente esclarecidas. O mais provável é que o embate entre Geisel e a 'linha-dura' estivesse atingindo um ponto crítico. Há quem reconheça na dureza do discurso a ausência da mão do general Golbery, que estava fora do país [...] Outro aspecto que deve pesar é o fato de estar o governo, naquele momento, adotando medidas bastante delicadas que tocavam fundo na área militar e que exigiriam apoio unânime das Forças Armadas [...]”<sup>111</sup>*

Segundo ela, essa série de ações da linha-dura vai se encerrar com a demissão do general Ednardo Dávila Melo, comandante do Segundo Exército, em 17 de janeiro de 1976 (após o assassinato do operário Fiel Filho).

Alguns autores consideram que, imediatamente após o ciclo antiguerrilha, os órgãos de segurança se voltaram para outros focos. O grupo Brasil Nunca Mais, baseado em farta documentação que conseguiu na pesquisa sobre desaparecimentos e mortes de presos políticos, aponta uma nova fase da repressão após 1977 (depois portanto das mortes de Herzog e Fiel Filho):

*“A partir de 1977, não se registram novos assassinatos durante interrogatórios, embora as denúncias sobre torturas continuassem presentes nos poucos processos políticos formados então. Nessa época já vinha se tornando notória a existência de tensões e dissidências dentro das Forças Armadas. Por sugestiva coincidência, tem início ações regulares de terrorismo de direita, reivindicadas por siglas que, na verdade, camuflam a operação de antigos agentes dos órgãos de tortura.”<sup>112</sup>*

O grupo sugere, o que outros autores vão afirmar, que o novo foco da repressão será, num primeiro momento, a partir de 1974, o PCB (Partido Comunista Brasileiro), e, depois, organizações da sociedade civil, como a OAB

<sup>110</sup> STEPAN, Alfred, op. cit., p. 52. O autor afirma que se baseou, para defender essa idéia, em entrevistas que fez com os generais Golbery do Couto e Silva e Reynaldo Mello de Almeida, chefe do Primeiro Exército de Geisel.

<sup>111</sup> DUARTE, op. cit., p. 107.

<sup>112</sup> Brasil: Nunca Mais, Petrópolis, Vozes, 1990 (daqui pra frente BNM), p. 66.

(Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira da Imprensa), cujas sedes sofreram atentados a bombas em agosto 1976, e o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), vítima em setembro do mesmo ano.

Numa pesquisa que fiz com os dados disponíveis no livro **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**, constatei que, embora o total de vítimas do regime militar tenha caído no governo Geisel (foram 41 os mortos ou desaparecidos entre 1974 e 79 contra 225 no governo Médici), é facilmente identificável que os militantes do PCB têm forte participação na lista de prioridades dos órgãos de repressão a partir de 1974. Das dez mortes registradas no governo Geisel, quatro (40%) são de militantes do PCB. Entre os desaparecidos, dos 31 casos relatados no livro, 12 (mais de um terço) são de membros do Partido Comunista Brasileiro. Note-se que, nesse momento ainda é forte a presença de nomes vítimas da repressão que estavam na Guerrilha do Araguaia. Entre os mortos, 30% são de membros do PC do B (Partido Comunista do Brasil) –o grupo que comandou a luta armada no Pará– e, entre os desaparecidos, 12. Esses dados confirmam que, de fato, o PCB –e ainda, em 1974, o PC do B– são as novas vítimas dos órgãos repressivos do regime militar.

Veja a seguir tabelas 1 e 2, com dados dos mortos e desaparecidos políticos no regime militar brasileiro:

**Tabela 1 - números de mortos e desaparecidos políticos no regime militar<sup>113</sup>**

	Castelo	C. e Silva	J. Militar	Médici	Geisel	Figueiredo	Total geral
Mortos	16	21	5	124	10	6	182
Desaparecidos	1	1	-	101	31	1	135
Total	17	22	5	225	41	7	317

<sup>113</sup> Dados contabilizados a partir do **Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**, Recife, Cepe (Companhia Editora do Pernambuco), 1995. Os governos citados são: Castelo Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Junta Militar (69), Médici (1969-1974), Geisel (1974-79) e Figueiredo (1979-85).

**Tabela 2 - números de mortos e desaparecidos políticos por organização no governo Geisel<sup>114</sup>**

	PC do B	PCB	Outros	Total geral
Mortos	3	4	3	10
Desaparecidos	12	12	7	31
Total	15	16	10	41

O ex-militante de esquerda Jacob Gorender, também pesquisador do período, sugere uma perseguição em três momentos após a aniquilação da luta armada. Segundo ele, em **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**, os órgãos repressores se voltaram, num primeiro momento, após 1974, ao PCB:

*“Uma vez que já não havia organizações da esquerda armada para justificar sua atuação sanguinária, os órgãos repressivos se voltaram para a ‘reserva de caça’ que lhes oferecia o PCB [...] Juntando as quedas dos anos anteriores a 1974-1975, metade do comitê central foi parar nas garras do inimigo [os órgãos policiais]. Dezesesseis dirigentes presos, entre os quais dez ‘desaparecidos’ [...]”<sup>115</sup>*

Num segundo momento, ainda de acordo com a análise de Gorender, na seqüência à busca ao PCB, a repressão passou a visar, nas palavras do pesquisador, as “organizações menores”. Gorender cita o MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). Eu diria, tentando dialogar com o texto do ex-militante, que não eram apenas as “organizações menores” as vítimas do regime militar, mas também entidades civis de maior porte, como a OAB, a ABI, o Cebrap e até a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) –em setembro de 1976, o então bispo de Nova Iguaçu, no Rio, foi seqüestrado, espancado e abandonado num matagal na região, enquanto seu carro foi conduzido para ser destruído com forte carga de explosivos contra a sede da CNBB.<sup>116</sup>

No terceiro momento, segundo proposição do autor de **Combate nas Trevas**, são incluídos órgãos da imprensa, como o *Versus*. Diz Gorender:

*“Já no governo Figueiredo, o alvo se transferiu para entidades da oposição legal, atingidas por explosões a bombas, com mortos e feridos. Incêndios a bancas de jornais estrangularam a circulação dos semanários de esquerda. A escalada do terrorismo de direita,*

<sup>114</sup> A partir de Dossiê, op. cit.. Os mortos e desaparecidos políticos do PC do B são todos vítimas da Guerrilha do Araguaia.

<sup>115</sup> GORENDER, Jacob, **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**, São Paulo, Ática, 1987, pp. 233-234.

<sup>116</sup> BNM, pp. 66-67. Fico afirmando que a CNBB passou a ser perseguida pelo regime militar principalmente a partir de fins dos anos de 1960, quando se posicionou contrariamente ao governo dos generais. Op. cit, p. 192.

*ativo nos porões dos órgãos repressivos, culminou, às vésperas do 1º de Maio de 1981, no falado atentado ao festival do Riocentro.”*<sup>117</sup>

Eu acrescentaria apenas uma coisa: as entidades da oposição legal –incluída aí a imprensa alternativa– começaram a ser vítimas do regime militar antes mesmo do governo Figueiredo, pois em 1977 já existiam os atentados a bombas contra bancas de jornais. Também incluiria nesse rol de ações contra a oposição as devassas contábeis e fiscais contra a imprensa alternativa a partir de 1979, como citei na Introdução.<sup>118</sup>

A proposta de *Versus* não é tratar diretamente de casos como o de Herzog. Ele está inserido nesse contexto de início da abertura de Geisel, mas não debate diretamente o assunto. Isso pode ser visto como uma forma de evitar até a censura prévia em sua redação, principalmente porque fazia parte de um grupo de jornais –chamado de imprensa alternativa– visado pelos órgãos de repressão do governo. Basicamente, o periódico de Faerman, assim como outros 150 da época, é uma ruptura com o tipo de jornalismo predominante feito pelos grandes jornais. Ele rompe, por exemplo, com o estilo da grande imprensa de texto curto e objetivo. *Versus* também traz em si uma proposta de ruptura temática existente nos grandes jornais. Isso porque o fio condutor do jornal, o assunto que vai predominar desde a capa até a última página desse veículo de comunicação é a América Latina, um tema pouco tratado pela imprensa na época. E o que vai amarrar a estrutura do jornal com suas reportagens será exatamente um fato comum no “continente”<sup>119</sup>: vários países da América Latina –como Chile, Paraguai, Uruguai e, mais tarde, em 1976, também a Argentina– vivem regimes militares, embora cada um com sua especificidade<sup>120</sup>.

*Versus* se propunha a valorizar a cultura como uma área de destacado status dentro da imprensa brasileira. Faerman não aceitava que o jornal fosse caracterizado de “cultural” ou “literário”. Esses termos eram pejorativos para ele. Segundo o jornalista, *Versus* tinha simplesmente de expor a cultura de uma região geográfica (América Latina), a cultura dos artistas, dos escritores e dos

---

<sup>117</sup> Gorender, op. cit., p. 233.

<sup>118</sup> Ver nota 5 da Introdução.

<sup>119</sup> *Versus* chama a América Latina de continente. Ver, entre outros textos, *Versus* número 5, agosto/setembro de 1976, editorial (sem título), p. 2.

<sup>120</sup> No Chile, o general Augusto Pinochet assumiu o poder após um golpe de Estado em 1973. O regime militar chileno, encabeçado quase durante todo o tempo por um ditador (Pinochet), só acabou em 1990. Como no Chile, o general Alfredo Stroessner comandou a ditadura no Paraguai de 1954 a 1989. Já em outros países, o regime militar teve revezamento de generais no poder, como na Argentina, entre 1966 e 73 e, depois, entre 76 e 83. No Uruguai, como entre os argentinos e brasileiros, a ditadura liderada pelos militares teve alternância no poder e durou de 1973 (quando os generais fecharam o Congresso, embora tenham mantido um civil no poder até 76, Juan Maria Bordaberry) até 85. No Brasil, como se sabe, cinco generais se alternaram na Presidência desde o golpe de 1964 até o fim do período militar, em 85.

intelectuais latino-americanos, mesmo que a definição desse termo –América Latina– não fosse clara para *Versus*.

“Um jornal sem vergonha de assumir a reflexão e a cultura, num momento que na grande imprensa, letras, artes e pensamento eram relegados à condição de ‘variedades’. Ao mesmo tempo não sentíamos *Versus* como uma ‘revista literária’ (algumas vezes assim fomos chamados e isto nos aborreceu) nem como uma ‘revista de cultura’”<sup>121</sup>.

“Um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura” era o lema de *Versus* estampado logo na capa do periódico. Essa especificidade vai além da definição de cultura pela equipe de Faerman. Mesmo sendo um jornal (ainda que bimestral), *Versus* não vai tratar apenas dos “fatos” –quer dizer, dos assuntos que acontecem no dia-a-dia– da época, não apenas da novidade jornalística, do que era novo para o período. *Versus* buscava também uma suposta identidade para a América Latina, tentava entender a razão de vários países vizinhos estarem vivendo a mesma experiência de governos repressores. Por isso, o jornal ia além dos compromissos com o momento vivido no Brasil. Para Faerman e sua equipe, o passado tinha que ser estudado, divulgado, analisado.

“Acontece que um grupo de jornalistas e intelectuais concluiu que era necessária uma publicação voltada para o presente, o passado e o futuro de nosso ‘continente’. Conhecemos muito pouco de nossa imagem real. Desde os tempos coloniais, recusamos nosso ser continental. Isso era conveniente para o dominador de plantão”<sup>122</sup>.

*Versus* teve sua primeira fase. Por ela, entendo o período que vai desde o número 1 (outubro de 1975) até o 24 (setembro de 1978). Ainda dentro dessa fase, subdivido-a em duas. O período inicial abrange até a edição 12; o de transição, até o 24. O que chamo de fase decadente é a que se estende do número 24 até o 34 (outubro de 1979), a última edição do jornal. Por que essas divisões? *Versus* viveu a primeira fase com Faerman. É ela o período mais rico do jornal. Nela, o periódico se apresenta como uma publicação coerente e voltada para sua proposta editorial –como contam as experiências comuns dos moradores da América Latina com os regimes autoritários. Até o número 12, o jornal é quase 100% América Latina, com uma visão voltada para sua suposta identidade. *Versus* tenta entender o passado e o presente da América Latina e, ao mesmo tempo, busca essa identidade. “Quem somos nós? Quem é a América Latina? Somos os índios, os negros, os mestiços? Quem, afinal?”<sup>123</sup> É exatamente no número 12 que *Versus* passa a dedicar uma seção à questão do negro. Antes, nos 11 números anteriores, o jornal praticamente se esquece dos negros. Apesar de mencioná-lo, o periódico

<sup>121</sup> Editorial especial de aniversário de *Versus*, número 6, outubro/novembro de 76, “Aniversário”, p. 2.. Ao citar a expressão “variedades”, Faerman se refere a como o jornal da grande imprensa onde ele trabalhava ao mesmo tempo em que fazia *Versus* (o *Jornal da Tarde*) caracterizava o caderno de cultura

<sup>122</sup> Editorial de *Versus*, número 7, “Aos leitores”, p. 2. Como se nota, a América Latina é um “continente” para o jornal. O grifo é meu.

<sup>123</sup> *Versus* número 5, p. 7

não dá tanta atenção ao negro como dá, por exemplo, ao índio. É como se a América Latina, na visão romântica da equipe de Faerman, não tivesse negros. É a grande barriga cometida pelo jornal nessa primeira fase<sup>124</sup>. Isso ocorre, em parte, devido à influência do editor com a cultura argentina, pouco acostumada ao tema. No número 12, a capa do jornal aparece com o selo “Afro-América Latina” e a partir de então o periódico passará a dedicar ao menos duas páginas por edição ao negro.

Depois da edição número 12, o jornal passa por um período de transição. Nela, militantes da CS começam a se embrenhar nos quadros de *Versus*. A edição 13, por exemplo, é um reflexo imediato disso, pois sua capa, pela primeira vez, não traz como tema principal a América Latina, mas sim um texto do economista Celso Furtado e do sociólogo Francisco Weffort. Além disso, até a página 13 dessa edição não há sequer uma reportagem ou menção sobre a América Latina. Nos números seguintes, há um equilíbrio maior dos temas e América Latina volta a ser o assunto prioritário do periódico, mas o que se sente é que a Convergência Socialista atua com mais intensidade no jornal.

A fase decadente se inaugura na edição número 24. É nela que Faerman e alguns jornalistas deixam o jornal nas mãos da Convergência. Faerman escreve uma carta apontando as razões de sua saída. A partir daquele setembro de 1978 – dali a um ano e um mês, o jornal seria fechado –, *Versus* deixava de se preocupar com seus temas comuns até então e mudava de foco. Assuntos da política brasileira da época passam a predominar não só na capa como em quase todas as páginas do periódico. É aqui que *Versus* perde sua identidade e sua razão de ser. A América Latina passa a ser, também para *Versus*, um assunto do passado.

*Versus* não tem uma estrutura similar à de um jornal da grande imprensa. Suas divisões internas não seguem o padrão de outros veículos de comunicação. Em primeiro lugar, o jornal de Faerman não possui editorial com regularidade. Publica um na edição de estréia, “Bienal”, falando apenas do evento de artes de São Paulo. Depois, na edição 5 do periódico, de agosto-setembro de 1976, quase um ano após seu nascimento. E o tema do editorial é a revista argentina *Crisis*, periódico que inspirava Faerman e *Versus* e que tinha fechado suas portas naquele meados de 1976 devido ao regime militar daquele país. Depois, o jornal volta a colocar outros editoriais, sempre à página 2, nos números 6 e 7. Passa um período em branco e volta a publicá-lo apenas no 15, quando a redação já está dominada pela Convergência.

---

<sup>124</sup> “Barriga” em jornalismo é usado quando um veículo de comunicação comete um grave erro de informação. Ver sobre o verbete em *Manual Geral da Redação*, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1987, pp. 27 e 149, e *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992, p. 29.

O jornal paulistano também não dá destaque ao que se pode chamar de colunas fixas. Até possui algumas com nomes comuns que saem em quase todas as edições, mas elas não têm um tema fixo e são publicadas irregularmente. É o caso, por exemplo, de “Coração Americano”. Nas primeiras edições, a coluna é dedicada à literatura americana, como no número 3<sup>125</sup>. Depois, deixa de falar em literatura e aborda, por exemplo, temas como o movimento negro (edição número 9<sup>126</sup>).

Propositalmente, em minha opinião, a publicação comandada por Faerman abre mão dessa organização interna dividida, em editorial, seções e colunas fixas porque *Versus* é sobretudo um jornal de texto. Ou seja, a prioridade absoluta desse periódico é apresentar grandes reportagens com textos bem elaborados e definidos. Mais do que as colunas e seções que poderiam dar unidade a ele, *Versus* se espelha em suas reportagens em busca dessa coerência editorial. Luiz Egypto, jornalista que participou de *Versus* desde o número 6 até o 31, concorda:

*“O fundamental de entender é que o Versus (como outros da imprensa alternativa) era um jornal de jornalistas, isto é, não tinha patrão. A imprensa alternativa era também alternativa nesse aspecto. E todos os jornalistas com muitas leituras, com muita informação. Por isso, em geral (e bota geral nisso) escreviam muito bem.”*<sup>127</sup>

Faerman via na reportagem a possibilidade de o jornalista tratar o tema abordado de vários pontos de vista diferentes, numa tentativa de se “esgotar o assunto”, como se diz no meio jornalístico.

*“O que mais me interessa [...] é trabalhar todos os dados de uma reportagem sem fingir que o repórter sabe tudo. Mais importante do que simular esse domínio da realidade é o leitor querer saber que é preciso saber mais. A grande reportagem, como todo grande texto, deve ter o dom de inquietar quem a lê [...] Um dos problemas [para a] grande reportagem é a mania ou a obsessão pelos textos curtos, na linha do USA Today, que confunde TV com jornalismo escrito e que piorou muita gente boa. Outra questão é que as pessoas estão lendo menos. Os jornais têm medo da grande reportagem, também, porque é um gênero maior, que exige investimentos maiores, seja no repórter ou na produção da matéria —ou nas duas coisas.”*<sup>128</sup>

O destaque dado a textos especificamente sobre América Latina vai crescendo no jornal no decorrer das edições. O importante de se entender é que eles serão destaques qualitativos desde o número 1. Ou seja, serão quase 100% das chamadas de capas de *Versus* sobre América Latina desde o número 1 até o

<sup>125</sup> *Versus*, número 3, “No continente da morte e da esperança”, p. 43.

<sup>126</sup> *Versus*, número 9, “A Internacional negra”, p. 20.

<sup>127</sup> Troca de correspondência (via e-mail) com Luiz Egypto. 26.out.2000, 11h32.

<sup>128</sup> CONCEIÇÃO, Ana Cristina, “Marcos Faerman: A Reportagem está morrendo”, In MELO, José Marques de e Carlos Eduardo Lins da SILVA (org.), *Perfis de Jornalistas*, São Paulo, ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP, 1991, pp. 81-81. Faerman se refere ao jornal norte-americano *USA Today*, um marco na imprensa internacional contemporânea. O *USA Today* se tornou uma referência no jornalismo moderno por impor um estilo próprio de diagramação de suas páginas: basicamente com textos curtos e fotos e quadros maiores, seguindo os passos da televisão. Por isso, é alvo de crítica.

fim da fase de transição do jornal (até o número 24). Quantitativamente, porém, a proporção de textos sobre América Latina ou sobre latino-americanos vai crescendo no decorrer da história de *Versus*. Na estréia do periódico, dos 19 textos publicados, 5 (26,3%) eram sobre América Latina. O percentual vai crescendo e atinge 62,5% na edição 5. Dos 16 textos dessa publicação de agosto-setembro de 1976, 10 eram sobre o tema principal de *Versus*. A proporção aumenta ainda mais depois. Em abril de 1977, edição 9, chega a 70% (com 7 dos 10 textos). Depois, principalmente após o início da fase decadente, em setembro de 1978 (edição 24), o jornal passa a praticamente ignorar a América Latina. Na edição de número 30, dos 15 textos publicados, apenas 2 falam de América Latina<sup>129</sup>.

Logo no número 1, *Versus* já traduzia o que o jornal via na América Latina. O tema da morte é o mais recorrente em suas páginas. A morte, no caso, não é tratada apenas devido à forte repressão sofrida pelos latino-americanos – e seus conseqüentes assassinatos, como no caso do já citado jornalista Vladimir Herzog –, mas também porque, na visão do jornal, a América Latina estava morrendo – morte era uma forte metáfora para a América Latina, região sufocada por regimes militares. Era a morte da cultura indígena, da memória latino-americana, de sua história e de seu presente. A capa de *Versus* era um desenho do cartunista Luís Gê (*ver Figura 1*) com o rosto amargurado de um sul-americano (talvez um índio ou um descendente de índios do Peru ou da Bolívia) chorando, com expressão de dor e com as mãos amarradas. Trazia as seguintes chamadas: “Eu fui condenado à morte (confissões de um repórter argentino)”, “Eu me condenei à morte (diário de um escritor peruano)” e “Nós vivemos a morte (a vida num hospício mineiro)”. Mais: “Eduardo Galeano, Percival de Souza, Michel Foucault (em entrevista que fala também de morte) e João Antônio.

A metáfora de *Versus* está nas reportagens que falam diretamente de um determinado assunto, mas que na verdade visam abordar outro tema. Alguns jornalistas do periódico assumiram essa metáfora como forma de fugir da censura. Foi o caso por exemplo de Hélio Goldsztejn. Numa entrevista dada a Delfim Afonso Júnior, ele afirma:

---

<sup>129</sup> Para contabilizar as reportagens, adotei a seguinte metodologia: contei apenas textos, excluindo notas (textos pequenos, de 5 a 20 linhas) e colunas. Também considero, é bom lembrar, textos que falam diretamente sobre América Latina ou sobre latino-americanos. Uma reportagem sobre o poeta Cesar Vallejo, por exemplo, não trata diretamente sobre o tema América Latina, mas sim de um poeta latino-americano (ele era peruano), que, na visão de *Versus*, está inserido dentro da cultura latino-americana. Por isso, contabilizei essa reportagem como sendo um assunto ligado à América Latina. Referência: *Versus* número 8, março de 1977, “Cesar Vallejo, poeta e homem da América”, de H. M. Enzensberger, p. 36.

“No aspecto nacional, *Versus* durante muito tempo não aborda nada sobre o momento político do Brasil. Ele durante muito tempo, ele não aborda. Não é porque lhe faltasse opinião, mas porque vivíamos uma época de opressão total, de repressão total.”<sup>130</sup>

Para o próprio Faerman, textos do passado são republicados para expressar um sentimento vivido no presente.

“Cada número de um dos nossos jornais ou revistas [o jornalista se refere não apenas a *Versus*, mas também a *Ex* e *Bondinho*] era feito com um bocado de sangue. Era a resposta que os jornalistas e intelectuais davam para suas próprias vidas, entre a náusea, o tédio, o medo e o terror. Nessa circunstância, muita coisa era dita através de metáforas e jogos literários. Como num texto de Jean Paul Sartre, escrito em 1944, que nós publicamos no *Versus*. Voltei a ler **A República do Silêncio**, de Sartre, quando fui escrever essa história para a *Wonderful*. Onde você lê ‘ocupação alemã’, pode trocar por ‘ditadura militar’. Etc.”<sup>131</sup>

Abaixo, o texto publicado em *Versus*:

“Nunca fomos tão livres como sob a ocupação alemã. Tínhamos perdido todos os direitos, e, antes de todos os outros, o direito de falar, insultavam-nos na cara todos os dias e tínhamos de ficar calados; deportavam-nos em massa, como judeus, como prisioneiros políticos [...] Por tudo isso éramos livres. Dado que o veneno ‘nazi’ se infiltrava até em nosso pensamento, cada pensamento era uma conquista; dado que uma polícia prepotente procurava reduzir-nos ao silêncio, cada palavra se tornava perigosa como uma declaração de princípios; dado que éramos perseguidos, cada um de nossos gestos tinha o peso de um compromisso. Às circunstâncias tantas vezes atroztes do nosso combate punham-nos a viver, sem fingimentos nem véus, a situação atormentada, insuportável, a que se chama condição humana. O exílio, o cativo, e principalmente a morte, que é habilmente disfarçada em épocas felizes, tornaram-se os objetos perpétuos de nossas preocupações [...]”<sup>132</sup>

Na metáfora de Faerman, os judeus podem ser trocados por opositores ao regime militar.

Segundo Marcos Faerman, *Versus* era um produto de discussões e idéias entre seus jornalistas, fugia da nova concepção das redações da grande imprensa em que as pautas eram impostas no sentido vertical, sendo o grupo executivo do jornal o responsável pelo que vai ou não vai entrar na edição, sem nenhum tipo de debate<sup>133</sup>. Nesse primeiro número se percebe a capacidade de Faerman transformar assuntos tão diversos numa edição homogênea. A reunião de pauta de *Versus*, apesar de ter Faerman como editor responsável, não tinha nenhuma

<sup>130</sup> AFONSO JÚNIOR, op. cit., p. 193.

<sup>131</sup> FAERMAN, Marcos, “Imprensa Alternativa: Nanica, pero no mucho”, In João Batista MARÇAL (org.), **Marcos Faerman: Profissão Repórter**, Porto Alegre, Corag, 1999, p. 44. O texto de Faerman foi escrito originalmente para a revista *Wonderful*, Porto Alegre, setembro de 1991.

<sup>132</sup> SARTRE, Jean Paul, “A República do Silêncio”, In *Versus*, número 12, junho/agosto de 1977, p. 3.

<sup>133</sup> Informações colhidas em entrevista com Marcos Faerman, São Paulo, 12 de setembro de 1992 (Notas).

estrutura burocrática das grandes redações. Na imprensa convencional, embora instituída a protestos dos jornalistas mais experientes, a estrutura dos jornais dos anos 60 e 70 já estava estruturada numa divisão interna do trabalho e de funções. Os jornalistas eram –e são ainda hoje– divididos, de maneira geral, entre repórteres, redatores, editores assistentes, sub-editores, chefe de reportagem, editores e diretor de redação. Cada um tinha uma função pré-estabelecida. Ao repórter, por exemplo, cabia a produção das reportagens, ou seja, coletar as informações junto a suas fontes (como autoridades, políticos, especialistas, testemunhas de determinados fatos), constituir o fato jornalístico e escrever o texto. Só que antes de se tornar reportagem, o tema a ser explorado pelo repórter é uma pauta, um assunto proposto, geralmente, pelo corpo executivo do jornal para ser trabalhado jornalisticamente. O corpo executivo, comandado pelo diretor de redação, passa a função aos editores, que por sua vez, encarrega a pauta a um repórter de sua confiança. Recebida pelo repórter, a pauta vira reportagem. O texto passa pelas mãos de vários outros jornalistas (redatores, editores assistentes, subeditores) até chegar finalmente ao editor, que lê, faz suas alterações (ou manda o próprio repórter refazê-las) e “desce” o material para a gráfica, ou seja, libera o produto para ser impresso. É claro que a ordem das coisas poderia mudar. Por exemplo, a pauta poderia ser uma sugestão do editor ou de um assistente ou do próprio repórter. Nesse caso, antes de começar a ser elaborada, a pauta passava pelo crivo dos executivos do jornal e só assim iniciava-se o processo de produção. É claro também que determinados editores tinham carta branca da direção do jornal para ordenar a execução de uma pauta sem consultar antes os diretores. Isso porque tal editor tinha incorporado a linha editorial do jornal. Também é meio óbvio que esse processo todo é seguido no caso das reportagens mais importantes de um jornal –a manchete do dia e os textos que abrem as capas dos vários cadernos existentes.

A revolta desses jornalistas contra essa padronização tem um diálogo quase simultâneo com as questões políticas da época. Primeiro, a rebelião é contra o capitalismo, representado como forma injusta de economia em que o jornalista é explorado pelo capitalista, que detém o sistema de produção (as máquinas, as rotativas, por exemplo) e a propriedade (o jornal). A divisão social do trabalho visa tirar o poder do jornalista, do repórter. Antes, ele era o senhor da situação e dominava sua área. Sem ele, não havia jornal. Com a reformulação empresarial das redações, o repórter apenas tem uma das dezenas de funções dentro de uma jornal. Depois, além do sistema que anula as vantagens do jornalista, há também a questão do imperialismo norte-americano, projetado no caso na objetividade do lide como sendo a marca de domínio dos Estados Unidos na forma de fazer jornalismo em todo o mundo. Sem estilo individual,

padronizando tudo por meio das regras do manual de redação. É assim que se vê o jornalista brasileiro a partir dos anos de 1950.

Não é meu objetivo analisar esse processo que ocorre no país a partir da segunda metade do século XX. Nem quero avaliar se isso foi bom ou ruim para a imprensa de modo geral e para seu público leitor. É preciso fazer, contudo, uma observação sobre o período que precede a reformulação das redações. O domínio da função de repórter nos jornais e revistas sustentou a possibilidade de haver profissionais que pouca ou nenhuma ética preservaram para produzir seus textos. Faziam o que se chama na gíria brasileira de cascata – termo adotado pelo jornalismo para designar histórias sem nenhuma ou quase nenhuma veracidade. Um dos maiores expoentes dessa prática foi o repórter David Nasser (1917-1980), sem dúvida o mais famoso das décadas de 1940 e 50 no Brasil. Ao lado do parceiro e fotógrafo Jean Manzon, ele produziu a reportagem que causaram enorme repercussão à época, sobretudo na revista *O Cruzeiro* – a mais popular do período. Só tinha um porém: muitos desses textos eram a mais pura cascata, como demonstra o livro **Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro**, do jornalista Luiz Maklouf Carvalho. Entre outras histórias que beiraram a mentira está “43 dias nas selvas amazônicas” (8 de janeiro de 1944), segundo relata Maklouf:

*“A edição [da revista O Cruzeiro] afirma para o leitor que Nasser e Manzon passaram essa longa temporada nos confins da Amazônia, juntos, a serviço de O Cruzeiro. Não era verdade, Manzon aparece com as fotos feitas para o DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] – boas como sempre – e Nasser com um dos textos mais delirantes que produziu. É um primor de tergiversação da primeira à última linha.”*<sup>134</sup>

Não quero dizer aqui que esse tipo de recurso só foi usado na imprensa brasileira naquela época e que hoje isso não existe mais. Não há como fazer tal afirmação. O que é inegável é que a divisão de funções implantada nas redações a partir da segunda metade do século XX criou um sistema no qual os textos jornalísticos passam pelas mãos de vários profissionais antes de ser publicado. A possibilidade de haver histórias inverídicas diminui consideravelmente, o que é um ponto positivo, sem dúvida.

Voltando ao período posterior a 1950. A marca registrada dessa época, seu pilar de sustentação é o lide, o conceito da pirâmide invertida – ou seja, a idéia segundo a qual as notícias mais importantes são colocadas no início do texto, respondendo às seis perguntas clássicas: Onde (ocorreu o fato)? O quê? Quando?

<sup>134</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf, **Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro**, São Paulo, Editora Senac, 2001, p. 91. As fotos de Manzon, citadas nesse trecho, foram feitas pelo fotógrafo numa viagem que ele fez para o DIP – órgão do Estado Novo de Getúlio Vargas – no início da década de 1940. Conceituado fotógrafo francês, Manzon deixou a Europa durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) após ter se destacado em diversas publicações da França, como a revista *Match*. Um dos primeiros empregos que teve no Brasil foi no DIP. Carvalho, por sua vez, é também autor do bom livro **Mulheres que foram à luta armada**, São Paulo, Editora Globo, 1998.

Por quê? Quem? E como?—, além da introdução de um manual básico de padrões da redação. Uma das razões de ser da pirâmide invertida é o fato de ela, além de supostamente dar mais objetividade ao texto, proporcionar ao editor ou ao redator a “vantagem” de cortar as reportagens pelo pé, ocasionando maior rapidez no processo de produção do jornal.

Quando isso ocorre no Brasil? Quando o lide começa a dominar nas redações brasileiras? Começa em fins dos anos de 1940 e início da década de 1950, apenas no *Diário Carioca*<sup>135</sup> e, depois, no *Jornal Brasil* e um pouco no *Última Hora* e no *Correio da Manhã*. Em poucos anos a experiência se propaga em quase todos os jornais do país, pelo menos entre os considerados da grande imprensa de forma sistemática. Em menor grau, pode-se dizer que os periódicos dos Diários Associados também vão se enquadrando no esquema, embora antes mesmo da consolidação desse modelo, o grupo de Assis Chateaubriand já estava praticamente aniquilado. Quase todos os sujeitos criadores de veículos da imprensa alternativa passaram por experiências em que tiveram a porta fechada nos grandes jornais e acabaram por fundar seu próprio periódico. Em outros casos, como o de Marcos Faerman de *Versus*, esses jornalistas simplesmente não se sentiram satisfeitos com o trabalho exercido na grande imprensa e criaram outros veículos. O *Jornal da Tarde* de Faerman fugia da concepção da objetividade do lide, adotando um modelo que dava certa liberdade ao profissional. Só que o *JT* era uma embalagem bonita, com uma aparência nova, mas nele não se abordava, entre outros assuntos, a cultura latino-americana, o que era uma limitação para Faerman.

Millôr Fernandes saiu expurgado de *O Cruzeiro* e fundou seu *Pif Paf*. Ziraldo havia perdido espaço no *Jornal dos Sports*, onde também saíra Henfil, e no *Correio da Manhã*. Eles se juntam e fundam algum tempo depois *O Pasquim*. A turma que fundou e consolidou a revista *Realidade* como o projeto de maior inovação na história recente da imprensa brasileira também teve de abandonar o barco depois que o projeto editorial da publicação mudou. Com certos limites impostos, a redação de *Realidade* perdeu o que tinha de mais valioso: a criatividade. Resultado, liderados por um dos editores Sérgio de Souza, o grupo

---

<sup>135</sup> Carlos Eduardo Lins da Silva, *O Adiantado da Hora*, op. cit., p. 77, fala que as mudanças no *Diário Carioca* foram implantadas a partir de 1951. Já Eduardo Refkalefsky, op. cit., p. 39, diz que foi um ano antes. Juarez Bahia, em *Jornal, História e Técnica, História da Imprensa Brasileira* (volume 2), São Paulo, Ática, 1990, p. 86, diz que foi “por volta de 1947”. O mais correto deve ser Refkalefsky, pois o próprio Pompeu de Sousa (o jornalista responsável pela reforma no *DC*) afirma que foi em 1950 em LYSIAS, Cláudio, “Era uma vez o nariz-de-cera”, In *Revista de Comunicação*, ano 2, número 7, novembro de 1986, p. 22. Sobre o *Diário Carioca*, ver também LAGE, Nilson, “A Reforma do *Estadão* – ou a teoria, na prática, é outra”, In *Observatório da Imprensa*, número 76, 5 de outubro de 1999 (também na Internet, [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br)). Lage é professor de comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina e jornalista. Ele trabalhou no *Diário Carioca* na época da implantação do projeto de Sousa.

se demite em peso da Abril e cada um a seu estilo vai fundando jornais alternativos pelo Brasil afora. Resultado também: a revista que havia chegado a vender 450 mil exemplares vai caindo de produção, perde leitores até fechar em 1976. Souza cria quase que imediatamente após sair da Abril o primeiro alternativo pós-*Realidade*, *Bondinho*. Narciso Kalili inaugura *Ex*. E assim inicia-se a cadeia de alternativos da linhagem *Realidade*.

O mesmo projeto que ajuda a derrubar *Realidade* também tem debandadas que originam alternativos. É da *Veja* que saem Raimundo Pereira e Bernardo Kucinski para fundarem eles mesmos *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

Mesmo aqueles que não fundaram jornais alternativos não deixaram de registrar sua revolta contra o lide e a padronização dos textos. Alguns deles eram na verdade já famosos escritores. Foi o caso do dramaturgo Nelson Rodrigues. Inconformado com a introdução do lide e com os copydesks, Nelson chamou a todos os “idiotas da objetividade”. Para ele, isso seria a eliminação de qualquer bijuteria verbal, de qualquer supérfluo, entre os quais os pontos de exclamação das manchetes. “*Se o copydesk já existisse naquele tempo, os Dez Mandamentos teriam sido reduzidos a cinco*”, afirmava à época.<sup>136</sup>

A história do jornal *Versus* é também a história da luta de um grupo de jornalistas, liderado por Marcos Faerman, contra a burocratização da imprensa, dos jornais e, por que não?, dos próprios jornalistas. É uma história da rebeldia do contra a “ditadura do lide”. Mas eles não estavam só. Sim, porque, ao lado dos regimes militares (em quase toda a América Latina e não apenas no Brasil), as redações viveram também uma ditadura estilística. Não que esta ditadura seja melhor, pior, igual ou mais ou menos cruel do que aquela. Apenas era também ditadura imposta contra o estilo livre de escrever. A história do jornal *Versus* traz também uma história do medo da morte do jornalista.

*“Confunde-se a reportagem total (como esta), com o ‘novo jornalismo’ apenas uma das muitas escolas de jornalismo ‘literário’. O colonialismo não está ausente a esta questão. Para as mentes colonizadas, todo o jornalismo em que o texto não é relatório burocrático, plasmado na escola do jornalismo americano, é ‘novo jornalismo’. E, assim, condena-se à morte pelo esquecimento textos como este. A destruição do caráter de nossos povos passa, também, por esta fase: a omissão das virtudes, a sua morte branca.”*<sup>137</sup>

<sup>136</sup> Ver CASTRO, Ruy, *O Anjo Pornográfico, A Vida de Nelson Rodrigues*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 231.

<sup>137</sup> FAERMAN, Marcos, “Fuentes e as Belas Artes”, In *Versus*, número 7, outubro/novembro de 1976, p. 12.

Eis o que diz Marcos Faerman sobre a reportagem “A morte de Rubén Jaramillo”, de Carlos Fuentes, em *Versus* número 6 (pp. 10-12). O homem que recebeu o “título” de representante do new journalism no Brasil se rebela contra o rótulo. Por trás das palavras do jornalista está a seguinte mensagem: os jornais brasileiros baixaram tanto seu nível intelectual que tudo parece ter se reduzido a dois lados (o do lide e o do new journalism). Talvez fosse um reflexo imediato da Guerra Fria, em que de um lado estão os Estados Unidos, capitalista, e de outro, a União Soviética, comunista. Tudo passou a ser o bem e o mal. No jornalismo, tudo teria sido dividido também em duas partes: ou o “jornalismo” como tal (àquela época, com a objetividade do lide) ou o new journalism. A dizer, o que não fosse “jornalismo”, seria new journalism. O que fosse desconhecido, qualquer coisa desconhecida, seria new journalism.

A crítica de Faerman na verdade encontra seu maior eco num texto publicado em *Versus* número 7 (dezembro de 1976), “As Palavras aprisionadas”, um diálogo a partir de uma obra do escritor norte-americano James Agee<sup>138</sup>. O jornalista narra seu texto a partir de uma experiência profissional que ele teve numa viagem a algum lugar do Centro-Oeste brasileiro. Lá ele se depara diante de um garimpeiro em busca de ouro. A pauta: contar “a vida de uma aldeia à beira de um rio corroído pelo mercúrio que mata os peixes que alimentam os homens.” O garimpeiro ajoelhado no rio é a realidade... Faerman tenta explicar que o jornalismo é um método e não uma linguagem. Trata-se de uma crítica direta à objetividade do lide e aos manuais de redação que começavam a se alastrar pelas redações dos jornais. Cita Agee:

*“Parece-me curioso para não dizer obsceno e totalmente aterrorizante que pudesse ocorrer a um grupo de seres humanos reunidos através da necessidade e do acaso, e por outro, numa empresa, num órgão jornalístico, intrometer-se intimamente nas vidas de um indefeso e arruinado grupo de seres humanos, uma ignorante e abandonada família rural, com o propósito de exibir a nudez, a humilhação e a inferioridade destas vidas, em nome da ciência, do ‘jornalismo honesto’, da humilhação e do destemor [...]”*<sup>139</sup>

Para Faerman, a imposição do jornalismo enquanto linguagem, mais do que isso, enquanto linguagem “objetiva”, desqualifica o jornalismo, desqualifica a atividade do jornalista. “Como esta linguagem que lhe disseram ser ‘jornalística’ se adequa aos olhos e às mãos daquele homem à beira do rio?”, questiona. É o questionamento de como as regras de um manual de redação podem conduzir o repórter a contar alguns tipos de histórias, como a do garimpeiro exposto diariamente ao mercúrio. Como o lide e suas seis perguntas se adequam a um

<sup>138</sup> James Agee (1909-55) foi escritor, jornalista e um dos críticos de cinema mais respeitados dos anos de 1930, 1940 e 1950 nos Estados Unidos. Em 1936, na revista *Fortune*, e não na *Life*, como afirma Faerman, ele foi pautado para escrever as histórias de camponeses afetados pela crise de 1929 no sul dos Estados Unidos. A matéria acabou ficando muito grande e seus editores consideraram-na “anti-jornalística”. O texto acabou se tornando a obra *Let Us Now Praise Famous Men*.

<sup>139</sup> Faerman traduziu do original de *Let Us Now Praise Famous Men*.

relato humano, a um homem que, para sobreviver, expõe sua vida ao perigo e compromete a qualidade de vida de todas as outras pessoas da sua comunidade? Como perguntar quem (o garimpeiro ou quem compra o produto extraído?), quando (ontem, para o jornal diário, ou sempre, como no caso daquela história?), onde (no Centro-Oeste brasileiro só?), o que (o rio corroído, a indústria da extração?), por que (por que o quê?) e como (como o quê?)? Como fazer isso e, a partir das questões, formular um texto jornalístico?

*“A questão do ‘texto objetivo’. A pergunta: que texto é este? Onde nascem e com quem a técnica jornalística ensinada pelo que é publicado nos jornais e revistas, e pelas ‘Escolas de Comunicação’. Onde nasceram e como as idéias de objetividade e neutralidade? Uma resposta possível: este texto jornalístico, esta linguagem fluente nos jornais surge com a estruturação da imprensa em forma de empresa/imprensa; empresas ligadas diretamente a determinada forma de organização da sociedade, o capitalismo. A linguagem da imprensa norte-americana se disseminando pelo mundo. A expansão de um Império e das idéias que o justificam.”*<sup>140</sup>

O jornalismo é um método, diz Faerman, trabalha como instrumento de descoberta de uma realidade, com formas próprias, anotações, pesquisa. Não pode ser uma linguagem. “O texto nasce do olhar do repórter sobre a realidade. Mas um olhar que não baixou para a realidade pode modificar as palavras.” Questiona o que fazem Carlos Fuentes, Gabriel García Marques, Eduardo Galeano, Euclides da Cunha, Norman Mailer... “Será que é ser ‘literato’ abrir meu mundo até aquele homem, absorver a sua realidade, a sua linguagem – achar as palavras certas para revelá-lo?”<sup>141</sup>

A proposta de *Versus* é ter a “cultura como forma de ação” (conforme um de seus lemas), é ter na cultura uma seção tão importante dentro do jornalismo como política e economia. É a cultura para explicar tudo: a política, a economia, a sociedade.

*“Numa época de monopolização da informação, em que é cada vez mais difícil criar e manter uma posição independente, tendo de remar muitas vezes contra marés fortíssimas, **Versus**, nascido em outubro de 1975, sobreviveu e cresceu. Nossas propostas foram preservadas: um olhar atento para os povos vizinhos, fazendo um relato destes tempos em que a história, às vezes, se constrói nas lápides dos cemitérios –na perspectiva de um latino-americano popular, olhando para a brasa e não para as cinzas do passado. E o exercício persistente de um pensamento crítico, contra os dogmas do pensamento que se institui pela força. **Sempre nos preocupamos com a linguagem, procurando o vital e não o repetitivo e o burocrático. Versus procurou novas formas –porque só elas podem expressar o conteúdo do que queremos mostrar.**”*<sup>142</sup>

<sup>140</sup> FAERMAN, Marcos, “As palavras Aprisionadas”, *Versus*, número 7, dezembro de 1976, p. 38. Também publicado em FAERMAN, Marcos, *Com as Mãos Sujas de Sangue – Reportagens*, São Paulo, Global, 1979, pp. 147-151.

<sup>141</sup> FAERMAN, Marcos, “As palavras Aprisionadas”, op. cit..

<sup>142</sup> *Versus*, número 15, outubro de 1977, editorial (sem título), p. 2. Os grifos em negrito são meus. Nesta edição, o jornal já está tomado pela Liga Operária. Sua capa, por exemplo, nada mais tem a ver com a estética

A pauta em *Versus* não era como nos jornais da grande imprensa. Não havia uma pauta tal qual ela é concebida na grande imprensa. O periódico de Faerman se encaixava no grupo de outros jornais da imprensa alternativa – e principalmente jornalistas – que se rebelava radicalmente contra a estruturação de um veículo de comunicação a partir da pauta<sup>143</sup>. Ainda hoje são encontrados jornalistas contrários a essa estrutura, como Ricardo Kotscho, comentando as redações de hoje e como eram três décadas atrás:

*“A notícia fazia o caminho inverso do que percorre hoje nas provetas das redações em que alguns sábios determinam as manchetes, os tamanhos [dos textos] e os destaques, antes mesmo que os fatos se dignem acontecer, tal e qual foram planejadas. Para começar, não existia tal como é hoje essa abominável e cada vez mais autoritária instituição da pauta, verdadeira camisa-de-força que colocam nos repórteres transformados em meninos de recados, caçadores de aspas”.*

Ele completa dizendo que os assuntos, as novidades, vinham das ruas para as redações<sup>144</sup>.

Kotscho começou sua carreira nos 60, portanto num período em que a “instituição da pauta” já começava a existir. Ele romantiza um pouco a importância do repórter naquela época. Na verdade, o processo de divisão de funções nas redações começa nos anos 50, mas uma década depois é imaginável que ele não esteja totalmente implantado. Há espaço ainda em 1960 para o grande repórter, mas esse momento dura pouco. O jornalista Luiz Carlos Ramos, 37 anos de profissão e também colaborador de *Versus*, participou daquele período de transição nas redações paulistanas dos jornais *Última Hora*, *Jornal da Tarde* e *O Estado de S. Paulo* – onde está desde 1967. Segundo ele, o processo de reformulação da imprensa brasileira, com a implantação de divisões de funções entre os profissionais, começou nos anos 50, se radicalizou nas décadas de 1960 e 70; mas se consolidou a partir dos últimos 20 anos.

*“Muitas coisas mudaram nas redações nos últimos 35 anos. No entanto, aquela briga do Nelson Rodrigues com o copy-desk é mais antiga, dos anos 50 e início da década de 60, quando os jornais cariocas (O Globo e JB) foram pioneiros na criação de sistemas de fechamento de seções no Brasil, introduzindo o copy. Alguns repórteres ficaram revoltados. Em O Estado, os copies foram introduzidos por volta de 1967, num processo de tentar melhorar o texto carregado do jornal. Havia editores e também subeditores. Os copies eram chamados de copies ou redatores (havia aqueles que nunca iam à rua fazer matérias) e não existia, sim, a figura do editor assistente (este existe hoje no Estadão, no lugar de redator ou copy e também é*

---

marcante do jornal. Predominam as cores preta e vermelha sobre um fundo branco. Apesar de ainda manter o slogan na capa (“Um jornal de aventuras, idéias, reportagens e cultura”), *Versus* já está se politizando, já está totalmente inserido nas discussões partidárias do Brasil de 1977. Uma das chamadas é: “E se os partidos fossem livres?”

<sup>143</sup> Troca de correspondência (via e-mail) com Luiz Egypto. 27.nov.2000, 14h33.

<sup>144</sup> KOTSCHO, Ricardo, “O Pipoqueiro e os Filhos da Pauta”, In DANTAS, Audálio (org.), *Repórteres*, São Paulo, Editora do Senac, 1998, pp. 183-197.

chamado de 'fechador'). Havia, sim, um chefe de reportagem [...], sinônimo de pauteiro. O Estadão começou a valorizar essa função só após 1966, com o sucesso de seu jovem irmão, o Jornal da Tarde: este, desde o começo, em 4 de janeiro de 1966, tinha por hábito usar pautas bastante longas..”<sup>145</sup>

Pois bem, *Versus* não segue absolutamente esse modelo, ele vai se inserir na produção de materiais jornalísticos a partir de uma construção *sem pauta*. Cada jornalista sugeria e elaborava um texto que nasceu de uma contribuição inteiramente idiossincrática, sem obedecer nenhum plano superior, no caso dos chefes de redação. Assim, o que vai dar unidade ao jornal –um dos principais objetivos das grande imprensa: um jornal ter unidade– é a edição de Faerman, é a capacidade de agrupar assuntos diferentes e juntá-los na mesma publicação. Nesse número 1, por exemplo, três reportagens aparentemente sem muita conexão foram reunidas na capa traduzindo um clima comum à América Latina: aquele em que a morte tem um significado simbólico. Numa, um jornalista argentino –Tomas Eloy Martinez– conta como é ser um exilado político. Depois de ter ficado fora do país –provavelmente por dois ou três anos–, ele volta clandestinamente e narra como estava a situação em Buenos Aires naquele ano de 1975. Fala que era perseguido pelos militares e que corria risco de vida. Noutro texto, *Versus* publica o diário em que o escritor peruano José Maria Arguedas relatava sua experiência com as tentativas de suicídios. Por fim, o jornal apresentava uma reportagem sobre o cotidiano de um hospital psiquiátrico, onde o limite entre a vida e a morte era algo bem próximo. Enfim, Faerman juntou esses três textos, aparentemente sem conexões, e fez quase uma edição temática sobre a morte, a perda da vida na América Latina de meados dos anos 70. Mas a edição, um dos instrumentos usados pela grande imprensa para homogeneizar os jornais, é usada aqui simplesmente como forma de entrelaçar os textos, constituindo um fio condutor para a publicação. No caso, o fio condutor mostrando um tema comum –a morte– em toda a América Latina<sup>146</sup>.

<sup>145</sup> Troca de correspondência (via e-mail) com Luiz Carlos Ramos, 20.nov.2001, 20h57. Ramos começou a carreira em 1964 no extinto semanário *Mundo Esportivo*. Depois, além de *Última Hora*, trabalhou também no *Diário do Grande ABC*, na TV Gazeta de São Paulo e nas rádios CBN, Record e Trianon. Já foi editor de esportes, editor de cidades, editor de interior e hoje é editor-assistente da primeira página de *O Estado*. Professor de jornalismo da PUC/SP, é também autor de *Carrasco de Goleiros* (Ribeirão Preto, Palavra Mágica, 1998) e *Vicente Matheus: quem sai na chuva é pra se queimar* (São Paulo, Editora do Brasil, 2001).

<sup>146</sup> Para uma descrição da estrutura organizacional de uma redação, ver DARNTON, Robert, *O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução*, São Paulo, Cia das Letras, 1990, capítulo 5, “Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica”, pp. 70-97. Ele descreve o caso do *The New York Times*, jornal norte-americano considerado a fonte de inspiração da grande imprensa entre os anos 50 e 70. O historiador Darnton, antes de se inclinar à academia, foi jornalista e trabalhou no *The Times*, como o jornal também é conhecido, como repórter policial entre 1959 e 64. No caso da discussão sobre a estrutura dos jornais alternativos, ver BRAGA, José Luiz, op. cit., pp. 179-208. Braga trata exclusivamente de *Pasquim*, mas oferece um ótimo panorama de como é a produção interna num jornal da imprensa alternativa dos anos 70. O termo idiossincrático é de Braga.

Para expressar esse sentimento de perda, essa realidade de morte, o jornal já traz em sua edição debutante uma de suas características principais: “a fusão de elementos usados livremente: jornalismo, fotografia, desenho, histórias em quadrinhos, literatura, poesia”<sup>147</sup>, na definição do próprio Faerman.

O jornal se caracteriza como uma “cooperativa anárquica”<sup>148</sup>, nas palavras do próprio Faerman. Por isso, nos primeiros dois números, o periódico não denominava cargos e funções no expediente. Somente na terceira edição, Faerman aparece com crédito de diretor-responsável. Como editores, constam os nomes de Moacir Amâncio, Omar de Barros de Filho, Vilma Grycinski e Vitor Vieira. O expediente também diferencia os profissionais em repórteres, arte (cartunistas, arte-finalistas e diagramadores) e colaboradores. A equipe, porém, não é fixa, pois há alternância nas funções, o que é um indício talvez do grau de improvisado na produção de *Versus*. Na edição seguinte, por exemplo, Faerman não é mais apresentado como diretor-responsável, mas sim como editor. Além dos editores denominados no número 3, entram na equipe de chefia também Toninho Mendes<sup>149</sup>, Antônio Tadeu Afonso, Wagner Carelli, Mouzar Benedito da Silva, Rivaldo Chinem, Licínio Azevedo, Caco Barcelos e Moacir Oliveira Filho. Os nomes e os cargos vão sendo mudados em quase todas as edições de *Versus*.

Da equipe de arte, se revelam grandes nomes do cartunismo brasileiro. Alguns deles, como os irmãos Chico e Paulo Caruso, vinham de outras edições, como *Pasquim*. Entre 1975 e 77, *Versus* na verdade acaba ganhando uma enorme vantagem sobre os demais “concorrentes” da imprensa alternativa. Outros periódicos importantes do período, como *Movimento*, passam por rigorosa censura prévia. Esses artistas vão acabar encontrando espaço em *Versus*. A partir dele ou também por causa dele, nasce uma nova geração de cartunistas, como Luís Gê e Angeli<sup>150</sup>, entre outros. Isso por dois motivos: além da relativa liberdade vivida por *Versus*, a proposta editorial do jornal era dar autonomia ao cartum e às artes gráficas em geral. Em *Versus*, a HQ (história em quadrinhos), por exemplo, ganha vida própria. Tanto é que o jornal dedica uma edição especial inteira à HQ: “Versus Quadrinhos”, de março de 1976. Nela, além de Luís Gê, Chico Caruso e Jô Oliveira, o jornal apresenta também nomes internacionais, como o argentino

<sup>147</sup> FAERMAN, Marcos, “A Imprensa Alternativa”, *Cadernos de Comunicação Proal*, número 1, 1977.

<sup>148</sup> Entrevista de Faerman a Bernardo Kucinski em 16/08/1990. KUCINSKI, op. cit., p. 193.

<sup>149</sup> Toninho Mendes é cartunista e arte-finalista. Foi do jornal *Gazeta Mercantil* e, nos anos 80, criou, ao lado de Angeli, a revista de história em quadrinhos *Chiclete com Banana*, sucesso editorial na área.

<sup>150</sup> Angeli faz charge sobre comportamento e política para a *Folha de S. Paulo*, onde é colaborador desde 1973, e para o site na internet do UOL. É autor da netnovela “A Morta Viva”, sobre sua personagem Rê Bordosa na era da internet. Colabora também com o *Diário de Notícias*, de Portugal. Luís Gê, formado em arquitetura pela USP, é também um dos mais importantes cartunistas brasileiros. Criou a revista *Circo*. Foi revelado para a área de história em quadrinhos pelo fazine universitário *Balão*, célebre entre estudantes da USP dos anos 70.

Enrique Breccia. Um cartum, por outro lado, não era simplesmente uma “imagem” para completar a reportagem; ele ganhava autonomia e, muitas vezes, era a linguagem principal de uma matéria jornalística em *Versus*. Ver reproduções de ilustrações de Luiz Gê e Angeli (*Figuras 4, 5 e 6*).

Não só em cartum e história em quadrinhos. A diagramação em *Versus* é outra característica marcante e principal, dentro inclusive de todas as outras edições da imprensa alternativa. Esse recurso é um elemento importante na tentativa de *Versus* mostrar o conflito existente na sociedade da época, marcada pelo regime militar não só no Brasil, como em outros países vizinhos da América do Sul. Sobretudo com influências do *Jornal da Tarde*, Faerman leva para *Versus* a experiência de diagramação ousada. Foi o *JT*, onde Faerman era repórter especial, um dos primeiros, senão o pioneiro, a radicalizar na exploração de espaços em branco na página de jornais. A diagramação tradicional primava por usar todo o espaço possível de uma página, refletindo a idéia segundo a qual um espaço em branco numa página representava prejuízo para a empresa jornalística, pois o espaço “ocioso” poderia ser utilizado para anúncios ou informações. No *JT*, o espaço em branco vira mais um sinal de comunicação entre o jornal e o leitor. Mas não apenas isso, a diagramação como um todo se torna ousada, “movimentada”. Numa época em que 90% dos jornais brasileiros mal sabiam lidar com foto, *JT* inovou e passou a usar também desenhos e cartuns em suas páginas. Principalmente nas mãos de Toninho Mendes, *Versus* vai pegar carona em *JT* e explorar diferentes linguagens para realizar a diagramação do jornal.

Na edição seguinte, a de número 2, *Versus* se propõe a contar a América Latina. Na reportagem de capa, “Histórias de Nuestra América” traz, a exemplo da edição 1, desenhos, em forma de histórias em quadrinhos. Uma das matérias que se colocam na missão de contar essa história é um texto de 1891 de José Martí (p.3), o escritor e político cubano (1853-1895) líder da luta pela libertação de Cuba contra a Espanha. A utilização de um texto de 85 anos atrás pode ser explicada pelo projeto editorial do jornal: *Versus* não entendia o jornalismo como algo que falasse exclusivamente do *novo*, da *novidade*. Isso porque, dentro das concepções de jornalismo da época (e de hoje), um texto de 85 anos jamais poderia trazer essa *novidade*. *Novidade* seria o que o que tinha acabado de acontecer (no dia anterior, na semana anterior, no mês anterior). Mas para a equipe de Faerman, o texto de Martí era um elemento para entender a história latino-americana, como se a América Latina não tivesse passado a limpo sua história, como se tivesse pulado capítulos e, por isso, se sentia na necessidade de voltar no tempo para se compreender.

Aqui, cabe uma definição do termo que conceitua esses governos militares. Minha denominação para o período vai ao encontro da defendida pela historiadora Maria Aparecida de Aquino, para quem a época analisada se caracterizou como um Estado autoritário. “[O Estado autoritário] ante a acepção da

*filosofia política grega e da tradição romana, não tem autoridade, mas usa força externa de coerção dos dominadores sobre os dominados.*<sup>151</sup>

*Versus* número 3 (ver Figura 3) traz na manchete da capa a insistência no seu tema favorito: “No continente da morte e da esperança”, novamente com desenhos, dessa vez de personagens históricos da América Latina: Zapata, San Martín, Bolívar, Tupac Amaru e até Lampião. É a partir dessa edição que Faerman e sua equipe irão começar a dialogar com outras publicações latino-americanas. Aqui, registra-se uma outra particularidade de *Versus*: além de ter pertencido à imprensa alternativa brasileira dos anos 60 e 70, o jornal também se inspirava em veículos de comunicação da América Latina, sobretudo as revistas *Crisis*, da Argentina, e *Marcha*, do Uruguai. Na reportagem sobre Emiliano Zapata, um dos líderes da Revolução Mexicana de 1910, *Versus* apresenta seu texto a partir de *Crisis*, dando inclusive o crédito: “tradução: Wagner Carelli, de *Crisis*”. Essa prática –buscar inspirações na imprensa estrangeira– é pouco comum ou nada presente no corpo de outros jornais da imprensa alternativa. Traduções de reportagens estrangeiras ocorriam, mas sempre de textos publicados nos EUA e na Europa –principalmente França e Inglaterra. O máximo que ocorria na imprensa alternativa era alguma influência da contracultura norte-americana, por meio de jornais como o *Village Voice*, periódico nova-iorquino fundado em 1955 por, entre outros, Norman Mailer, um dos “pais” do *new journalism*. Duas exceções são os jornais *Movimento* e *Opinião*, que usaram desse expediente ao publicar textos do francês *Le Monde*.

A revista *Crisis* foi uma das mais atuantes na Argentina na luta contra o regime militar. Ela nasceu em 1973, num período de incertezas no país. Naquele ano, um civil (Héctor Cámpora) assumiu a Presidência após o primeiro ciclo do governo militar (1966-73). Cámpora renunciou ao poder para favorecer Juan Domingo Perón. Este, no entanto, morreu e assumiu sua mulher, María Estela Martínez de Perón, que por sua vez acabou deposta por um golpe de Estado em 1976. Nesse momento conturbado, *Crisis* se apresentou com uma proposta ousada para a época: falar da cultura latino-americana.

“Quando começamos a fazer *Crisis*, tivemos a clara percepção de que era preciso falar de toda a cultura importante da América Latina, o que era uma verdadeira contracultura para o período”, afirmou o escritor Eduardo Galeano a Faerman em junho de 1975<sup>152</sup>. Galeano era na época editor da revista argentina. Em 77, quando *Crisis* foi fechada, Faerman ganhou a coleção completa da revista<sup>153</sup>.

<sup>151</sup> Ver AQUINO, Maria Aparecida de, *op. cit.*, p. 211.

<sup>152</sup> Ver *Ex*, número 11, junho de 1975.

<sup>153</sup> Entrevista com Faerman, *op. cit.*.

Já o periódico uruguaio *Marcha* teve um tempo mais longo. Foi fundado em 1939 e seu primeiro editor foi Juan Carlos Onetti, um dos mais conceituados escritores do Uruguai (autor de *El Pozo*, de 1941). Foi uma espécie de “jornal alternativo” –no sentido de ter se apresentado como uma alternativa à grande imprensa da época no país– de Montevideo e acabou fechado pelo regime militar daquele país, em 1975. Segundo Galeano, que também foi editor em *Marcha*, chegou a ter 35 mil leitores<sup>154</sup>.

*Versus* número 5 aparece com um editorial para falar do fim da revista *Crisis*, fechada devido à ditadura argentina. Foi também a primeira vez que, escrevendo sobre outro periódico, *Versus* fala de si próprio, como se estivesse olhando num espelho.

“O melhor da cultura e da arte do continente passou por suas páginas: García Márquez, Júlio Cortázar, Pablo Neruda, Mario Benedetti, Victor Jara, Juan Carlos Onetti, quantos mais! E o Brasil de Carlos Drummond de Andrade, Ferreira Gullar, Guimarães Rosa, Antônio Callado. Publicando nossos artistas *Crisis* era fiel à sua vocação continental. À sua visão de Nuestra América.”<sup>155</sup>

Mas é apenas na edição seguinte que *Versus* irá falar diretamente de si próprio. Será exatamente no editorial do número de aniversário de um ano que a redação se coloca ao público e diz a que veio.

“Há um ano, *Versus* nasceu. No dia 22 de outubro. Num cenário sombrio. Traçamos uma proposta: fazer um jornal brasileiro assumindo a América Latina. Em que a busca de nossas raízes fosse um programa. Na qual a história seria um tema tão importante quanto ‘às novidades’”<sup>156</sup>.

O “cenário sombrio”, no caso, fazia referências à morte do jornalista Herzog, em 25 outubro, três dias depois do lançamento de *Versus*. Pela primeira vez também o jornal apresentou aos leitores sua tiragem: 25 mil, segundo os editores, um número bastante significativo para os padrões da imprensa alternativa<sup>157</sup>. Devido à alta circulação, *Versus* passou, a exemplo do que ocorria com outros jornais alternativos, a ser distribuído em todo o país a partir do número 7 pela editora Abril<sup>158</sup>. Também é nesta edição que o periódico enfatiza

<sup>154</sup> Ver *Ex, op. cit.* E *Versus*, número 19, março de 1978, p. 2. O grande editor de *Marcha* foi Carlos Quijano. Advogado e jornalista, Quijano nasceu em Montevideo em 1900. Foi um dos fundadores de *Marcha*, em 1939. Latino-americanista e anti-americano, é autor de várias obras, como *Los Años del Exilio* (1985, publicado após sua morte, em 84). Com o fechamento de *Marcha*, em 1974, por causa do regime militar no Uruguai, Quijano se exila no México, onde edita *Cuadernos de Marcha*. O fato de o periódico de Montevideo ter tido 35 mil leitores é significativo para um país como o Uruguai.

<sup>155</sup> Ver *Versus* número 5, editorial (sem título), p. 2.

<sup>156</sup> Ver *Versus* número 6, “Aniversário”, p. 2.

<sup>157</sup> Segundo Kucinski, *op. cit.*, p. 90, *Versus* foi o terceiro jornal alternativo em circulação em 1976, perdendo apenas para *Pasquim* (50 mil) e *Coojornal* (35 mil).

<sup>158</sup> A editora Abril é a mesma que criou a revista *Realidade*, em 1966, e, depois, a *Veja*, em 68. A distribuição nacional representou para *Versus* um grande avanço, já que o jornal começou a ser distribuído de mão em

mais as questões africanas da América Latina, buscando nas realidades no “continente” distante uma explicação para o cotidiano do negro latino-americano. Isso está expresso na reportagem especial “Quatro relatos da Guiné Bissau”, de dois repórteres que escrevem da capital, Bissau. Mas será a partir do número 12 que o periódico passará a ter um espaço exclusivo para temas correlatos, com a seção-caderno Afro-América Latina. Nesta edição inclusive uma reportagem de capa, “Brasil negro, a imprensa negra renasce”, é dedicada ao assunto.

Em *Versus* número 9, a temática da morte volta em peso às páginas do jornal. “Homicídios e genocídios” é a chamada de capa em letras garrafais. Os repórteres de Faerman trazem como matérias as matanças de índios, os pistoleiros da África, os mortos pela ditadura chilena e Van Gogh, além de uma biografia de Juan Domingo Perón, assinada por Eduardo Galeano. É nesta edição que a editora Versus passa também a publicar não apenas o jornal *Versus*, mas também livros, como “Reportagens latino-americanas”, do próprio Galeano.

Nas páginas de *Versus* Faerman vai apresentar também uma de suas maiores inspirações, o escritor e jornalista argentino Rodolfo Walsh. Segundo ele, Walsh é simplesmente o “inventor” do *new journalism* latino-americano antes mesmo de sua invenção nos Estados Unidos. “As palavras também matam” (*Versus* número 10) traz um texto-discurso de Faerman sobre o desaparecimento de Walsh na Argentina<sup>159</sup>.

No número seguinte, Walsh já aparece em *Versus* como quase um novo herói da América Latina. Um herói como Tupac Amaru, Bolívar, San Martín, Zapata. A 11ª edição de *Versus* traz “A Carta da Morte”, um relato de Walsh sobre as denúncias de torturas e mortes cometidas pelo regime militar da Argentina. Mais uma vez em *Versus* a temática da morte. O texto foi enviado originalmente para o governo dos generais. Foi depois dessa carta que Walsh se tornou um dos milhares de desaparecidos políticos<sup>160</sup>. Nessa carta, escrita com data de 27 de março de 1977, o jornalista argentino havia apresentado um relato no que ele chamou de “Carta Aberta a la Junta [Militar]”. Ao mesmo tempo que encaminhou o relato para os generais, mandou o documento para jornais da

---

mão nos primeiros números (Kucinski, *op. cit.*, pp. 189-190). Representa o início do apogeu do periódico, que vai de dezembro de 76 até novembro do ano seguinte (exatamente no 16).

<sup>159</sup> Walsh (1927-77), autor de *Operación Masacre e Quien mató a Rosendo?*, é um dos milhares de desaparecidos políticos durante a última ditadura na Argentina (1976-83).

<sup>160</sup> Segundo MARIANO, Nilson, *Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur*, Buenos Aires, Lohlé-Lumen, 1998, a Argentina teve oficialmente 8.961 mortos e desaparecidos políticos durante a última ditadura (1976-84). Mas de acordo com ONGs (organizações não-governamentais) de direitos humanos, como a Anistia Internacional, os números podem passar de 30 mil vítimas. No Brasil, só para se ter uma parâmetro, o número não chega a 400.

Argentina e do exterior. A repercussão foi enorme. No mesmo dia, ele desaparecia.<sup>161</sup>

Walsh foi também colaborador de *Crisis*, a revista argentina venerada por Faerman. Ao lado da uruguaia *Marcha*, *Crisis* era considerada a “mãe” de *Versus*. Faerman costumava enfatizar que sua edição paulistana era continuadora das duas publicações latino-americanas. A missão de *Versus*, então, era seguir os passos das duas no Brasil. Aqui deve se lembrar uma outra característica peculiar de *Versus*, uma particularidade que se destaca no periódico de Faerman em relação a outras edições da imprensa alternativa. *Versus* vai buscar nestas revistas latino-americanas, não apenas uma fonte inspiradora, mas os autores de seus textos. Em 77, após inúmeros contatos com Eduardo Galeano, o diretor de redação de *Crisis*, Faerman recebe de presente a coleção completa da revista argentina. São as 40 edições de *Crisis* com mais de 150 textos de diversos autores da América Latina. Dos mais conhecidos (García Márquez, Pablo Neruda) até os menos célebres entre os brasileiro (Juan Carlos Onetti e o próprio Walsh). Faerman vai reeditar esse material e, para Kucinski, essa prática cria uma forma mítica em *Versus*. “*A reutilização desses textos, deslocados no tempo, corrobora Roland Barthes, para quem o mito é uma forma de linguagem e o discurso mítico se vale de material já usado anteriormente*”<sup>162</sup>.

Ainda segundo Kucinski, Faerman faz isso de maneira proposital. Através da reutilização de textos já publicados (em *Crisis* e em outras publicações da América Latina), a redação de *Versus* tenta aprender com a história latino-americana e, ao mesmo tempo, ensinar seu público. “*Era tudo pensado, usávamos o passado para falar do presente; uma meta-linguagem*”<sup>163</sup>. Na interpretação de *Versus*, o intelectual brasileiro pouco se importa com a América Latina, pouco se preocupa com as questões (muito similares às brasileiras) que prejudicam os vizinhos de fronteira. E o mito central de *Versus* era “ser o nascimento de uma América Latina para o intelectual brasileiro”<sup>164</sup>.

Aqui, vale uma questão. Será que *Versus* fazia essa meta-linguagem para fugir da censura imposta pelo regime militar à imprensa? Para mim, o editor de *Versus* Luiz Egypto respondeu que sim. “*Lembro-me de uma dura discussão sobre um texto qualquer que se referia a Cuba. Uma facção [de jornalistas de Versus] defendia manter Cuba; outra, por escrever ‘ilha do Caribe’. Ganhou o segundo grupo...*”<sup>165</sup> Mas a questão é mais complexa. Pela análise dos textos do jornal, não é possível consolidar uma resposta positiva.

<sup>161</sup> Ver SEOANE, María e MULEIRO, Vicente, *El Dictador - La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2001, pp. 281-284.

<sup>162</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p. 195.

<sup>163</sup> Entrevista de Kucinski com Marcos Faerman. In KUCINSKI, *op. cit.*, p. 195.

<sup>164</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p. 195, citando entrevista com Flávio Aguiar.

<sup>165</sup> Troca de correspondência (via e-mail) com Luiz Egypto. 25.out.2000, 14h07.

Apesar de o país estar passando por uma fase mais branda do Estado autoritário entre 1975 e 79, a censura à imprensa ainda existia nessa época. Entre os jornais da imprensa alternativa, *Movimento* foi censurado entre 1975 e 78; *Opinião*, entre 1972 e 77; o *Ex* teve o número 17 apreendido, conseqüência da famosa capa sobre Herzog na edição anterior. Na grande imprensa, *O Estado de S. Paulo* havia acabado de se livrar da censura quando *Versus* era lançado. A censura em *OESP* ocorreu mais duramente entre 1972 e 75. Na revista *Veja*, ela ocorre entre 1974 e 76. Embora não sejam representantes da grande imprensa, outros jornais de certa importância para o período também foram atingidos. *O São Paulo*, da Igreja Católica, ficou censurado de 1971 a 78, e o carioca *Tribuna da Imprensa*, de 1968 a 78.<sup>166</sup>

O período mais brando da história brasileira desse período pode ser entendido principalmente por causa da liberalização do país prometida pelo presidente Geisel.

Apesar dessa idéia de recondução do país à democracia, Geisel não esperava que a oposição tomasse o poder imediatamente. Ele defendia que o partido do governo continuasse a mandar no Brasil por um período “lento, gradual e seguro”<sup>167</sup>. Chamo de liberalização do regime militar brasileiro o período que se inicia com a posse de Geisel, em 15 de março de 1974, e vai até 1985, ano em que um civil assume a Presidência após as manifestações de 1984 da campanha Diretas-Já e da votação da emenda Dante de Oliveira. Com a emenda, apesar de rejeitada, houve a possibilidade de eleição direta para presidente.

Minha leitura para definição de liberalização se baseia na obra de Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter. Para os autores, liberalização é um processo onde há proteção de indivíduos e grupos contra o arbítrio do Estado. Isso incluiria, por exemplo, o habeas-corpus, e o direito de defesa num tribunal justo e imparcial. No meu entender, a liberalização no Brasil se complementa, no período 1974-85, com as eleições parlamentares de 1974, o pleito para governadores e deputados em 1982 e a transmissão de fato do poder a um civil em 1985, quando José Sarney assume a Presidência.<sup>168</sup> Já a democratização, segundo O’Donnell e Schmitter, ocorreria quando houvesse a possibilidade real de transferência de poder por parte dos militares. Na minha interpretação, isso (a democratização) ocorreu no Brasil a partir de 85 por dois de fatores: 1) o presidente João Baptista Figueiredo deixou claro, desde o início de 1984, que não escolheria o candidato à sua sucessão. Ele dizia que caberia ao partido do

<sup>166</sup> AQUINO, *op. cit.*. Sobre *OESP* e *Movimento*, p. 22; sobre *Opinião* e *Ex*, p. 215; sobre *Veja*, pp. 225-226; Sobre *O São Paulo*, p. 224; e sobre a *Tribuna da Imprensa*, p. 228.

<sup>167</sup> Ver T. SKIDMORE, *op. cit.*, p.320-321.

<sup>168</sup> Como se sabe Sarney era vice da chapa encabeçada por Tancredo Neves que venceu a eleição indireta para presidente em 1984. Tancredo não assumiu o cargo, pois faleceu.

governo, à época, o PDS, a escolha do nome. Ou seja, pela primeira vez desde 64, o candidato oficial poderia ser um civil, como foi de fato; 2) o movimento Diretas-Já pressionou o Congresso a aprovar a emenda Dante de Oliveira, que pedia eleições diretas para presidente. Isso não ocorreu, mas os dois candidatos à sucessão de Figueiredo acabaram sendo de fato civis: Tancredo Neves (oposição) e Paulo Maluf (governo).<sup>169</sup>

Os fatores que consolidaram o processo de liberalização do regime militar no Brasil, na minha opinião, foram os seguintes: o fim do AI-5 (Ato Institucional número 5) em janeiro de 1979, ainda no governo Geisel; a decretação da anistia política, em 28 de agosto de 79, já no mandato do presidente João Baptista Figueiredo; e a implantação do multipartidarismo, em 29 de novembro de 79, o movimento Diretas-Já em 1984 e a transferência do poder a um presidente civil.

Apesar dessa liberalização, o processo de abertura política teve momentos críticos. Houve alguns episódios que colocaram em xeque os planos de Geisel. Dois desse fatos já foram citados aqui: as mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Outro aspecto negativo para o governo foi uso do AI-5 para realizar várias cassações contra políticos de oposição. O episódio mais famoso talvez tenha sido o do deputado federal Francisco Pinto (MDB-BA). A 14 de março de 1974, Chico Pinto, como é conhecido até hoje nos meios políticos de Brasília, fez um discurso no Congresso contrário à vinda ao Brasil do general Augusto Pinochet, presidente chileno responsável pelo golpe de Estado de 1973.<sup>170</sup> Pinto criticou as violações aos direitos humanos cometidas pelo governo de Santiago do Chile. Apesar das críticas, Pinochet foi a Brasília e participou da cerimônia posse de Geisel no dia seguinte ao discurso do emedebista.

Geisel tomou posse e Pinto acabou sendo indiciado pela Lei de Segurança Nacional (LSN), um dos principais instrumentos de repressão da ditadura. Em outubro de 74, o deputado baiano foi condenado a seis meses de detenção, além de levar uma multa e ser cassado. castelista assumido, Geisel não deixou de usar como recurso as prisões a seus opositores.<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> Utilizo as denominações de liberalização e democratização de G. O'DONNELL e P. C. SCHMITTER, **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**, Baltimore, John Hopkins University Press, 1986.

<sup>170</sup> Ver SOARES, D'ARAÚJO e CASTRO, **A Volta aos Quartéis**, op. cit., p. 293. Em 74, o Brasil ainda vivia sob domínio do bipartidarismo, com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), da oposição, de um lado, e a Arena (Aliança Renovadora Nacional), da situação, do outro. Pinochet derrubou o presidente socialista Salvador Allende num golpe de Estado a 11 de setembro de 1973. Após o golpe, o general dissolve os partidos políticos e implanta uma violenta repressão no país contra as forças da oposição. O regime, já nos primeiros dias, causa dezenas de mortes. Ver Emir SADER, **Cuba, Chile, Nicarágua** (São Paulo, Atual, 1992). Ver também "Chile comemora o golpe pela última vez", *Folha de S. Paulo*, 6 de setembro de 1998 (p.1-13).

<sup>171</sup> Os castelistas (que seguiam as idéias do general Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar do Brasil no período pós-1964) defendiam que o movimento de 64, depois de um curto período, deveria reconduzir o país à democracia. O grupo é também chamado de a "ala de Sorbonne" das Forças

O uruguaio René Armand Dreifuss é talvez quem conceitue com mais rigor as divisões internas entre os militares nesse período. Geisel está sim, no início de 1974 –e vai continuar desse modo até o final de seu mandato–, no meio de um embate entre generais castelistas e os de linha-dura. Essas denominações, no entanto, não são tão simples de explicar. Para Dreifuss, há pelo menos três grupos identificáveis. O primeiro deles seria aquele que se encaixa na definição de castelistas: o grupo IPES/ESG. O pesquisador uruguaio defende, como uma de suas principais teses do seu clássico **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classes**, a importância do complexo IPES/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) no estudo do regime militar brasileiro. As origens do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, segundo o autor, foram lançadas ainda nos governos de Juscelino Kubitschek (1955-60) e de Jânio Quadro (1961). Basicamente o IPES se forma, exatamente após a renúncia de Jânio, com o intuito de defender os interesses do empresariado nacional. O instituto é criado a partir, principalmente, a partir dos contatos do empresário Paulo Ayres Filho, ex-diretor do Banco do Brasil de Jânio.<sup>172</sup> Já a ESG (Escola Superior de Guerra) começou a ser articulada a partir de 1947, mas foi criada oficialmente dois anos mais tarde. Seguindo os passos da norte-americana National War College, a ESG nasce a partir da experiência de oficiais do Exército brasileiro na Segunda Guerra Mundial (1939-45). Terminada a guerra, generais e jovens oficiais não deixam de manter contatos com as Forças Armadas dos Estados Unidos. O grupo incorpora o clima da Guerra Fria vivido à época. Só que diferentemente do que se costuma imaginar, a ESG não tinha apenas militares, mas também civis, como o economista e ex-ministro Roberto de Oliveira Campos (Planejamento, de Castelo Branco). Só para se ter uma idéia quantitativa: até 1975, a ESG havia instruído 1.294 civis e 1.621 militares.<sup>173</sup> O grupo IPES/ESG foi representado por generais importantes do regime militar brasileiro, como Golbery e o próprio Geisel.

Outro grupo definido por Dreifuss é o formado por extremistas de direita. O historiador e cientista político caracteriza o grupo como sendo “marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora”. Um nome desse grupo é o do brigadeiro (coronel à época) João Paulo Moreira Burnier.<sup>174</sup> Outra facção dentro do governo militar era a chamada de tradicionalista.

---

Armadas. Os militares da chamada “linha-dura”, por outro lado, achavam que a ditadura deveria se radicalizar e se prolongar no Brasil. Eram considerados da “linha dura”, entre outros, os presidentes Artur da Costa e Silva (1967-69) e Emílio Garrastazu Médici. Ver T. SKIDMORE, *op. cit.*.

<sup>172</sup> DREIFUSS, René Armand, **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe**, Petrópolis, Vozes, 1987, p. 162.

<sup>173</sup> DREIFUSS, *op. cit.*, pp. 79-80.

<sup>174</sup> DREIFUSS, *op. cit.*, p. 370.

*“Sob este título estão incluídos os oficiais que não receberam treinamento na ESG e que não compartilhavam de uma proposta de mudança social, política e econômica para o Brasil tão elaborada e ampla quanto a de elite orgânica do grupo IPES/ESG.”* O mais célebre militar desse grupo é o presidente Costa e Silva (1967-69). Para Dreifuss, tanto os extremistas quanto os tradicionalistas –também chamados de trouper– poderiam ser chamados de linha-dura.<sup>175</sup>

No meio desse clima, o Brasil tentava caminhar para a democracia. Assim, o governo Geisel procura impor um ritmo de administração que elimine os representantes da linha-dura. Sua preocupação poderia se resumir ao fato de ele querer o máximo de desenvolvimento (falando-se em termos políticos –nesse caso a evolução rumo à abertura– e econômicos) com o mínimo de repressão, mesmo que ela de deixe de existir. Para isso, Geisel mantém sim a censura à imprensa no período, mas sabe que um controle menor pode beneficiá-lo. Denúncias de tortura e descumprimento dos direitos humanos começam a aparecer nos jornais exatamente no período pós-1974 como estratégia de Geisel de controlar os militares da linha-dura. Há um episódio que ocorre durante seu governo que pode elucidar mais essa afirmação. Após a saída do Ministério do Exército do general Sílvio Frota, em 12 de outubro de 1977, Geisel permite que um manifesto contrário à abertura circule nos meios políticos de Brasília e, conseqüentemente, venha ao público. O documento é escrito pelo próprio Frota, à época tido como líder da linha-dura. Quem relata o episódio é o general Gustavo Moraes Rego Reis, em entrevista ao grupo do CPDOC:

*“Ali [no manifesto] Frota declarou franca e frontalmente sua posição contra a abertura. Expressou publicamente sua posição pessoal e o ponto de vista daqueles que ainda achavam que uma política radical era necessária no país. Parece que aquele documento havia sido preparado com antecedência, talvez esperando um desfecho diferente do que ocorreu. Esperavam que tivesse um grande impacto favorável, que provocasse uma tomada de posição, militar e politicamente, contra o presidente Geisel, enfim que houvesse uma reação favorável ao Frota.”*<sup>176</sup>

E continua:

*“O presidente [Geisel] foi de uma sabedoria formidável ao autorizar sua divulgação. Esse documento, que consta na íntegra no livro **Nos Porões do SNI**<sup>177</sup>, mostra bem o conflito que havia entre os dois [Frota e Geisel]. O presidente considerou que autorizando a publicação, logicamente, ‘queimaria’ o Frota. O manifesto fazia críticas a atos do governo que não podiam mais ser questionados [...] Quando procuravam divulgar esse documento, Hugo de Abreu [general Hugo de Andrade Abreu] achou que devia evitar, mas o presidente disse: ‘Não, deixa divulgar para todos verem quem é o Frota e como ele pensa’.”*<sup>178</sup>

<sup>175</sup> DREIFUSS, *op. cit.*, p. 371.

<sup>176</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon, D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, *A Volta aos Quartéis*, *op. cit.*, p. 70.

<sup>177</sup> BAFFO, Airton, *Nos Porões do SNI: o Retrato do Monstro de Cabeça Oca*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1989.

<sup>178</sup> SOARES et alii, *op. cit.*, p. 71.

## Mudança de enfoque

Percebendo que o espaço na imprensa estava aumentando (quase sem censura), o pessoal da Liga Operária começa a se juntar à turma que produzia o jornal. Aos poucos, o grupo vai dominando o *Versus* e passa a defender um jornalismo mais politizado e partidário. Desde 75, com o nascimento de *Versus*, a residência de Marcos Faerman e a redação do jornal se transformaram também numa espécie de “centro de discussões latino-americanas”. Sendo assim, não era difícil imaginar que o jornal, embora tentando se manter distante dos debates partidários da época<sup>179</sup>, e a casa de Faerman tenham passado a receber exilados e perseguidos políticos dos anos 70. Veio basicamente da Argentina a Liga Operária, liderada por Jorge Pinheiro. A Liga Operária tinha sido formada na Argentina, em 1974, segundo Kucinski<sup>180</sup>, por um conjunto de ex-militantes da esquerda armada. Seus militantes diziam que tinham origem no MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), comandado por Leonel Brizola após o golpe militar de 1964. Só que, do grupo preso do MNR, principalmente em 67, nenhum nome que formaria a Liga Operária consta nos documentos policiais<sup>181</sup>. Com Pinheiro, alguns jornalistas já instalados em *Versus*, como Omar de Barros Filho e Vitor Vieira (cunhado de Faerman), aderem ao que Kucinski chama de fase do “entrismo” no jornal. Entrismo porque o grupo de Pinheiro vai se apropriar de tal maneira de *Versus* que o periódico vai perder sua identidade<sup>182</sup>.

Ironicamente, nessa fase do entrismo, *Versus* vive um bom momento. Tem amplo prestígio junto a intelectuais e artistas a tal ponto que, no segundo semestre de 77, o jornal organiza um show, em que nomes como Chico Buarque, Milton Nascimento e Simone participam gratuitamente do evento, que reuniu 15 mil pessoas<sup>183</sup>. *Versus* segue ao máximo a proposta editorial de Faerman nesse momento: enfoca a cultura como uma área-mãe do jornalismo para tratar de temas correlatos (como política e economia). Mas o grupo de Pinheiro entende diferente. Para eles, o “cultural” de *Versus* é frio, sem temperatura, quase fora da

---

<sup>179</sup> Os debates em torno do fim do bipartidarismo no Brasil, vigente desde 1965, começaram com o governo Geisel. O fim propriamente dito do sistema de dois partidos se dá apenas em 1979, com a instauração do multipartidarismo. Apesar disso, são constantes, principalmente a partir de 77, as discussões em torno da volta de vários partidos, como o PTB, de João Goulart e Getúlio Vargas, e o PCB, por exemplo. Todos esse partidos, no entanto, eram clandestinos em 77, pois só existiam oficialmente a Arena (Aliança Renovadora Nacional), do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposição. Ver SKIDMORE, *op.cit.*.

<sup>180</sup> Kucinski diz que a origem da Liga Operária, quando era do MNR, foi presa em 70. Só que neste ano praticamente não existia mais o Movimento Nacionalista Revolucionário.

<sup>181</sup> Os líderes presos com o MNR em 67, quando se preparavam para fazer um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, eram principalmente Bayard Demaria Boiteux, Antônio Duarte dos Santos e Onofre Pinto. A principal importância do MNR dentro do contexto das organizações armadas dos anos 60 e 70 no Brasil, se deve ao fato de o grupo ter recebido forte apoio de Cuba. Alguns de seus membros, como o sargento Onofre Pinto, treinaram guerrilha em Havana. Ver GORENDER, Jacob, *op. cit.*, pp. 123-126.

<sup>182</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p. 197.

<sup>183</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p. 197.

realidade dos fatos da época. É o período do ressurgimento dos movimentos estudantis em São Paulo. Pinheiro interpreta que o periódico deveria se politizar mais<sup>184</sup>.

Mas essa politização é que vai iniciar a destruição por completa de *Versus*. Curiosamente, não é Faerman que vai se contrapor ao grupo. Nas palavras de Kucinski, o editor-criador do jornal acaba seduzido pela proposta da Liga Operária. Paulo de Tarso Venceslau, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional)<sup>185</sup> e um dos futuros fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1979, ocupava a função de administrador do jornal nessa época. É ele quem vai brigar contra o grupo de Pinheiro e apresentar os argumentos para isso. “Deixamos claro o erro que estava cometendo, *Versus* caminhava para o gueto, concorreria com *Movimento*, que era dominado pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e parte da AP (Ação Popular)<sup>186</sup>, o jornal se estreitaria e se descaracterizaria; não deu outra, em novembro consolidaram o golpe”<sup>187</sup>. A declaração de Venceslau tinha um certo preconceito contra *Movimento* (“caminhava para o gueto”). O *Movimento* na verdade foi um dos jornais mais importantes da imprensa alternativa e tinha uma proposta diferente da defendida por *Versus*. O *Movimento* se definiu como um jornal político desde suas primeiras edições, em 1975<sup>188</sup>. Apesar do preconceito, Venceslau acerta na projeção quando fala em “concorrência”. Ao se “politizar” mais, como queriam Pinheiro e seu grupo, *Versus* perde sua identidade de jornal de história e cultura latino-americanas e passa a ser apenas mais um dos muitos periódicos alternativos da época que enfocavam basicamente os assuntos políticos e partidários (Pinheiro queria fundar no país o Partido Socialista e isso estará fartamente estampado nas páginas de *Versus*). Além de *Movimento*, havia também, só para se citar alguns com essa função, *Opinião* e *Em Tempo*.<sup>189</sup>

Dentro de *Versus*, o grupo de Pinheiro cria a Convergência Socialista no início de 1978. Influenciado pelas experiências da Espanha e de Portugal, Pinheiro quer fundar aqui no Brasil um PS nos moldes de Madri e Lisboa. Após a morte do ditador Antonio de Oliveira Salazar, em 1970, Portugal iniciou uma fase de recriação do PS local a partir de 74. Na Espanha, o ditador Francisco Franco morreu em 75 e o país também começa uma experiência socialista. Em

<sup>184</sup> KUCINSKI, *op. cit.*, p. 197.

<sup>185</sup> A ALN, liderada principalmente pelo deputado do PCB Carlos Marighella, foi uma organização clandestina voltada para a luta armada no Brasil nos anos do regime militar de 64-85. Realizou várias ações nos centros urbanos sobretudo entre 1968 e 1973, como o sequestro do então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Elbrick, em 1969. Ver GORENDER, *op. cit.*, pp. 94-100.

<sup>186</sup> O PC do B, racha do PCB fundado em 1962, defendia luta armada.

<sup>187</sup> Depoimento de Pauto de Tarso Venceslau, In KUCINSKI, *op. cit.*, p. 198.

<sup>188</sup> A respeito do semanário, ver AQUINO, *op. cit.*, pp. 119-205. O *Movimento* deixou de circular em 1981.

<sup>189</sup> O *Opinião* foi criado em 1972 por Raimundo Pereira e Fernando Gasparian. Dele fez parte o grupo políticos do hoje presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O *Em Tempo* foi fundado mais tarde, em 1977. Seu editor era Bernardo Kucinski.

ambos os casos, no entanto, apesar de o PS ter sido refundado nos anos 70, os governos socialistas só ocorrem dez anos depois<sup>190</sup>. A consolidação do projeto de Pinheiro se dá a 28 de janeiro daquele ano, quando a CS é lançada oficialmente em ato público na PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo.

Não é preciso saber desses fatos para perceber as mudanças em *Versus*. Já a partir do número 11, com a reportagem de capa “Estudantes: a Marcha de 77”, percebe-se a mudança editorial do jornal. Na reportagem interna, “Os Estudantes”, o jornal apresenta um debate, mediado por *Versus*, entre os professores de ciência política José Augusto Guillon Albuquerque –da USP (Universidade de São Paulo) –, Paulo Sérgio Pinheiro –à época da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), hoje da USP–, Plínio Dentzein –da Unicamp– e Octávio Ianni –ex-USP, à época da PUC. Pela primeira vez o jornal vai estar mais próximo de um tema brasileiro mais atual: discute indiretamente o movimento estudantil daquele ano de 1977 e diretamente as mudanças impostas na universidade pública brasileira, sobretudo após os acordos MEC-Usaid –tratados assinados entre o Ministério da Educação e Cultura, do Brasil, e a United States Agency for International Development, dos Estados Unidos, no final dos anos de 1960. Afirma no debate Ianni:

*“A universidade [brasileira pública] foi reformada nos últimos anos com base nos acordos MEC-Usaid, com duas ou três finalidades bem explícitas. Conforme o Guillon acentuou, transformaram a universidade em algo articulado com o sistema econômico, principalmente industrial, em franca expansão no país desde o governo Juscelino [Kubitschek (1956-61)]. A universidade anteriormente era um pouco mais humanística, um pouco mais preocupada com as correntes do pensamento, com a pesquisa original. Mas também tinha uma forte influência de uma época agrária. Havia intelectuais produzindo quase que com a finalidade de funcionarem como ideólogos e funcionários de uma sociedade de cunho agrário. Isso se alterou rapidamente e a partir de 50 ficou evidente que ela precisava ser modificada internamente, para adequar-se à novas exigências econômicas principalmente industriais. Essa mudança realizou-se a partir dos acordos MEC-Usaid de 1966, 67 e 68. A universidade ganhou o cunho de uma organização industrial. Isto é, foi pensada em termos econômicos, como um indústria. A reforma foi vista como uma maneira de tornar o ensino economicamente produtivo. Os técnicos que a reformaram estavam inspirados num princípio economicista e profissionalizante. A universidade foi orientada no sentido de preparar técnicos [...] Simultaneamente ao economicismo e à profissionalização, havia a preocupação óbvia de despolitizar a universidade. A universidade hoje é altamente burocratizada. Antes existiam os mandarins, os caciques, os catedráticos [...]. Depois, a burocratização se acentuou [...]”*<sup>191</sup>

Ainda Ianni:

<sup>190</sup> Na Espanha, os socialistas se denominam PSOE (Partido Socialista Operário Espanhol). Ver MENEZES, Cynara, “Voto encerra era socialista na Espanha”, In *Folha de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1996, p. 1-19.

<sup>191</sup> *Versus*, número 11, junho de 1977, “Os Estudantes”, p. 34.

“Uma outra coisa a pensar é se haveria alguma relação entre os movimentos estudantis de 77 e a crise do modelo. Obviamente que há. É curioso e necessário observar que a crescente participação dos estudantes no processo político brasileiro aparece não mais como uma expressão na universidade tecnocrática, burocrática, industrializada, mas como algo fundamental, que é uma manifestação de um dos segmentos da sociedade civil contra o tipo de Estado que se constitui no Brasil.”<sup>192</sup>

No *Versus* 13, o sociólogo e hoje ministro da Cultura, Francisco Weffort, entrevista o ex-deputado federal pelo PTB –o partido do presidente deposto em 1964, João Goulart– e ex-ministro do Trabalho Almino Afonso, com destacada chamada de capa. Quase que é uma forma tímida de dizer que o periódico está cada vez mais discutindo política do momento em oposição aos textos sobre “história” e “heróis” latino-americanos de antes. Na pauta, uma discussão claramente partidária –algo raro em *Versus*:

“Os políticos falam. Os intelectuais analisam. Os artistas cantam. Os jornalistas informam. Mas como canalizar tudo isso para a ação apropriada? Creio que seria através de partidos políticos, onde caibam todas as tendências da sociedade.”<sup>193</sup>

A mudança nas páginas do jornal não é radical e, mesmo com os colegas da Liga Operária, *Versus* continua tratando da América Latina. Na edição 14, por exemplo, o repórter Wagner Carelli apresenta uma reportagem sobre a ditadura chilena em “A terceira hora, dossiê da resistência no Chile”. Na publicação seguinte, o jornal começa a assumir publicamente suas alterações internas. Em editorial discreto (apesar de ser publicado na página 2, ao lado do expediente, onde sempre se colocou o texto, a diagramação faz parecer que o editorial é mais uma carta ao leitor), o grupo anuncia a criação de um conselho de redação que vai gerir o jornal. É de fato o anúncio oficial de que Marcos Faerman não é mais o manda-chuva em *Versus*. Diz o texto: o conselho é “a parte de uma prática coletiva que se pretende cada vez mais coletiva”<sup>194</sup>. Apesar disso, o texto ainda preserva o projeto editorial original de *Versus*: “Nossas propostas foram preservadas: um olhar atento para os povos vizinhos, fazendo o relato destes tempos [...]”<sup>195</sup>

Aos poucos, tornam-se mais constantes os artigos que tratam diretamente do momento que o Brasil está vivendo, ou seja, final de um regime militar, abertura política de fato, discussão sobre o fim do bipartidarismo e anistia aos perseguidos políticos. “E se os partidos fossem livres?”, questiona um artigo de Francisco Weffort em *Versus* número 15.

Ironicamente, o jornal atinge, pelo menos segundo ele próprio, sua maior tiragem já totalmente desfigurado em relação à sua proposta original. Em novembro de 1977, o editorial afirma que *Versus* chegava aos 30 mil exemplares.

<sup>192</sup> *Versus*, número 11, junho de 1977, “Os Estudantes”, p. 37.

<sup>193</sup> *Versus*, número 13, setembro de 1977, “O intelectual e a política”, p. 15.

<sup>194</sup> *Versus* número 15, outubro de 1977, sem título, p. 2.

<sup>195</sup> *Idem*.

Por isso, justificava o aumento do preço de capa (de Cr\$ 15 para Cr\$ 20) devido à alta do custo gráfico e os 40% gastos com a distribuidora. “O valor, no entanto, é o mesmo das revistas *Veja* e *Isto É*”, alega. Mais do que engajado com o momento, o conselho de redação de *Versus* debate também no editorial o possível fim da censura nos jornais *Movimento*, *O São Paulo* e *Tribuna da Imprensa* (RJ)<sup>196</sup>.

“O Partido Socialista está nascendo”, anuncia a capa de *Versus* 17. Mais: seus colaboradores deixam de ser os habituais “latino-americanistas”, e passam a ser militantes de partidos clandestinos e até políticos (ex-parlamentares que perderam seus mandatos com a ditadura). O uruguaio Eduardo Galeano e o argentino Júlio Cortázar continuam na 17ª edição, mas entram, com chamadas na capa, Mário Pedrosa (o crítico de arte militante do trotskismo) e Chico Pinto (o mesmo deputado cassado por fazer um discurso no Congresso contra a visita de Pinochet na posse de Ernesto Geisel), entre outros. A diagramação muda. Sai a criatividade de Toninho Mendes, entra o “risco” convencional de uma página de jornal conservadora, com enormes blocos de texto, sem harmonização no uso de fotos, num estilo que lembra bastante o diário *Gazeta Mercantil*, conhecido do público até hoje por não ter muitas imagens na diagramação. A nova visualização utiliza diferentes corpos de letras em reportagens colocadas nas mesmas páginas espelhadas, mostrando um verdadeiro descompasso editorial. Isso porque, numa mesma página espelhada –ou seja, duas páginas lado a lado–, os corpos das letras são diferentes. De um lado, um título de abre de página com corpo forte; do outro, um título com corpo de letra menor. O editorial (com o título “A luta continua, um PS no Brasil?”) deixa de ser publicado na página 2 e vai para a 3. O expediente não é mais vertical, de cima da página para baixo, mas sim horizontal, no pé da página. Embora o jornal já não tenha muita coisa do que era em sua origem, a equipe da redação procura não radicalizar e dizer para os leitores que o “espírito” de *Versus* segue o mesmo. O mote do periódico, “idéia de cultura como forma de ação”, é repetido no editorial à exaustão e diz que “o número 14 foi um novo marco”, com a entrevista de Almino Afonso. E declara: “*Versus* se dispõe a integrar estas três linguagens: a da cultura como forma de ação, a reflexão sociológica e a discussão da instância diretamente política”<sup>197</sup>. Há espaço ainda, embora sem nenhum destaque de capa, para uma história de Faerman: “A Copa da Tortura”, referência à realização do campeonato mundial de futebol na Argentina, dominada pela repressão dos generais, com mais de 10 mil denúncias de desaparecimentos políticos à época<sup>198</sup>.

<sup>196</sup> *Versus*, número 16, novembro de 1977, sem título, p.2.

<sup>197</sup> *Versus*, número 17, janeiro de 1978, “Um partido socialista no Brasil?”, p. 3.

<sup>198</sup> *Versus*, número 17, janeiro de 1978, “A Copa da tortura”, pp. 15-16.

A quase despedida de Marcos Faerman de *Versus* ironicamente se dá numa reportagem dele sobre Leonel Brizola, o ex-governador do Rio Grande do Sul que garantiu a posse de João Goulart quando o presidente Jânio Quadros renunciou em 1961<sup>199</sup>, na edição de número 18. É a matéria de capa “PTB - Os planos de Brizola”<sup>200</sup>. Ironicamente porque neste último texto assinado por Faerman no jornal o enfoque da reportagem é totalmente fora da proposta editorial defendida por ele para *Versus*. É uma reportagem que trata exclusivamente das aspirações políticas de Brizola<sup>201</sup>.

Aqui um adendo, Faerman foi de uma época –nos anos de 1960– em que os jovens, sobretudo os gaúchos, foram fortemente influenciados pela “geração da legalidade”. Embora fosse ainda menino, ele viu de perto a mobilização de Brizola (chamada de “cadeia da legalidade”) para garantir a posse do vice-presidente de Quadros, na época da renúncia em visita à China comunista. Talvez por isso, Faerman se viu “seduzido”, nas palavras de Kucinski, pelo grupo da Liga Operária, também fortemente influenciado pelo ex-governador do Rio Grande do Sul.

O editorial do *Versus* de fevereiro de 78, escrito em sete blocos, decreta o fim da “fase Faerman” do jornal. Aqui, a redação o refuta. “Um novo *Versus*?”, questiona no subtítulo de abertura.

*“É o que nos perguntam alguns amigos: ‘Versus mudou?’ A indagação nasce, evidentemente, de uma certa leitura de nossos últimos números. A nossa resposta é: Versus mudou. A realidade é mais complexa do que uma simples frase [...]. Para nós, uma tarefa histórica, a visão continentalista de Versus sofreu ataques dos mais variados setores. De um lado pesava o intelectualismo de uma universidade moldada em parâmetros cansados da moda cultural européia; por outro lado, uma esquerda mais preocupada com o debate de teses do começo do século do que com a circunstância atual<sup>202</sup>; num terceiro lance da escada, vinha o peso*

<sup>199</sup> A esse respeito ver, por exemplo, BANDEIRA, Moniz, **O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil 1961-64**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983, pp. 15-23.

<sup>200</sup> Curiosamente Brizola, como se sabe, não vai conseguir na Justiça o direito de usar a sigla do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) depois do fim do bipartidarismo no Brasil. O PTB, criado pelo presidente Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), era considerado na época um símbolo do trabalhismo. Antes da Anistia aos exilados políticos, decretada pelo presidente João Baptista Figueiredo em 1979, Brizola chegou a realizar um encontro com aliados em Lisboa (onde ele próprio estava exilado) para discutir a reorganização do PTB. Só que a Justiça Eleitoral concedeu em 1980 ao grupo de Ivete Vargas (sobrinha de Getúlio) o direito de usar a sigla do PTB. Por isso, Brizola cria no mesmo ano o PDT (Partido Democrático Trabalhista). Ver “A Trajetória de Brizola”, In *Folha de S. Paulo*, 29 de maio de 1994, p. 1-10.

<sup>201</sup> Embora tenha escrito seu último texto no número 18 de *Versus*, de fevereiro de 1978, Faerman só sai oficialmente do jornal na edição 24, sete meses depois. Nela, seu nome não consta mais do expediente, o jornal, sob direção de Jorge Pinheiro, publica um editorial explicando a saída de Faerman e o próprio Faerman escreve uma carta, assinada por outros sete companheiros, apresentando aos leitores as razões da baixa.

<sup>202</sup> A citação do editorial não deixa de ser uma crítica direta à proposta editorial de Faerman para o *Versus*. Quando se fala que a “esquerda (está) mais preocupada com os debates de teses do início do século”, a nova redação do jornal também está criticando o fato de as edições pioneiras terem trazido com destaque textos de escritores latino-americanos do século XIX, como o do cubano José Martí, em *Versus* número 2. Também o editorial afirma indiretamente que *Versus* vinha sendo inútil aos leitores, pois anuncia que vai “aprofundar as

da indústria cultural imperialista –maçonaria sincopada com os anseios das burguesias locais hegemônicas; e num esgar de olhos, o que se vê, também, senão o velho populismo nacionalisteiro? Enquanto –como se vê, por exemplo, no relato de Ariel Dorfman, que publicamos nesta edição– a América Latina se transformava no cenário do maior êxodo de trabalhadores intelectuais, de refugiados políticos, dos dias que correm, e o continente era homogeneizado pelo discurso do opressor, as viúvas nacionalistas continuavam se ‘horrorizando’ com o latino-americanismo popular.”<sup>203</sup>

E dá o golpe final:

“Mas nós tínhamos clareza de que, ao nível de nosso país, as tarefas de *Versus* eram frustrantes. Era preciso ganhar em clareza, aprofundar nossas análises, solidificar o pensamento de nossa redação, para, de uma forma mais correta, ao menos, sermos mais úteis aos nossos leitores e –que diabo!– ao nosso povo. Evoluímos neste sentido gradativamente, com ajuda de nossos amigos que atuam nas áreas de sociologia e política, em São Paulo, principalmente, e que muito contribuíram com *Versus*.”

O mesmo texto se contradiz em relação ao editorial anterior. Antes, a equipe liderada por Jorge Pinheiro alegava que o lema do jornal, “idéia de cultura como forma de ação”, ainda era seguido pela redação, como se viu anteriormente, mas agora a coisa é diferente. Diz que *Versus*:

“[...] inicialmente estava completamente voltado para a CULTURA COMO FORMA DE AÇÃO (caixa alta no original do editorial), assumiu o discurso político. E passou não só a discutir a conjuntura nacional, suas opções, como também a se identificar com as correntes que entendem que só há uma maneira de construir uma democracia para nosso povo: pela construção de um Partido Socialista.”<sup>204</sup>

Assim, a nova equipe desfigura completamente o projeto inicial de *Versus*, acusa a proposta anterior de inútil e assume suas novas tarefas. Tenta ainda, apesar de já anunciar seu partidarismo em prol de um PS ainda inexistente, se mostrar imparcial: “Dentro de nossa visão democrática, publicamos, ainda, uma crítica ao PS”, diz no mesmo editorial.

A partir de então, *Versus* muda não só em seu produto final. Cada vez mais recebendo novos exilados e colaboradores simpatizantes de um PS no Brasil, a redação incha. Só uma comparação: a edição 11 (ainda comandada pela equipe de Faerman) tinha 64 pessoas no expediente (entre editores, colaboradores e arte-finalistas); na 21 (quase que totalmente coordenada por Pinheiro), o número sobe para 84. O problema maior, no entanto, é que o aumento quantitativo do grupo não implica necessariamente em qualidade. Os textos de *Versus* perdem em

---

análises... para sermos... mais úteis aos nossos leitores... e ao nosso povo”. Tais posições são incoerentes, pois *Versus* atingiu a marca de 25 mil de tiragem durante a proposta original de Faerman. Pode-se até dizer que o jornal chegou aos 30 mil ainda com o projeto editorial original, já que essa mudança de *Versus* só vai se radicalizar a partir dos números seguintes.

<sup>203</sup> *Versus*, número 18, fevereiro de 1978, editorial, p. 2.

<sup>204</sup> *Versus*, número 18, editorial, p.2.

criatividade, originalidade e até em informação. Um prova disso, é que o batalhão de “novos jornalistas”, claramente sem intimidade com redações jornalísticas, passam a colaborar com o jornal da forma mais simples: em vez de escreverem textos corridos, apelam para as entrevistas em formato de ping-pong, ou seja, a transcrição quase literal da entrevista gravada em perguntas e respostas. No jornalismo, costuma-se dizer que quanto mais se usa textos em ping-pong, mais pobre é a qualidade final de um jornal. Em *Versus* pós-saída de Faerman, isso se torna uma regra: só na edição 18, três dos 20 textos são em forma de pergunta e resposta. Os títulos das matérias também. Antes, um título em *Versus* é a extensão do texto, em criatividade e originalidade. Depois dos número 17, 18, fica cada vez mais comum o uso de pontos de interrogação nos títulos, refletindo uma certa insegurança editorial. As letras garrafais, usadas na imprensa para atrair a leitura de seu público, mostram que os editores não estavam tão seguros na hora dessa execução. Na dúvida na hora de titular uma reportagem, um ponto de interrogação cai como uma luva. Na falta de palavras que resumissem o “espírito da reportagem”, utiliza-se quase sempre perguntas para o leitor chegar ele próprio à sua conclusão. Muitas vezes a técnica do ponto de interrogação é usada até para não repetir assuntos já tratados em números anteriores, como foi o caso de “Um Novo PTB?”, em *Versus* 20, discutindo a reorganização da antiga sigla extinta após o golpe militar de 1964 (a edição número 18, por exemplo, tinha como capa: “PTB – os Planos de Brizola”, debatendo principalmente o mesmo assunto).

Na edição 19, *Versus* tem um lapso de nostalgia e revive a gênese do jornal. Um dos novos editores, Hélio Goldsztejn, aliado ao grupo de Pinheiro, vai ao México entrevistar Carlos Quijano, o fundador da uruguaia *Marcha*, uma das fontes inspiradoras de Faerman. O máximo que o jornalista traz na verdade é um bilhete do colega uruguaio, publicado no editorial, onde o jornal comete uma grande “barriga”: apesar de anunciar a seus leitores que tal entrevista seria publicada na edição seguinte, no número 20, jamais *Versus* editou tal texto.

### **Fim da fase Faerman**

Em setembro de 1978, o país vivia uma clima de mobilização popular. Renasciam com força os movimentos sindicais em pleno governo do presidente Ernesto Geisel (1974-78), o mesmo que defendeu desde quatro anos antes a abertura política, embora “lenta e gradual”. As greves começaram na região do Grande ABC paulista, principalmente em fábricas de São Bernardo do Campo e Diadema, mas se espalharam por São Paulo, Osasco e Campinas. Um ano antes, o Brasil já voltara a sentir de perto os movimentos estudantis. Era um ambiente pouco propício para se discutir os índios incas ou a desqualificação do povo

paraguaio no decorrer do século XX, após a guerra de cem anos antes (temas tratados nos números 1 e 7 do jornal). Claro que antes, entre 1975 –ano de fundação de *Versus*– e 76, não havia uma ambiente “mais propício” para se falar do latino-americanismo, mas definitivamente, num ano em que se discutia anistia política, multipartidarismo, greves sindicais históricas, incas e índios, num jornal tomado pela Liga Operária, perdiam sentido. É justamente nesse contexto que Marcos Faerman e sete jornalistas de sua equipe assinam uma carta de despedida em *Versus*<sup>205</sup>, “E o nosso editor chefe se foi...”, com o chapéu<sup>206</sup> acima do título “Sobre gaviões e passarinhos”. O título, editado pela equipe de Pinheiro indica claramente uma intenção de colocar a situação (a saída de Faerman) como se ele estivesse abandonando *Versus* (ele “se foi...”). Além disso, o chapéu é capciosamente escolhido. Coloca a situação em que os mais fortes, os gaviões (no caso, a equipe de Pinheiro), sempre se sobressaem sobre os mais fracos, os passarinhos (Faerman e seus sete companheiros), que numa situação de ameaça têm como única opção fugir.

Seduzido no início pela proposta da Liga Operária, Faerman parece que só nesse momento se dá conta que o “entrismo” de Pinheiro e companhia simplesmente destruíram seu projeto original de *Versus*. E desabafa:

*“Versus nasceu há três anos. Trazia um proposta nova. Carregava uma perspectiva ampla. Viveu pelo esforço de jornalistas, intelectuais e leitores. Afirmou-se como uma publicação respeitada. Teimosamente, Versus defendeu o continente contra a opressão. Divulgou culturas desconhecidas. Publicou autores que o circuito editorial dos ‘best sellers’ e do academicismo universitário ignorava. Rompeu com a linguagem do jornalismo de encomenda. Lutou contra o que era burocrático e estéril. Desde o primeiro momento, entendemos que a cultura rebelde passava pelas veias do povo. Índios, negros, trabalhadores, personagens ignorados pela cultura oficial, no Versus que fizemos eram protagonistas. Naturalmente, os espíritos colonizadores, que têm um olho em Paris e outro em Nova York, atacaram nosso trabalho. Isto fazia parte da luta. Não era risco. Era a gratificação. E nesta luta também se*

<sup>205</sup> A edição em questão é a de setembro, número 24, mas a carta é assinada em 13 de agosto de 1978. Assinam o documento, ao lado de Faerman, diretor-responsável: Mário Augusto Jacobkind (chefe da sucursal do Rio), Vitor Vieira (editor-assistente), Cecília Thompson (colaboradora), Claudio Willer (sub-editor), Isabel Rodriguez (colaboradora), Reinaldo Cabral (sucursal do Rio) e Evaldo Dinis (sucursal do Rio).

<sup>206</sup> Chapéu, no jargão jornalístico, é uma palavra ou expressão colocada acima do título das reportagens com o objetivo de indicar o assunto que trata o texto. Ver *Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992, pp. 130-131.

*incluía a pressão do oficialismo, o boicote dos anunciantes, os telefonemas suspeitos, as ameaças frontais, os interrogatórios de praxe. Tudo fazia parte do jogo.”<sup>207</sup>*

Faerman ainda critica os passos da Convergência Socialista dentro do jornal e anuncia no final de sua carta que ele e sua equipe que renuncia ao *Versus* vão se dedicar a uma nova revista, que seria (mas nunca foi) lançada em três meses.

A resposta da redação é irônica, quase desrespeitosa à equipe que comandara *Versus* durante quase três anos.

*“A carta de Marcos Faerman é bonita. Ele escreve bem sobretudo no primeiro parágrafo, depois desanda um pouco. Uma alma sensível, digna. E patriótica. Vejam que como no curso mesmo de uma situação crítica é ainda na Pátria que pensa. A alma corajosa se retira, mas não é para abandonar a luta, é para levá-la em outra revista. Sim. Porque Marcos é um jornalista, antes de tudo um jornalista, se ele fizer um outro jornal ‘bom e bonito’ estará salvo. Na verdade o que estará salvo serão as aparências, porque só delas cuida o ex-diretor responsável do Versus.”<sup>208</sup>*

Mas o texto do novo *Versus* tenta expor que na verdade o conselho de redação, o corpo editorial que tomava conta do periódico, já havia decidido que a publicação deveria mudar, mas enfatiza que Faerman “escondeu” isso de sua equipe que se demitiu com ele. Diz que ele contou, na carta, apenas uma versão da história e explica:

*“Há meses, a maior parte da redação sustentava que o jornal era lírico demais, épico demais, ‘continental’ demais para a conjuntura que se abria. Apontávamos para as debilidades que o latino-americanismo de Versus encobria. Um jornal bonito, que sabia agradar, mas não se engajava. Lírico, mas indefinido. Um pouco o ponto de vista de Sirius. Uma imagem que repetia bem o que Marcos é –sim porque ninguém há de tirar-lhe isso, o jornal era corpo e alma de Marcos, bem intencionado, progressista, sensível, bom jornalista, mas indefinido, eclético em seu marxismo cor-de-rosa desbotado. O sul-americanismo literário encobria bem essas debilidades; havia um toque de revolta e de protesto fazendo de Versus um jornal de resistência e oposição. Porém o jornal não sujava as mãos, só se engajava na luta política brasileira indiretamente. Uma única desculpa para a redação: o cerco da repressão era grande e de algo valia essa forma de oposição: obrigava um pouco os leitores a lembrar a existência do resto da América Latina.”<sup>209</sup>*

No miolo da edição, o jornal dedica também uma página para a Convergência Socialista se defender das acusações de Faerman.

<sup>207</sup> *Versus*, número 24, setembro de 1978, “E o Nosso Chefe se Foi...”, página 2.

<sup>208</sup> “Esclarecemos”, *Versus*, número 24, setembro de 1978, “Esclarecemos”, página 2.

<sup>209</sup> “Esclarecemos”, op. cit., página 2.

Tudo aquilo que Faerman tentou fazer contra o jornalismo burocrático, a imprensa de estilo tradicional, foi por água abaixo. Logo no número 25, a capa de *Versus* deixou de ser um produto atraente, estético. No lugar de desenhos, fotos. No lugar de história, só factuais da política da época. As manchetes: “A farsa dos generais”, “Os racistas e o FBI contra o movimento negro nos Estados Unidos”, “A Convergência é radical?” e “O programa do PS”. O editorial da página 3 discute o sindicalismo que estava nascendo na época na região do Grande ABC paulista. O tempo era outubro de 1978, véspera de eleições para deputados e senadores. Em vez de texto, quase uma propaganda de horário gratuito. “Vote nos candidatos operários e socialistas!”, exclamava o título de uma matéria, trazendo a indicação de *Versus* de dois candidatos, feita pela Convergência Socialista.

Na publicação seguinte, o jornal tenta trazer um pouco de América Latina de volta à capa. Apresenta as chamadas “Cuba, hombre!” e “Che”. Nesse material, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o emedebista Alberto Goldman e o jornalista Júlio Tavares respondem perguntas do jornal sobre o presidente eleito da época, João Baptista Figueiredo. Depois, no número de dezembro, o jornal volta a fazer do PTB, com “Os herdeiros de Getúlio”, seu assunto principal com uma reportagem analisando a polêmica da época entre os políticos que lutam para ter a sigla.

Mas apesar de a nova equipe de *Versus* defender que o jornal devesse assumir os acontecimentos políticos em suas páginas, o periódico quase nunca faz isso. Por “acontecimentos políticos” a CS talvez entendesse pura e simplesmente a discussão em torno de um novo partido político. Só para se ter uma idéia, o jornal deixa de abordar em suas páginas vários assuntos tratados por toda a grande imprensa da época. Alguns deles: posse na Presidência dos Estados Unidos de Jimmy Carter, em janeiro de 1977; invasão da polícia às dependências da PUC de São Paulo em setembro; saída de Sílvio Frota, líder da linha-dura, do Ministério do Exército em outubro; demissão, em janeiro de 1978, do general Hugo de Abreu, chefe do Gabinete Militar, por discordar da indicação de João Baptista Figueiredo à sucessão de Geisel; extinção do AI-5, em janeiro de 1979, entre outros acontecimentos. Nenhum desses casos foi tratado em *Versus*. O jornal falou da anistia aos presos políticos, em agosto de 1979, e um pouco sobre as greves dos metalúrgicos do Grande ABC paulista, mas nada dos assuntos citados acima.

Quase meio ano depois da saída de Faerman, *Versus* ainda tenta se justificar em seus editoriais a mudança do jornal. No editorial do número 28, em janeiro de 1979, o corpo executivo do periódico toca de novo no assunto. “A cultura como forma de ação era insuficiente para acompanhar as transformações

registradas na sociedade brasileira durante 1978. *Versus* assumiu o discurso político. Mais do que isso, buscou encontrar os caminhos para a construção de um novo programa político, social e cultural. Divulgamos o pensamento de inúmeros líderes políticos, desde os remanescentes do PTB até os socialistas”. Diz que ganhou 5.000 novos leitores desde o segundo semestre de 78 (exatamente depois da saída de Faerman) e afirma que seu investimento na cobertura de fatos da época foi o melhor para o jornal.

*“Acompanhamos as lutas, os impasses e o desenvolvimento dos trabalhadores e suas lideranças, desde a Scania, no ABC, às eleições e a perspectiva de criação de seu partido... Estivemos na linha de frente na campanha pela Anistia [...]”*<sup>210</sup>

O anúncio de mais leitores parece estranho. Diferentemente de outras edições –aliás todas as demais–, *Versus* de janeiro de 79 tem a capa e a contracapa em papel jornal e não em cuchê. A diferença pode demonstrar que o periódico passa por dificuldades financeiras, já que o papel jornal é bem mais em conta do que o cuchê.

Na última edição, a 34, exatos quatro anos após sua criação, o jornal parece não ter mais condições para prosseguir. “Dias de Antropofagia”, “Somos & Gays”, “Partidos e Fraturados”, “UNE” e “Nica & Rágua” são as últimas manchetes. Essa situação acabou se juntando a outra possibilidade: o grupo de Pinheiro tinha um projeto de fundar uma revista na Colômbia, reunindo novamente o grupo original do PST argentino em Bogotá. A crise de *Versus* e a possibilidade de ter outro periódico resultou no fim do jornal paulistano<sup>211</sup>.

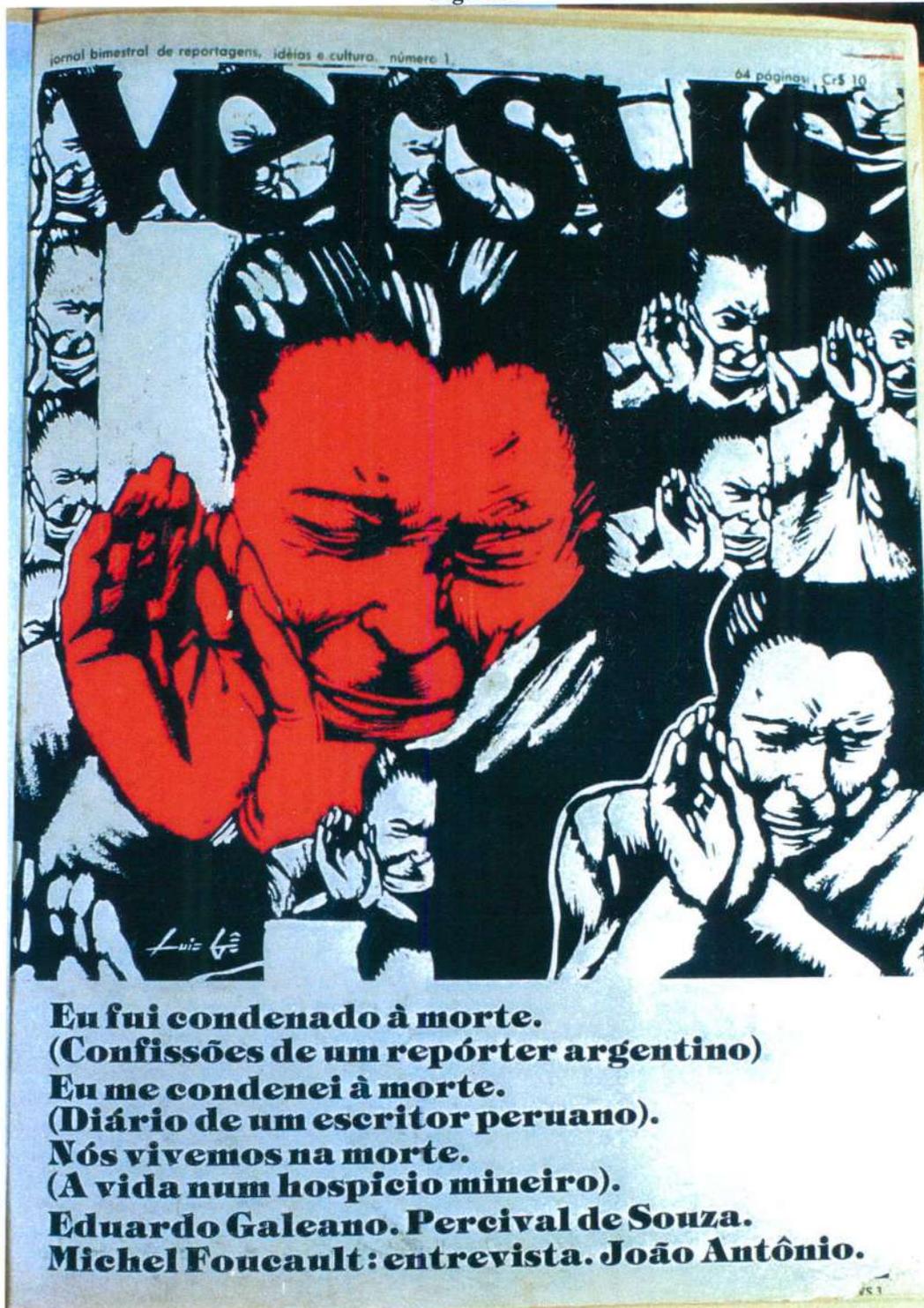
---

<sup>210</sup> *Versus*, número 28, janeiro de 1978, “Editorial dos Editoriais”, p. 3.

<sup>211</sup> Entrevista por e-mail com Egypto, 25/10/2000, 15h07. Egypto não se lembra do nome da revista, mas garante que ela não vingou.

## **ANEXOS**

Figura 1

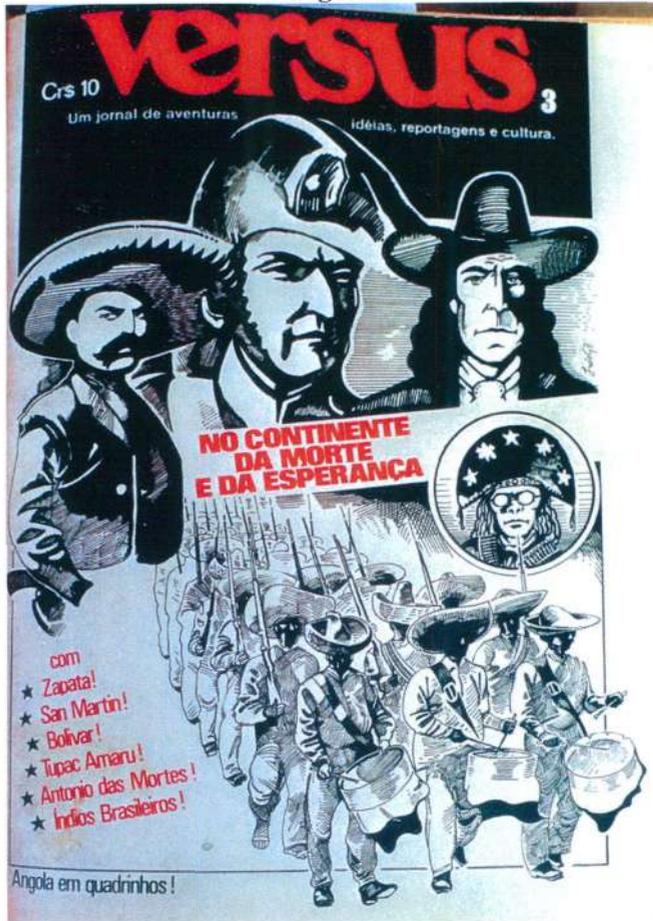


### TEMÁTICA DA MORTE

Capa da edição de estreia de *Versus*, em outubro de 1975, apresenta a temática da morte. Jornal *une*, no mesmo número, a história de um jornalista argentino que foge da repressão instalada em seu país e o diário de um poeta peruano, de origem indígena, que se suicidou: assuntos comuns da América Latina dominada por regimes militares



Figura 3



## 'HERÓIS' DE *VERSUS*

Edição de número 3 (fevereiro de 1976), em que o jornal apresenta seus "heróis" latino-americanos: Zapata, San Martín, Bolívar e Tupac Amaru. Na visão de *Versus*, um brasileiro consta nessa lista: Lampião, como se vê abaixo...

Figura 4

## HQ DO SERTÃO

Edição especial de *Versus* traz história em quadrinhos de Luiz Gê. Ilustração conta a trajetória de um nordestino que vive o drama da seca e dos jagunços dos coronéis da região. Ele é salvo pelo novo "herói" do jornal de Marcos Faerman, Virgulino Lampião



Figura 5

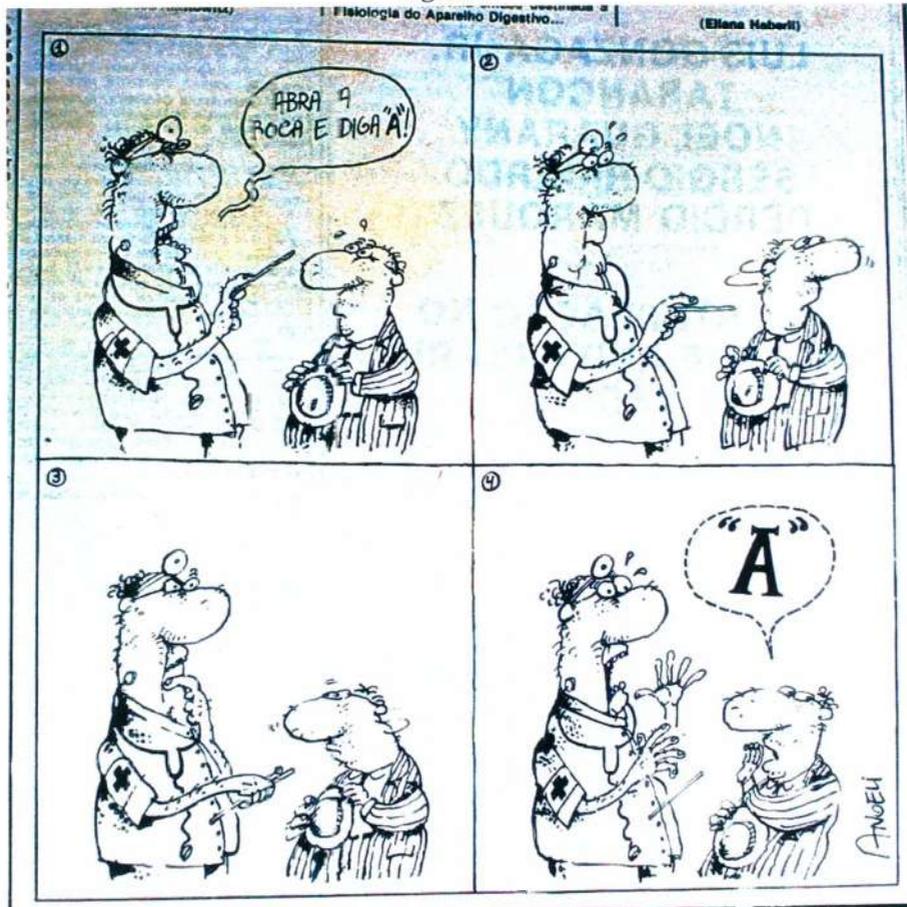


Figura 6



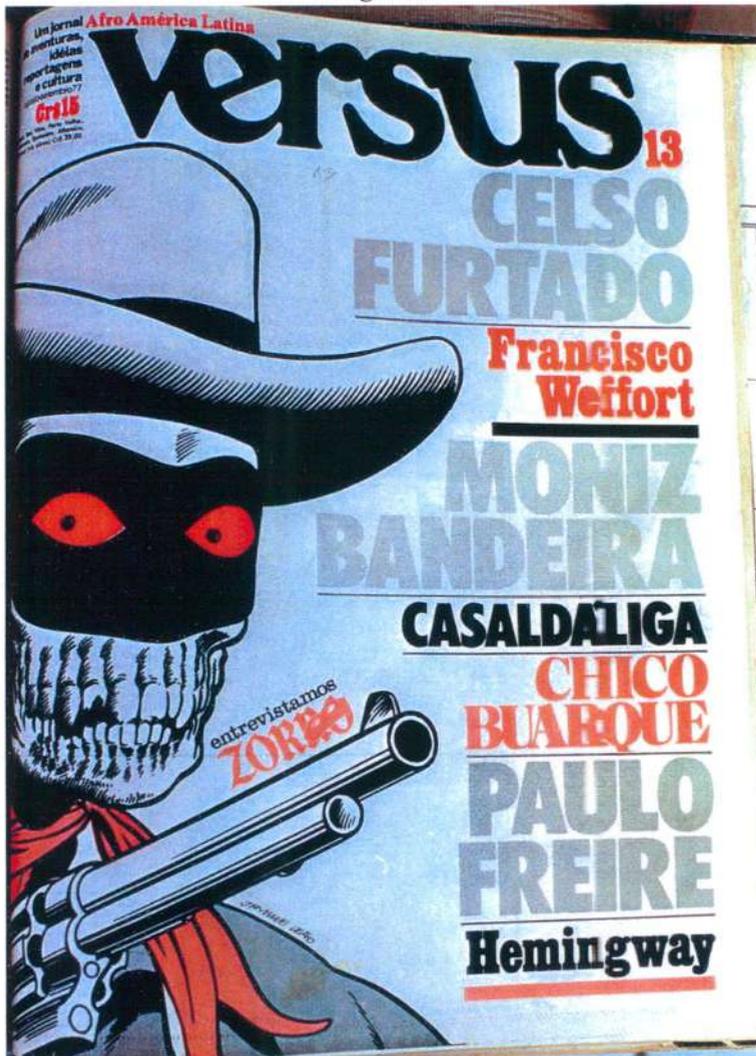
## IMAGENS AUTÔNOMAS

Acima, tira do cartunista Angeli, em começo de carreira, satiriza clima de repressão no Brasil em *Versus* número 7 (dezembro de 1976); ao lado, ilustração de Luiz Gê publicada com reportagem que apresentou o perfil do ditador Leônidas Trujillo, na edição 8, de março de 1977

Figura 7



Figura 8



### TEMAS OPOSTOS

Acima, diagramação especial de *Versus* para publicação da Carta da Morte, texto do jornalista argentino Rodolfo Walsh (edição 11, de junho de 1977); ao lado, capa da edição de número 13, de agosto/setembro de 1977, já com temas relacionados à política brasileira da época

Figura 9



## FIM DE UMA ERA...

Última capa de *Versus* apresentando temas relacionados à América Latina (edição de número 11, em junho de 1977) na primeira página. A partir do número 12 (ver abaixo), com o predomínio da Convergência Socialista, o jornal passa a dar menos espaço aos assuntos sobre a cultura latino-americana

Figura 10

## COMEÇO DE OUTRA...

Primeira capa de *Versus* sem nenhum assunto sobre a América Latina (edição de número 12, julho/agosto de 1977). Jornal trata da universidade como tema principal, aborda também o teatro do oprimido de Augusto Boal e traz um texto “metafórico” do filósofo francês Jean Paulo Sartre



DOIS MOMENTOS...

Ao lado, diagramação especial para a reportagem de Marcos Faerman sobre o desaparecimento do jornalista argentino Rodolfo Walsh (*Versus 10*, maio de 1977); abaixo, diagramação com a marca da Convergência Socialista: página “carrega” fotos com proporção desigual de texto

Figura 11

No meio do silêncio e do terror, um dos maiores escritores e jornalistas argentinos desapareceu no dia 27 de março de sua casa, em Buenos Aires. Foi sequestrado por um comando de extrema-direita. Este homem foi o jornalista argentino que denunciou os primeiros comandos que começaram a operar no país, há exatamente vinte anos atrás. Adestrou-se na arte de desvendar segredos e «reconstruir os fatos». Talento que uniu a um dos mais perfeitos textos da imprensa continental - à altura dos gênios do jornalismo. Mas sua obra - e sua possível morte - foram esquecidas no Brasil.

Os direitos dos filiados à morte... Mas alguns dos possíveis autores dos sequestros de La Plata são argentinos. Estes sequestros argentinos, de junho de 1976, ocorreram com a força dos militares. Vinte anos depois continuam a sua obra. Não se vê a natureza das coisas impiedosamente. Os filiados vivem mortos.

Palas dos mortos ou dos que não morrem da Revolução Libertadora argentina de 1956, à falta de um jornalista. Rodolfo Walsh. Quando ele soube que alguns dos filiados estavam vivos, fugiu e a eles se comprometeram de fato. Dizem que esta é a principal função dos jornalistas: revelar a política mais do que social não para iluminá-la no futuro, de fato, arruinar em seu honor a pele que vive. Principalmente quando se vive a situação de um intelectual europeu chamado de Yrassu Trapiaga.

Lei a «Operação Manantín» que Rodolfo Walsh escreveu, relatando a história dos movimentos de La Plata e também, uma coisa que não se faz impunemente. Não só pela força de texto - à altura de qualquer Trapiaga Castro. Mas porque da morte que veio à que o jornalista. A verdade é que, a de seus dias. Por exemplo: a situação que Rodolfo Walsh foi gravemente do país via conexão. E por muitos anos - com a mesma natureza das que apontaram os quilômetros em junho de 1976.

**Relato de um crime**

A notícia do desaparecimento de Rodolfo Walsh apareceu na página 17 do Estado de São Paulo, de 29 de março de 1977, numa notícia de dois linhas. O telegrama da agência socialista internacional disse que o escritor Rodolfo Walsh está desaparecido desde vários meses, segundo divisações dentro de sua família. Acrescenta-se que tinha sido sequestrado por um comando de extrema-direita. Walsh desapareceu um dia depois de ter enviado um comando militar a um balcão, de um ano, a respeito da situação dos direitos humanos em um país.

**Os mortos e os vivos**

A nota dos filiados argentinos se deu em Rodolfo Walsh relatou a história de junho de 76. Os desaparecidos gradualmente apareceram em listas, variando apenas a natureza dos sequestros. Muitos mortos são conhecidos, e seria impossível reconstruir suas histórias. Outros destes mortos, aqueles que foram mortos pela justiça, em qualquer parte do Brasil, nem a mais longa das biografias. Merece um momento em um Congresso. Quando quer humano morrer o melhor de dentro. E o destino das coisas dentro, no traço: a natureza e o serviço de todos os homens. E cada homem produzindo a sua curta vida a maior das felicidades. Qualquer aspecto de pena.

**AS PALAVRAS TAMBÉM MATAM**

13

Figura 12

**Almirante Afonso**

De Securité e do Serviço Local

Aguardado por cerca de 40 passos, desembarcou ontem em Consonhas, às 18 e 15, procedente de Buenos Aires, o ex-deputado federal e ministro do governo João Carlos de Almeida. O ex-deputado federal, que há mais de 12 anos estava exilado. Logo após desembarcar, foi recebido por uma delegação da Delegação de Segurança do Aeroporto, onde permaneceu durante três horas e 25 minutos.

De acordo com as autoridades do Aeroporto, o ex-deputado não cumprirá nenhuma função.

Airton Soares, o sócio de Fernando Henrique Cardoso, o presidente em São Paulo Cláudio Soares e o ministro Fernando Caspary estavam no aeroporto para receber o ex-deputado.

Ao ser liberado, Almirante Afonso afirmou que pretende ficar por dois meses e depois viajar com sua família para sua residência em Consonhas. O líder do extinto PTB na Câmara Federal, Afonso deixou o Brasil em 1964, exilando-se primeiro na Argentina e depois no Uruguai, onde dirigiu a revista "O Sul" e o jornal "O Sul".

**O INTELLECTUAL E A POLÍTICA**

Depoimento a Francisco Wolfort

**Neste ano, o movimento estudantil ganhou nova expressão no país. Os estudantes têm protagonizado o protesto político mais vistoso na vida do Brasil. Outros atores estão ausentes do cenário político: os trabalhadores.**

12

Figura 13

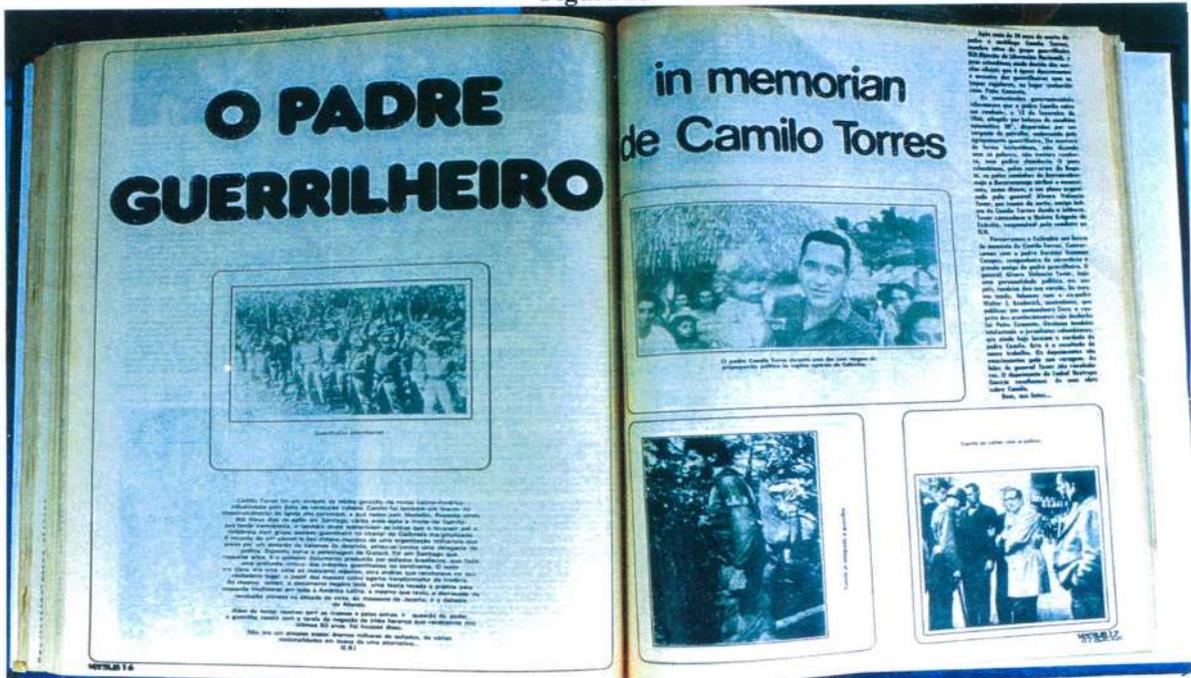


Figura 14



**VISUAL ENGAJADO**

Acima, diagramação para reportagem do *Versus* número 28, em janeiro de 1979, sobre o padre Camilo Torres; ao lado, capa da edição de número 24, com a redação já dominada pela Convergência Socialista

Figura 15



Figura 16

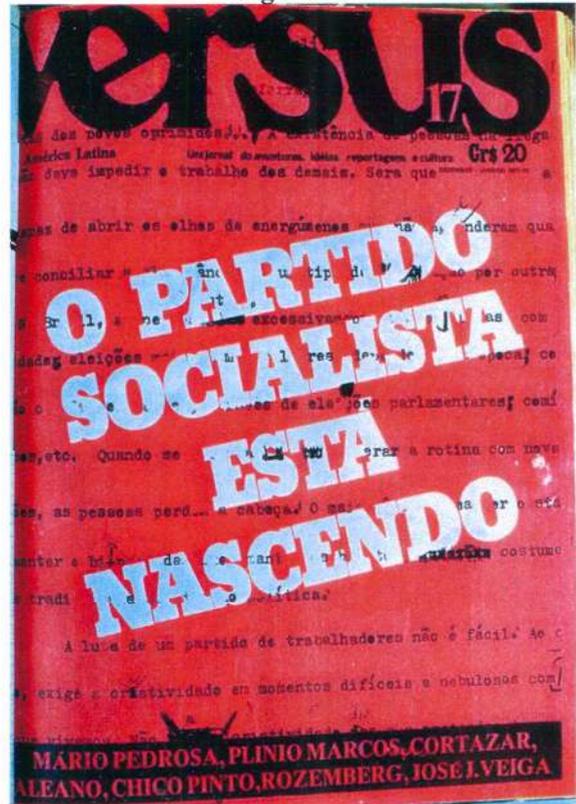
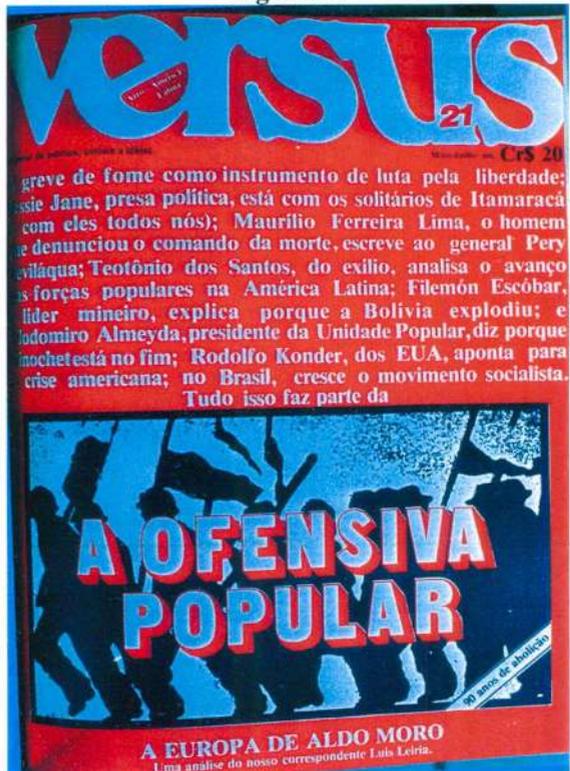


Figura 17



## TOTALMENTE CS

Capas de *Versus* já sob domínio total da Convergência Socialista. Acima, à esquerda, edição de número 20 (abril/maio de 1978), relatando sobre os impasses da oposição brasileira; ao lado, *Versus* 21 (maio/junho de 1978), sobre movimento popular no país; acima, edição 17 (dezembro de 1977) assume a luta do jornal por um Partido Socialista no Brasil pré-Anistia

## **PARTE II**

### **A AMÉRICA LATINA DE *VERSUS***

*“Primeiro lhe tornam paralítico,  
depois lhe dão uma cadeira de rodas.”*  
Eric Nepomuceno\*\*, sobre  
a luta de Jimmy Carter  
pelos direitos humanos  
na América Latina

---

\*\* In “Chile: alguns pontos que devem ser levados em conta”, *Versus*, número 12, julho-agosto de 1977, p. 21.

Os textos de *Versus* sob direção de Marcos Faerman se dividem basicamente em dois tipos: passado e presente –ou história e jornalismo. Eles se entrelaçam, fazem parte das mesmas edições e apontam para a preocupação vital do jornal: buscar a suposta origem comum da América Latina, chamada de “continente” pelo periódico. Também quer entender o que passa nos países da região naqueles anos de 1970. Para isso, o jornal vai abordar diferentes temas que fazem parte de um conjunto voltado para a história regional da América Latina. Trata por exemplo de Tupac Amaru, de um índio brasileiro educado em escolas que perde a sua identidade, do poeta mestiço peruano que não sabe a data de seu nascimento, e de textos do cubano José Martí sobre a América unida.

Por outro lado, o jornal vai abordar também assuntos que visam, antes de mais nada, relatar o ambiente marcado pela repressão e pela crise econômica em diferentes regimes militares na América Latina na década de 1970. São nessas reportagens que o jornal vai fincar o pé no presente, falando de uma situação similar à que o Brasil vivia naquele tempo. Serão os casos das matérias sobre a Argentina após o golpe de Estado de 1976, sobre os mortos do Chile pós-1973, sobre o escritor Rodolfo Walsh e sobre Porto Rico, uma ilha com significado simbólico para a América Latina.

Para discutir essas questões, proponho aqui a divisão desta Parte II em duas. Primeiro, descrevo o que denomino de Presente, ou seja, comento reportagens de *Versus* que tratam dos anos de 1970 na América Latina. Na seqüência, em Passado, relato e analiso alguns dos textos do jornal que abordam a história da região.

## Presente

“ArgentinAAA” é o relato sobre o clima de medo vivido pelos argentinos. O texto é escrito pelo jornalista Tomas Eloy Martinez, que teve de se retirar do país após o início da crise política causada pela morte de Juan Domingo Perón, em julho de 1974. AAA é a sigla de um grupo paramilitar, quase institucionalizado na Argentina da época, que significa Aliança Anticomunista Argentina<sup>212</sup>.

*“Mas os que conhecem outros invernos [de Buenos Aires] infelizes não conseguem descobrir onde pode estar o contraveneno desta sombria estação em que todas as vozes amigas flutuam envoltas em lamento [...] Naqueles meses [de julho até o Natal de 1974], a*

---

<sup>212</sup> Ver SEOANE, María e MULEIRO, Vicente, *op. cit.*, p. 23.

*angústia era como uma natureza entre os habitantes de Buenos Aires [...] Porque todo desterro –eles [os argentinos] sabem disso– é uma variação da morte, um desgarramento além do qual nenhum homem continua a ser o mesmo. O medo da morte se transfigura ali na certeza de que essa morte pode ter infinitos nomes, e que nada é tão desolador como o desterro.”*<sup>213</sup>

Escrevendo inicialmente para o jornal *La Opinión*, Eloy Martínez conta sobre os vários atentados terroristas de direita, incluindo dois seguidos contra o senador Hipólito Solari Yrigoyen. O jornalista relata no texto que a AAA ameaçava as pessoas primeiro com avisos, depois com a morte –Solari ficou com uma cicatriz no “primeiro aviso”; no segundo, só não morreu porque a bomba explodiu em sua casa quando não havia ninguém dentro dela. Ele próprio recebeu uma lista de pessoas que iriam morrer nas próximas 48 horas. Entre os nomes, ele próprio –Eloy Martínez. Na dúvida, preferiu sair do país e contar sua história do exterior.

Continua ele:

*“Agosto é –já se sabe– o mês mais longo e também o mais cruel. Quando se acabar, dentro de três domingos, nenhum de nós será o mesmo: andaremos porém Tateando em busca da fé que nos tiraram, da alegria que nos roubaram, da vida que jamais recuperaremos. Talvez então o medo prevaleça então no rosto de alguns irmãos. Porém nos restará como consolo o país enorme ao qual nenhuma das infinitas corrupções (que no entanto continuam de pé) pode derrubar por completo. Sobre a terra saqueada e desonrada continuará florescendo o trigo e os rebanhos, e haverá argentinos de boa vontade que erguerão outra vez as fábricas dentre as ruínas. Nunca se sabe quando termina uma história. Porém agora que deixamos atrás tanto desamparo, sabemos ao menos que qualquer tempo será melhor.”*<sup>214</sup>

Na Argentina pós-1955 –o ano que o general Juan Domingo Perón foi derrubado do poder–, havia um clima muito negativo contra os peronistas –hoje também chamados de justicialistas no país. A sigla AAA, também conhecida como “la triple A”, foi armada pelo ministro do Bem-Estar de María Estela Martínez de Perón (Isabel ou Isabelita), José López Rega, para perseguir opositores da esquerda peronista na Argentina. López Rega era considerado o homem forte do curto governo de Isabelita (1974-76). Apesar de pertencer a um governo peronista, não há contradição no fato de López Rega ter ajudado a AAA, pois havia uma divisão muito grande entre os adeptos de Perón. Basicamente o grupo paramilitar perseguia peronistas que defendiam a luta armada. Esses militantes eram contrários ao governo de Isabelita.<sup>215</sup> O pesquisador Marcelo Fabián Sain, do Pifas (Programa de Investigación sobre Fuerzas Armadas y Sociedad), da Universidad Nacional de Quilmes, na Argentina, explica que o militarismo se expandiu no país porque havia, no período pós-1955, um “comportamento concessivo de grande parte dos

<sup>213</sup> ELOY Martínez, Tomas, *Versus*, “ArgentinaAAA”, número 1, outubro de 1975, pp. 3, 4 e 5.

<sup>214</sup> ELOY Martínez, op. cit., pp. 4 e 5.

<sup>215</sup> Ver SEOANE, María e MULEIRO, Vicente, op. cit., p. 23.

dirigentes políticos civis” porque muitos deles, os políticos civis, tinham interesse em tirar proveito da situação para excluir adversários. Continua:

“Nesse sentido, é importante destacar que, a partir da queda do governo Juan Domingo Perón, em 1955, o sistema políticos argentino seguiu três grandes orientações, que se constituíram em condições de funcionamento desse cenário, a saber: a) a exclusão política do peronismo; b) o papel assumido pelas Forças Armadas de guardiões tutelares e fiadoras dessa exclusão, e c) a aceitação ativa pela classe política não-peronista dessas duas condições anteriores.”<sup>216</sup>

Acrescenta-se a esse clima descrito por Fabián Sain o seguinte: a partir de 1976, a lista de vítimas do regime militar foi ampliada, incluindo também comunistas, socialistas e militantes da UCR (União Cívica Radical), o segundo maior partido do país –o senador Solari Yrigoyen era radical. Centenário partido argentino, A UCR é uma dos mais antigas siglas da América Latina, criada em 1890.

Nas páginas seguintes do número 1, *Versus* edita uma entrevista em forma de conversa entre Eloy Martinez e o escritor Ernesto Sabato, “Conversas sobre o Medo”.<sup>217</sup> Um dos principais escritores argentinos do século XX, Sabato é autor de clássicos da literatura latino-americana, como **O Túnel** (1948) e **Sobre Heróis e Tumbas** (1958). Recentemente, lançou seu livro de memórias **Antes do Fim** (1999). Comandou a Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas a partir de 1983 –após mais de dez anos no exílio em Paris– e publicou no ano seguinte **Nunca Más**, uma espécie de projeto Brasil: Nunca Mais da Argentina.<sup>218</sup> Fala Eloy Martinez na reportagem em *Versus*:

“Vimos perto de Temperley, ou de Lomas de Zamora, na linha sul, pessoas tremendo diante de fotografias de famílias inteiras metralhadas e despedaçadas com explosivos porque no dia seguinte, ou um mês mais tarde, também elas podiam ser as vítimas inesperadas. Pouco a pouco, na medida em que se acentuava o colapso econômico, começou a insinuar-se outra forma de medo no coração dos pequenos burgueses que não queriam os menores símbolos de classe através dos quais se diferenciavam do proletariado: o terno e a gravata, as férias no litoral, o táxi. Viu-se finalmente os operários de Tucumã, de Wilde ou de Avellaneda assustados com a ruínas de suas fontes de trabalho, sentindo medo de um desemprego que terminaria em fome [...]”.<sup>219</sup>

Sabato comenta:

“Explicações... não é nada fácil. Além do que neste momento não estou para explicações, estou a ponto de vomitar. Num outro dia, um jornalista me perguntava o que fazia ao acordar, e então recordei aquela frase de Baudelaire sobre a ‘sinistra aventura de todas as

<sup>216</sup> Ver FABIÁN SAIN, Marcelo, “Argentina, Democracia e Forças Armadas – entre subordinação militar e os ‘defeitos civis’” (tradução de Alexandre Barbosa Silva), In D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.), **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000, pp. 21-55.

<sup>217</sup> ELOY Martinez, “Conversas sobre o medo”, *Versus*, número 1, outubro de 1975, pp. 6 e 7.

<sup>218</sup> No Brasil a obra argentina foi publicada pela L & PM em 1986 como **Nunca Mais**.

<sup>219</sup> ELOY Martinez, op. cit..

noites`. *Aqui acredito que é quase o inverso, e que ao despertar iniciamos uma aventura mais sinistra do que a noturna... Estamos batendo no fundo como talvez nunca tenha ocorrido antes. O país, as pessoas estão fartas de mentiras, de promessas que não se cumprem, de mistificações, de todos os valores. Essas grandes frases. Fico vermelho quando ouço o famoso slogan da 'Argentina Potência'. Como se pode ser tão vaidoso e ao mesmo tempo tão desafortadamente mentiroso para falar de Argentina potência quando aqui falta até papel higiênico?*<sup>220</sup>

O escritor destaca na entrevista que a crise social e econômica do país transformou o universo de signos em mentiras, o mundo em que ele vive (o da literatura) é profundamente influenciado pelo que ele chama de “semiótica do cinismo”.

*“Como quer que resolvam os problemas econômicos? Penso que é infinitamente mais grave o sentimento de frustração geral, essa catástrofe espiritual, que é a derrocada material [...] Esta não é uma crise econômica, senão política e, em última instância, moral e espiritual. Não há mais fé em nada, e sem ela é impossível levantar uma nação.”*<sup>221</sup>

E completa Sabato: *“A dor é mais didática do que o prazer.”*

O que Eloy Martinez relata vai ao encontro do que a socióloga argentina Liliana de Riz descreve em seu artigo “*Militares y política en la sociedad argentina*”<sup>222</sup>

*“La gravedad de la situación económica por la que atravesaba la sociedad argentina (hiperinflación, recesión crítica de la balanza de pagos, enorme déficit público) no constituyó sino una suerte de reflejo de la agudización de los conflictos sociales que, ya sin mediador, escapaban a todo control.”*<sup>223</sup>

Em *Versus* número 5, o jornal volta a falar da Argentina. “Buenos Aires, hora zero” é uma narrativa de um argentino anônimo, cujo depoimento foi tomado pelo jornalista Rui Veiga –um dos colaboradores do periódico. O texto trata da situação de crise que passa a Argentina, bem ao estilo narrado por Eloy Martinez. O narrador é um “argentino médio”, que trabalha numa das muitas empresas estrangeiras no centro da capital. Segundo ele, o clima é de insegurança total entre os moradores de Buenos Aires. Desesperança, de acordo com ele, é o que mais se sente ao andar pelas ruas da cidade e ouvir as conversas das pessoas naquele meados de 1976 –o golpe de Estado havia sido dado em março. Para ir ao trabalho, saindo de sua casa num bairro próximo ao centro, o argentino presenciava dezenas e dezenas de batidas policiais. Ele descreve uma cena já bem familiar do brasileiro, principalmente entre 1968 e 74, o período mais radical da repressão no Brasil. Na Argentina, nosso narrador questionava naquele

<sup>220</sup> ELOY Martinez, op. cit..

<sup>221</sup> ELOY Martinez, op. cit..

<sup>222</sup> RIZ, Liliana de, “Militares y política en la sociedad argentina”, In PORTANTIERO, J.C., *América Latina – Proyectos de Recambio y Fuerzas Internacionales en los 80*, México, Edicol (Uila – Unidad de Investigación Latino-Americana), 1980, pp. 67-78.

<sup>223</sup> RIZ, Liliana de, op. cit., p. 69.

momento, que, apesar da crise vivida pelo país (a inflação oficial, segundo ele, era de 385%), o argentino apoiava o regime militar. Ele ouvia as pessoas no ônibus: “*Temos de dar tempo ao tempo. Eles [os militares] vieram para o bem do país. Aqui não deve existir democracia...*”<sup>224</sup> O narrador conta que o argentino, naquele ano, comia menos por causa dos altos preços da comida. Que as lojas do comércio estavam lotadas de brasileiros, venezuelanos e “*até paraguaios e bolivianos*”, que compravam de tudo, aproveitando-se da fraqueza do peso em relação a suas moedas... “*Compram eles [os estrangeiros] tudo. Nós, nada.*”

Esse clima descrito nas reportagens de *Versus* corrobora com as idéias apresentadas pelo cientista político argentino Guillermo O’Donnell na revista *Lua Nova* em 1988. O’Donnell e sua esposa, Cecília Galli, fizeram uma pesquisa –chamada por ele de “proto-investigação”– pelas ruas de Buenos Aires entre 1978 e 79 com pessoas de distintos setores e atividades sociais, sem preocupação em formar uma base representativa. Com base nesses resultados, escreveu um texto, concluindo, entre outras coisas, que, apesar de todas as atrocidades que o governo autoritário argentino trouxe ao país entre 1976 e 83, o morador de Buenos Aires apoiava o regime político.

“*Deste diagnóstico [de que o ‘corpo social’ inteiro da Argentina tinha sido ‘infeccionado’ pela ‘subversão’ do comunismo] nasceu um pathos microscópico, orientado para penetrar capilarmente na sociedade para ‘reorganizá-la’ de forma tal que ficasse garantida, para sempre, uma meta central: que nunca mais seria subvertida a AUTORIDADE daqueles que, à imagem e semelhança dos grandes mandões do regime, tinham em cada microcontexto, de acordo com esta visão, o direito e a obrigação de MANDAR. Se desde o aparato estatal se nos despojou da nossa condição de cidadãos e se tentou nos reduzir, via mecanismos de mercados, à condição de obedientes e despolitizados formigas, nos contextos do cotidiano –o das relações sociais e dos padrões de autoridade que tecem a vida diária– tentou-se realizar uma obra similar de submissão e infantilização: os que tinham ‘direito a mandar’, mandando despoticamente na escola, no local de trabalho, na família e na rua; os que ‘deviam obedecer’, obedecendo mansa e caladamente, uniformizados na aceitação de que ainda o mando mais despótico era para o bem dos que desta forma obedeciam, porque se assim não fosse, não se poderia separar o trigo dos mandos do joio dos subversivos e porque, ainda, havia ficado concludentemente demonstrado que a insolência dos ‘inferiores’ só levava ao caos [...] Desta forma, quase perdemos o direito de andar pela rua que só nos era concedido se vestíssemos o uniforme civil: cabelo curto, paletó, gravata, cores foscas, que os madões, militares e civis, consideravam adequado.*”<sup>225</sup>

O’Donnell continua:

“*Para que isso [o autoritarismo na Argentina] viesse a acontecer houve uma sociedade que patrulhou a si própria: mais precisamente, houve numerosas pessoas, não sei*

<sup>224</sup> “Buenos Aires, hora zero”, *Versus* número 5, junho de 1976, pp. 10 e 11.

<sup>225</sup> O’DONNELL, Guillermo, “Argentina: A Macropolítica e o Cotidiano”, In *Lua Nova*, São Paulo, vol. 4, nº 2, abril-junho de 1988, nº 14, p. 40. As palavras escritas em caixa alta são do original do autor.

*quantas, mas com certeza não foram poucas que, sem 'necessidade' oficial alguma, simplesmente porque queiram, porque lhes parecia certo, porque aceitavam a proposta dessa ordem que o regime, vitoriosamente, lhes propunha como única alternativa para a constantemente evocada imagem do 'caos' pré-76, se ocuparam aativa e zelosamente, de exercer o seu próprio pathos autoritário.*"<sup>226</sup>

Em outro texto, ele completa a mesma idéia: “*'Guerra sucia' es el eufemismo que alude a una represión que, por decisión institucional, se des institucionalizó. No vale la pena entrar en conocidos detalles. Basta decir que, aunque todo comenzara antes de 1976, a partir del golpe, el régimen militar, al tiempo que discurseaba sobre el orden y la seguridad que había regalado a la población, se clandestinizó: la represión que aplicó fue anónima aunque fuera evidentemente estatal.*”<sup>227</sup>

Os sindicatos, diz o narrador de “Buenos Aires, hora zero”, estavam sob intervenção, as empresa estavam em crise —“*Ford e Peaugeout suspenderam suas atividades*”—, havia desemprego incalculável, artistas exilados e universidades sem alunos e professores, os jornais estavam censurados —“*em cada seção dos diários, há um censor*”—, editoras de livros foram fechadas —“*na semana passada, a Siglo Ventiuno foi invadida por soldados do Exército*”, diz o argentino anônimo. Isso tudo sem contar que o Congresso tinha suas portas fechadas e as eleições não tinham data para acontecer. “*Calculo que desde março, 15 mil abandonaram as universidades. Hoje necesitamos de atestado ideológico para entrar na universidad.*”<sup>228</sup> E sobre os sindicatos, instituição que teve uma força enorme no país, ele acrescentava: “*enquanto tudo isso acontecia, os peronistas estão exilados com contas bancárias na Suíça*”.

No caminho de volta para casa, ele encontra o mesmo soldado que lhe parara de manhã para pedir-lhe os documentos. É o mesmo que havia lhe abordado nas duas vezes do dia anterior, e também na semana passada... O mesmo sujeito faz isso todos os dias. Devia ter de cor o nome completo do argentino e o número de seus documentos, mas nem por isso deixava de abordá-lo. O argentino tem de erguer as mãos acima da cabeça.

“*O guarda confere seus documentos e endereço, mas ainda sim me pergunta o que estava fazendo no local. A resposta é a mesma de todos os dias. Olho para outro soldado, que está com a metralhadora engatilhada, e percebo que está é a quarta ou quinta que ele me examina.*”<sup>229</sup>

E conclui:

“*Na minha caminhada noturna por Corrientes, encontro pessoal da Operação Limpeza [departamento de limpeza pública da cidade na época], criada pela prefeitura da cidade para dar uma cara nova e civilizada a Buenos Aires. Enquanto eles lavam paredes pichadas, eu penso nos três últimos anos de nossas vidas.*”

<sup>226</sup> O'DONNELL, op. cit., p. 41. O grifo é do autor.

<sup>227</sup> O'DONNELL, Guillermo, “Argentina – La Cosecha del Miedo”, In *Nexos*, México, janeiro de 1983, nº 61 (versão na internet: [www.nexos.com.mx](http://www.nexos.com.mx)).

<sup>228</sup> “Buenos Aires hora zero”, op. cit.

<sup>229</sup> “Buenos Aires hora zero”, op. cit.

Nas paredes, os seguintes dizeres estão quase apagados: “Perón o muerte” e “La patria peronista”. “São mais do que simples lavagens de paredes, são lavagens cerebrais em cada um de nós.”

Logo após o golpe militar de 1976, apesar da enorme crise que vivia a Argentina, os militares receberam apoio. Segundo o sociólogo argentino Juan Carlos Potantiero, o golpe vai fazer as classes populares, quem havia sustentado o governo de Isabelita desde 1974, se mostrarem em total passividade. Por outro lado, há a “adhesión jubilosa de las clases altas frente al desalojo del gobierno ‘plebeyo’ e ineficiente.”<sup>230</sup>

Em *Versus* 9, o já colaborador frequente do jornal Eduardo Galeano faz seu perfil de Juan Domingo Perón. O jornalista e escritor havia estado com o ex-presidente em outubro de 1966 durante o exílio de Perón na Espanha, especificamente no distrito de Puerta de Hierro, nos arredores de Madri. “À luz do que aconteceu nos anos seguintes, acredito que o texto adquiriu um valor documental.”<sup>231</sup> Galeano trabalha sua reportagem de uma maneira até irônica, pois Perón se apresenta em suas falas como “opositor” ao regime militar daquele ano, 1966.

“O terror se institucionalizou a tal ponto que faria o próprio McCarthy [Joseph McCarthy (1908-1957), senador norte-americano que liderou campanha anticomunista nos Estados Unidos dos anos de 1940 e 50] empalidecer: a lei de repressão ao comunismo converte em leproso a qualquer argentino que se atreva a pensar; e manda-se para a cadeia aquele que cometer a ousadia de divergir ou duvidar das verdades reveladas pelo regime [militar]...”, diz o ex-presidente na reportagem.<sup>232</sup>

O escritor, autor de *Las Venas Abiertas de America Latina*, tenta traçar um contexto da Argentina daquela época: “Onganía [Juan Carlos Onganía, general que liderou o golpe de Estado de 1966] vem acelerando o ritmo de desnacionalização da Argentina; anda vendendo o país a tal maneira que mais parece estar dando de presente.” Por outro lado, Galeano mostra algumas contradições de Perón:

“O mesmo Perón que, em 1967, exalta a violência como direito dos povos oprimidos da América Latina e das demais regiões do Terceiro Mundo, é quem me falou longamente, em 1966, sobre a possibilidade de um pacto com os Estados Unidos para tornar possível o reingresso do peronismo na vida política legal...”<sup>233</sup>

O irônico na fala de Perón é que será sua própria esposa, que assumiu o poder em seu lugar após sua morte, em 1974, que irá iniciar o terrorismo de direita contra os peronistas dissidentes de seu governo, por meio de seu ministro López Rega, para perseguir os montoneros.

<sup>230</sup> PORTANTIERO, Juan Carlos, “Comentarios a Esteban J. A. Righi”, In *El Control Político en el Cono Sur*, vários autores, México, Siglo Veintiuno, 1978, pp. 208-209.

<sup>231</sup> GALEANO, Eduardo, “Perón”, *Versus* número 9, “Peron”, pp. 6-8.

<sup>232</sup> GALEANO, op. cit.

<sup>233</sup> GALEANO, op. cit.

Houve um momento de crise política intensa após essas perseguições, como relata o historiador argentino César Tcach:

*“Desde el aparato del Estado, su sucesora María Estela Martínez de Perón estimuló la violencia parapolicial contra los peronistas disidentes y los sectores de izquierda. Los monotoneros retornaron a la clandestinidad y en la CGT [central sindical argentina] se impuso el dirigente metalúrgico Lorenzo Miguel [...] En esta época, la guerrilla sufrió duros golpes, en Tucumán, en Córdoba, en Monte Chingolo (provincia de Buenos Aires) y en Formosa.”*<sup>234</sup>

Sobre o governo de Isabelita e a AAA, Tcach apresenta em seu artigo uma curiosa frase conhecida nos protestos estudantis da época: “Isabel habla en paz y nos manda las 3 A”.<sup>235</sup>

Faerman vai levar à páginas de *Versus* sua paixão por Rodolfo Walsh na edição de número 10. Ao mesmo tempo, faz um breve e cruel perfil de um país que persegue intelectuais e artistas só pelo fato de eles existirem, de eles pensarem, como ressaltou Galeano no texto sobre Perón. “As Palavras também Matam” é talvez o texto mais apaixonado de Faerman em *Versus*. Nele, o jornalista tenta explicar –ou entender– o que ocorreu com Walsh. O jornalista e escritor argentino havia desaparecido em 27 de março de 1977.

*“O destino dos fuzilados é a morte. Mas alguns dos possíveis mortos dos subúrbios de La Plata não morreram. Estes fantasmas argentinos, de junho de 1956, pesariam com a força das maldições. Vinte anos depois continuariam a sua sina. Não se viola a natureza das coisas impunemente. Os fuzilados devem morrer. Falar dos mortos ou dos quase mortos da Revolução Libertadora argentina de 1956, é falar de um jornalista: Rodolfo Walsh. Quando ele soube que alguns dos fuzilados estavam vivos, jogou a alma na ‘reconstrução dos fatos’. Dizem que esta é a principal função dos jornalistas, embora uma prática mais do que secular não prove. ‘Reconstruir os fatos’, às vezes, implica em botar a pele em risco. Principalmente quando se vive naquilo, que um intelectual europeu chamou de Tristes Trópicos. Ler a **Operação Massacre**, que Rodolfo Walsh escreveu, relatando a história dos mortos-vivos de La Plata, é, também, uma coisa que não se faz impunemente. Não só pela força do texto – à altura de qualquer Truman Capote. Mas porque ele mostra que isso é que é jornalismo. A consciência dói, e às vezes mata. Por exemplo: é quase certo que Rodolfo Walsh foi assassinado pela sua consciência. E por outras mãos –com a mesma natureza das que apertaram os gatilhos em junho de 1956”*<sup>236</sup>

**Operación Masacre** –inédito no Brasil– relata a história da morte de seis pessoas durante uma revolta ocorrida no subúrbio de La Plata, na Argentina, em

<sup>234</sup> TCACH, César, “Partidos Políticos y Dictadura Militar en Argentina (1976-1983), In DUTRÉNIT, Silvia, **Diversidad Partidaria y Dictaduras: Argentina, Brasil y Uruguay**, México, Instituto Mora, 1996, pp. 25-88. O trecho citado está na p. 29.

<sup>235</sup> TCACH, César, *op. cit.*, p. 34.

<sup>236</sup> FAERMAN, Marcos, “As palavras também matam”, *Versus* número 10, pp. 13-15.

1956. Em junho daquele ano, dois oficiais do Exército argentino tinham se rebelado contra o governo que havia destituído do poder Juan Domingo Perón em 1955. A rebelião foi fortemente reprimida pelas forças legais do governo. Um grupo de civis –vagamente ligado aos rebeldes– foi assassinado pela polícia antes de ser decretada a lei marcial. Para descobrir a história, Walsh muda de identidade, vai ao local dos fatos e empreende uma farta investigação em busca da verdade sobre o massacre. Comprova-a após encontrar alguns dos sobreviventes da ação.<sup>237</sup>

A notícia do “desaparecimento” de Rodolfo Walsh apareceu na página 17 do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 29 de março de 1977, numa notícia de dez linhas. O telegrama de agência noticiosa internacional dizia que “o escritor Rodolfo Walsh está desaparecido desde sexta-feira, segundo denunciaram ontem os seus parentes. Acredita-se que tenha sido sequestrado por um comando de extrema-direita. Walsh desapareceu um dia depois de ter enviado aos comandos militares um balanço, de um ano, a respeito da situação dos direitos humanos de seu país”.<sup>238</sup>

O balanço especificado na notícia é “Carta abierta a la Junta Militar”, que Walsh escreveu, mandou para os generais, para os principais jornais argentinos e, claro, para a imprensa estrangeira. O documento será publicado na íntegra por *Versus* na edição seguinte, em junho de 77. Segundo os jornalistas María Seoane e Vicente Muleiro, a carta causou uma enorme repercussão na opinião pública internacional e deixou o governo militar em situação delicada.

“En esa carta, con una dolorosa lucidez, Walsh denunciaba los orígenes ilegítimos de la dictadura, su criminalidad y su razón de ser. Con una precisión que la historia confirmó amargamente, Walsh decía: ‘Quince mil desaparecidos, diez mil presos, cuatro mil muertos, decenas de miles de desterrados son la cifra desnuda de ese terror.’”<sup>239</sup>

A carta foi enviada aos militares em 25 de março; dois dias depois, Walsh desaparecia.

Isabelita na verdade já encontrava um governo em profunda crise. O desmantelamento do Estado e o descontentamento popular foram a gota d’água para a intervenção dos militares, embora o discurso inicial dos generais era que o golpe tinha um caráter temporário, como atesta Esteban J. A. Righi: “La presentación del modelo como situación de emergencia y de carácter transitorio, forma parte de la estrategia antes expuesta.” E completa o mesmo autor: “Ejemplos de esta suerte de hipocrisia institucional se manifiestan en la supresión de la actividad política de los partidos que pese a ser prohibida por decreto en 24 de marzo de 1976, fue presentada como una medida temporaria.”<sup>240</sup> Mas no momento do golpe, a sociedade estava dividida e, como

<sup>237</sup> WALSH, Rodolfo, *Operación Masacre*, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 2000.

<sup>238</sup> FAERMAN, op. cit..

<sup>239</sup> SEOANE, María e MULEIRO, Vicente, op. cit., p. 281.

<sup>240</sup> RIGHI, Esteban J. A., “Análisis de la Situación Argentina”, In *El Control Político en el Cono Sur*, op. cit., pp. 198 e 201.

conseqüência, os partidos políticos também. Segundo Tcach, o PJ (Partido Justicialista, ou seja, peronista) tem pelo menos quatro facções no momento do golpe de 1976.<sup>241</sup> Está tão dividido que há inclusive uma minoria que apóia o golpe. “*En el contexto mencionado, un sector minoritario del peronismo optó por la colaboración con la dictadura. Se trataba de aquellos mismos dirigentes que escutándose en un sedicente antiverticalismo habían enfrentado a Isabel Perón desde posiciones golpistas.*”<sup>242</sup> Assim como o PJ, a UCR também passava por segmentações. A exemplo do rival PJ, a UCR também tem um caso curioso: a divisão interna é tamanha que o político mais radical da sigla e principal líder do grupo, Ricardo Balbín, apoiou a atitude da Junta Militar de fechar o Congresso e suspender as atividades partidárias. Numa carta enviada a todos os comitês do partido, escreveu Balbín:

“*Aceptamos en principio, como una constitución en la paz y la unión de los argentinos, un lapso prudencial de suspensión de la actividad política. No aceptamos que se mantenga indefinidamente porque significa desconocer nuestro patriotismo y nuestra capacidad controlar el reordenamiento del país sobre bases democráticas, republicanas y de amplia participación popular.*”<sup>243</sup>

O apoio que terão os militares virá dos empresários, principalmente das grandes associações, como a Apege (Asociación Permanente de Entidades Gremiales), a Sociedad Rural e a CGE (Confederación General Económica), da Igreja Católica e de pequenos partidos.<sup>244</sup>

Em 1978, tornou-se polêmica a realização da Copa do Mundo de futebol na Argentina. O que mais se questionava à época era que um país com uma enorme crise econômica, com denúncias de tortura e outros desrespeitos aos direitos humanos, além do enorme desemprego, não poderia receber uma competição internacional como aquela. Houve repercussão no mundo inteiro, mas não teve jeito. A Copa de 78 foi mesmo na Argentina, com o time da casa conquistando seu primeiro título mundial. Na onda desses protestos, Marcos Faerman entrou na questão. Gremista fanático, aproveitou para falar de uma de suas paixões, o futebol. O jornalista entrevistou um escritor e artista plástico polonês –como ele, judeu– que havia lançado na Europa um campanha contra a Copa na Argentina. Tratava-se de Marek Halter, o artista que havia se tornado célebre entre países europeus por seus quadros sobre o Maio de 1968 em Paris e pelo livro **Le Fou et les Rois** (1976). A Faerman, Halter dizia: “*Os jogadores*

<sup>241</sup> TCACH, César, *op. cit.*, pp. 30-33.

<sup>242</sup> TCACH, César, *op. cit.*, p. 50. O chamado verticalismo era a tendência interna do Partido Justicialista dominada por Isabelita.

<sup>243</sup> TCACH, César, *op. cit.*, pp. 44. A carta é de 11 de novembro de 1976, segundo o autor, ou seja, oito meses depois do golpe de Estado.

<sup>244</sup> TCACH, César, *op. cit.*, pp. 40-31.

*deverão tapar bem os ouvidos para não ouvir os gritos dos torturados. Um dos principais centros de tortura fica a algumas centenas de metros do principal estádio de Buenos Aires...*<sup>245</sup>

Halter havia denunciado a existência de tortura na Argentina num artigo no jornal francês *Le Monde*. No mesmo dia, o diário parisiense recebeu, segundo o texto de *Versus*, 222 cartas sobre o assunto. Depois disso, um casal de primos de Halter desapareceu na Argentina. Ele volta a denunciar o assunto, dessa vez no *Le Matin*. Aí vários outros veículos de comunicação da Europa passaram a debater a tortura na Argentina. Era preciso que, de acordo com os argumentos do artista plástico, o corpo de alguém muito próximo fosse ferido, maltratado, assassinado, para que a Argentina fosse mais que uma abstração.

*“Como na Segunda Guerra Mundial, quando o campo de concentração era uma abstração. O que tínhamos a ver com eles?”* E Faerman completa o raciocínio: *“Quantos intelectuais brasileiros, em nome da ‘crítica cultural ao latino-americanismo’, esquecem que os campos de concentração existem?”* Segundo o pintor, a Copa do Mundo da Argentina pode ser comparada aos Jogos Olímpicos de Berlim de 1936 –no original o jornal diz erroneamente que a competição tinha sido em 31. A Suécia decidiu não participar da Copa... *“É isto que Marek nos pede: lutar pelo boicote à Copa do Mundo no país em que mais se tortura hoje na América Latina.”*<sup>246</sup>

No universo de *Versus*, o Chile também ocupa um espaço significativo. O repórter Wagner Carelli vai à capital chilena e produz a reportagem “Santiago do Chile – Março de 1976”. Aqui, como no caso da “lavagem cerebral” do argentino anônimo, o jornalista vê nas ruas de Santiago um pouco da “limpeza” geral por que passa o chileno. Muros e paredes do centro e dos principais bairros estão todos com tinta fresca. Mas ao fundo ainda se pode ler o nome de Allende ou um viva à Unidade Popular. Em outro muro, ainda se poder ler: *“Soldado, desobedeça al oficial gorila (MIR)”*.<sup>247</sup> O MIR (Movimento de Izquierda Revolucionária) é o grupo chileno adepto da luta armada mais atuante durante a ditadura de Pinochet. Mas há cartazes espalhados pela cidade com os seguintes dizeres: “Limpeza es cultura”, como se dizendo que o regime militar do país estava promovendo uma limpeza entre os chilenos. Afinal, pichações são quase sinônimos de sujeira, bagunça, desordem, falta de civilidade.

*“A vida é provisória, marcada indelevelmente pelo estado de exceção e pela crise econômica. Em todos há uma atitude de espera. A alta burguesia espera o aumento da cotação do cobre em Londres. Os proprietários de terra esperam o mercado para o vinho que se acumula nos depósitos. Os industriais esperam explicações para a queda de 60% na produção de suas fábricas. Os trabalhadores esperam o fim do chamado ‘custo social’, mantido rigidamente pelos*

<sup>245</sup> FAERMAN, Marcos, “A Copa da Tortura”, *Versus* número 17, pp. 14-16.

<sup>246</sup> FAERMAN, op. cit.

<sup>247</sup> CARELLI, Wagner, “Santiago do Chile – Março de 1976”, *Versus* número 4, maio/junho de 1976, p. 17.

'Chicago boys', economistas de prestígio acima de qualquer suspeita ou fracasso —que espera, intransigente, o fim dos ataques do mundo. Mas há também os que esperam apenas um passaporte. Poucos querem permanecer no país, e a vontade de sair chega a níveis dramáticos. Num dia de abril, a embaixada da Venezuela apresenta uma movimentação anormal. Há mais carabineiros que de costume, em frente à mansão da rua Pedro de Valdivia. Aparecem também alguns soldados do Exército, pouco comuns em ações de vigilância no centro da cidade. Sai da embaixada um homem de uns 25 anos. Os soldados o levam. Nada se sabe. Os jornais só se manifestam uma semana depois. As manchetes trazem: dupla tentativa de asilo, frustrada pela polícia, uma vitória da vigilância. Durante toda a silenciosa semana, as vidas do homem e de sua mulher, presa alguns minutos antes, foram dissecadas pelo bem montado aparelho policial chileno”<sup>248</sup>

Carelli descreve um país que gosta muito do Brasil. Diz ele que todos os chilenos querem se mudar para São Paulo ou Rio de Janeiro. O jornal *El Mercurio* atesta num editorial de domingo: “São Paulo é a cidade onde faltam empregados”. Os dois países são comparados: “o Brasil (que vive um regime militar há 12 anos) seria um exemplo para o Chile (há três anos com Pinochet)”. “O Brasil é o futuro. O exemplo de desenvolvimento, paz, bem-estar. Assim deve ser o Chile...” Tudo porque no país impera um clima de insegurança social, antecipando até, em pleno 1976, o ambiente de empregos informais, como vendedores ambulantes das grandes cidades:

“Desempregado. A ex-secretária é engraxate na rua Ahumada. Não há lugar nas fábricas para o operário especializado de 25 anos. Nem trabalho para a universitária de 24 anos que cursa o último ano de pedagogia na Universidade Católica. Eles competem na rua, a poucos metros de distância um do outro, para ver quem grita mais. O vencedor conseguirá vender quatro cadernos, e garantirá dez preciosos pesos para a subsistência. Marguerita, a universitária, jura para si todos os dias: partirá ao Brasil nem que seja a pé. O operário não jura nada nem faz planos. Grita. Há centenas de vendedores ambulantes nas ruas e, de repente, os gritos envolvem toda a alameda Bernardo O'Higgins num rumor de volume insuportável. Dos escritórios alguém reclama. Vêm os carabineiros. O silêncio é repentino e permanece por alguns minutos. Então, toda a avenida recomeça a gritar. Os camelôs-universitários, os ambulantes-operários, os pedreiros vendendo doces, todos saem de seus esconderijos, no interior dos bancos, das lojas, dos buracos abertos pelo metrô. Recolhem as pobres mercadorias ocultas entre as moitas dos jardins e retornam à alameda. El Cronista, o jornal oficial, também grita. Reclama numa série de três matérias de meia página contra a mendicância, esgrimindo em defesa da adoção de uma filosofia: moleque pidão, adulto ladrão. O jornal lamenta a preguiça e a falta de ânimo dos jovens fortes, em idade de trabalho, pedindo esmolas pelas ruas. Adverte: por trás de cada criança que pede um peso há adulto facínora aproveitando-se dele. Os meninos ainda não roubam e a maior parte deles conserva a roupa quase incólume. Poucos se apresentam em farrapos. Mas é cedo. Eles são iniciantes na técnica de lidar com os carros parados nos

<sup>248</sup> CARELLI, op. cit.

*sinais. Só sabem pedir esmolas. E cantar nos ônibus as músicas de Júlio Iglesias e Roberto carlos, em troca de algum dinheiro e de expressões de admiração por suas vozes afinadas. El Cronista ataca furiosamente o absurdo da pobreza. Mas é impotente, como os carabineiros, contra os primeiros mendigos de Santiago.”*

Como a vizinha Argentina, o Chile passa por uma crise política e econômica muito grave no início da década de 70. Salvador Allende foi eleito com 36,3% dos votos pela Unidade Popular, composta por PS (Partido Socialista), PC (Partido Comunista), PR (Partido Radical), IC (Izquierda Cristiana) e MAPU (Movimiento de Acción Popular Unida), em 1970. Só que seu governo sofreu críticas de alguns setores empresariais do país. Ele nacionalizou a empresa de cobre, aumentou salários e congelou os preços gerais. Em 1973, o país chegava a 1973 a uma inflação que atingia 1% por dia, segundo o historiador Osvaldo Silva Galdames.<sup>249</sup>

O historiador brasileiro Alberto Aggio explica que a crise no Chile não se intensificou com Allende. Ela já existia antes.

*“En 1970, cuando Allende assumió el gobierno, el país vivía una grave crisis nacional: crisis del papel integrador y distributivo del Estado; crisis de la economía, en virtud de la larga y costosa transición a una nueva etapa de la industrialización substitutiva; crisis del sistema político, derivada de un proceso acentuado de ideologización y polarización, que había alcanzado su mayor fragmentación político-eleitoral en el periodo gubernamental anterior, comandado por Eduardo Frei, presidente elegido por la Democracia Cristiana en 1964.”<sup>250</sup>*

Mas o golpe de Estado não resolveu o problema chileno de imediato. O país vai passar por grave crise econômica durante toda a década de 1970. Num primeiro momento, segundo economista Pío García, os militares ganham apoio de setores da classe média e da alta burguesia do país –algo similar também ao que ocorre entre os argentinos.

Alguns meses depois, porém, o impacto inicial do novo governo atingiu em cheio os pequenos empresários e comerciantes e, conseqüentemente a classe trabalhadora. A opção da Junta Militar, comandada por Augusto Pinochet, foi centrar esforços a favor do capital ligado às multinacionais. Assim, ainda segundo García, o impacto dessa linha do governo resultou em cortes gerais de gastos e falências de centenas de pequenas e médias empresas chilenas.

Diz o economista García: “[...] Si la pequeña burguesía no tardó en sufrir las consecuencias de su decisivo respaldo a la empresa golpista, las fracciones de mediana y gran

<sup>249</sup> SILVA GALDAMES, Osvaldo, *Breve História Contemporânea de Chile*, México, Fondo de Cultura Económica, 1999, pp. 312-326.

<sup>250</sup> AGGIO, Alberto, “Revolución y Democracia en el Chile de Salvador Allende”, In ALCÁZAR, Joan del y Nuria TABANERA, *Estudios y Materialies para la História de América Latina (1955-1990)*, Valência, Tirant lo Blanch (Universidade de Valência), 1998, p. 35.

*burguesía vinculada ao desarrollo industrial de bases nacionales no resultaron menos afectadas por la nueva orientación impuesta a la reproducción capitalista.*”<sup>251</sup>

Também colaborador de *Versus*, o escritor Eric Nepomuceno deixa seu registro sobre o país em “Chile: alguns pontos que devem ser levados em conta”. O texto trata da articulação entre algumas lideranças que restaram da Unidade Popular –a coalizão que elegeu Salvador Allende em 1970– no exílio e um possível acordo com o Partido Democrata-Cristão. A idéia, segundo essas lideranças, é que a coalizão se mostre forte para ganhar apoio até dos Estados Unidos. A razão é simples: estamos em julho de 1977 e o novo presidente norte-americano, Jimmy Carter, assumiu o cargo em janeiro, adotando um discurso pró-direitos humanos (o que gerou uma série de protestos, que, por sua vez, resultou numa famosa frase da época: “primeiro fazem o paralítico, depois dão cadeira de rodas...”).

*“Durante quase quatro anos a resistência trabalhou sem parar contra Pinochet. Este, entretanto, surpreendeu a todos: apesar da caótica situação econômica chilena, apesar das atrocidades cometidas, apesar do altíssimo custo pago aos planos de Milton Friedman, apesar disso tudo, o regime sobreviveu até hoje, a aparenta poder sobreviver algum tempo mais. Só existe uma ameaça concreta [contra o Chile] –a que vem de Washington. Seria apressado, portanto, concluir que, sem a palavra final dos Estados Unidos, o destino dos chilenos estaria amarrado a uma luta sem horizonte? Os espanhóis esperaram 40 anos e Franco morreu na cama. Retirar o apoio dos Estados Unidos a Pinochet, obviamente, seria seu fim. Ou seja: o silêncio de Washington, sua saída de cena, significa afastar Pinochet. Uma Segunda interferência? Sim. Mas como não se cansam de repetir na Europa diversos militantes da resistência chilena. Pinochet foi inventado por Nixon, e garantido pelos Estados Unidos.”*<sup>252</sup>

Continua Nepomuceno no mesmo texto:

*“Em fevereiro deste ano, durante a convenção da ONU sobre direitos humanos, havia um chileno acompanhando, como ‘observador convidado’, a delegação norte-americana em Genebra: Rodomiro Tomic. A reunião marcou o início do que aparenta ser a investida final contra Pinochet, que perderia, assim, o único apoio velado do que ainda dispõe: o dos Estados Unidos.”*

O contexto desses acontecimentos diz respeito a Carter, que, após assumir o cargo, continuou com seu discurso pró-direitos humanos, o que surpreendeu a todos. Embora Nepomuceno demonstre um certo otimismo, suas previsões não se confirmaram. Só em 1990, o ditador saiu do cargo. Mesmo assim, continuou à frente do Exército e se nomeou senador vitalício. Como se sabe, apenas 21 anos

<sup>251</sup> GARCÍA, Pío, “Dictadura y Proyectos de Recambio: el Caso de Chile”, In PORTANTIERO, J. C., *América Latina – Proyectos de Recambio y Fuerzas Internacionales en los 80*, México, Edicol (Uila – Unidad de Investigación Latino-Americana), 1980, pp. 127-128.

<sup>252</sup> NEPOMUCENO, Eric, “Chile: alguns pontos que devem ser levados em conta”, *Versus* número 12, julho-agosto de 1977, p. 21.

depois do texto publicado em *Versus*, em 1998, Pinochet ficou detido durante alguns meses por seus atos contra os direitos humanos em Londres. Hoje, está livre no Chile, depois de ter enfrentado um possível processo na Justiça de seu país. O general havia voltado ao Chile em 2000 após a detenção no Reino Unido. Seus advogados alegaram, quando a Justiça iniciou os processos contra ele, que o ex-ditador não tinha condições de saúde para enfrentar a questão, já que tinha à época 85 anos. Um tribunal chileno acatou o pedido dos defensores de Pinochet.<sup>253</sup>

Eduardo Galeano assina o texto “O Mercado da Morte”, em *Versus* 16. Ele irá tratar sobre alguns assuntos relacionados ao aparelho repressivo em seu país, o Uruguai. Falará de prisões, penitenciárias e a consequência imediata disso tudo: exílio. Segundo ele, naquele final de 1977, o governo uruguaio, já em seu quarto ano de regime militar, terminava uma obra na região de Santiago-Vasquez. Seria mais um dos muitos presídios do país. “No Uruguai, é uma prisão por mês. Transformar em prisões casernas, delegacias de polícia, navios abandonados, velhos vagões [de trem] e até a casa de cada cidadão.”<sup>254</sup>

De acordo com o escritor e jornalista, havia no Uruguai mais prisioneiro político do que preso comum. Além disso, um quarto da população uruguaia estaria no exílio naquele 1977. “É o que os economistas chamam de ‘pleno desenvolvimento’.” O golpe de Estado no Uruguai ocorreu em 27 de junho de 1973.

“O poder tinha se militarizado. No início para combater os guerrilheiros. Depois, para combater os estudantes, os militantes operários, os políticos de esquerda, os jornalistas da oposição. Depois, para combater não importa quem. Único índice de aumento constante, as verbas destinadas à repressão atingiram 52% do orçamento nacional. Todo o resto decresce desde 1960: PIB per capita, taxa de escolaridade primária, número de médicos por mil habitantes, consumo diário de proteínas, investimentos produtivos, etc. [...] Ser jovem é um delito; pensar é um pecado; comer é um milagre. A ditadura uruguaia odeia os jovens. Para o sistema, a emigração das massas é um alívio.”<sup>255</sup>

Galeano relata uma realidade, segundo ele, óbvia, mas que não estava ganhando preocupação devida do governo. As pradarias férteis do Uruguai estavam vazias. Em 1951, de acordo com o escritor, havia 350 mil trabalhadores rurais no país. Em 1966, eram 90 mil.

“No Uruguai, existem aduanas para as palavras, cemitérios de palavras, crematórios de palavras. Queimaram-se livros... Vinte toneladas de livros das edições Pueblos Unidos foram transportadas em caminhões e levados até a empresa de papéis Ipuda... e voltaram ao mercado

<sup>253</sup> Ver “Tribunal suspende ação contra Pinochet”, In *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 2001, p. A14.

<sup>254</sup> GALEANO, Eduardo, “Mercado da Morte”, *Versus* número 16, novembro de 1977, pp. 14-16.

<sup>255</sup> GALEANO, op. cit.

na forma de folhas de guardanapos [...] Livros como 'O Vermelho e o Negro', de Stendhal, e outros sobre o cubismo (segundo a ditadura, 'propaganda castrista'), foram retirados das livrarias."<sup>256</sup>

Segundo Galeano, o governo dos Estados Unidos recusou o visto de entrada de um encarregado da embaixada uruguaia que ia representar o país no Conselho Interamericano de Segurança. Motivo: ele teria participado de torturas no Uruguai.

Em *Versus*, há uma “competição” para se saber quem torturava mais: Marek Halter fazia campanha na Europa dizendo que era a Argentina em 1978; Carelli traria um dossiê sobre os mortos do Chile, “o país que mais tortura”, em 1977; e no mesmo ano Galeano, na reportagem apresentada acima, afirmaria que o “campeão” é na verdade o Uruguai, “bem mais do que o Chile”.

Mas Galeano também adverte: mesmo que o governo de Carter apareça ao mundo em 1977 como seguidor dos direitos humanos, não há como negar que os militares que deram golpe no Uruguai, e em quase todos os outros países latino-americanos –começando pelo Brasil–, foram alunos de cursos de especialização no Pentágono. Mas uma vez, a famosa frase inspirada nos norte-americanos: “As boas intenções do presidente Carter não absolvem o sistema que ele dirige; fazem de você um paraplégico e depois lhe oferecem uma cadeira de rodas.”<sup>257</sup>

A historiadora uruguaia Silvia Dutrénit defende, em seu artigo “Del Margen al Centro del Sistema Político: Los Partidos Uruguayos durante la Dictadura”, que seu país tem uma característica distinta em relação aos vizinhos Brasil e Argentina, por exemplo. Durante décadas, até os anos de 1960, o Uruguai passa por uma estabilidade institucional significativa e, ao mesmo tempo, vive uma centralidade dos partidos políticos. Isso faz com que o país seja chamado de “partidocracia”. Por isso, a dissolução da Câmara, em 27 de junho de 1973, terá um impacto muito grande na sociedade.<sup>258</sup> Ao encontro dessa tese, vai o raciocínio de Galeano em “Mercado da Morte”. Segundo ele, o êxodo em massa de intelectuais e artistas uruguaio ocorreu também por causa dessa crise institucional, deflagrada principalmente com o golpe de 1973.

Uma região da América Latina que vai ganhar certo destaque nas páginas de *Versus* é Porto Rico. Apesar de ter tido colonização espanhola desde os últimos anos do século XV –foi descoberto na segunda viagem de Colombo, em 1493<sup>259</sup>–, e de ainda ter mantido o espanhol como sua língua principal, Porto Rico é desde 1952 um ELA (Estado Livre Associado) dos Estados Unidos. Isso

<sup>256</sup> GALEANO, op. cit.

<sup>257</sup> GALEANO, op. cit.

<sup>258</sup> DUTRÉNIT, Silvia, “Dal Margen ao Centro del Sistema Político: Los Partidos Uruguayos durante la Dictadura”, In DUTRÉNIT, Silvia, op. cit., pp. 235-317.

<sup>259</sup> Ver BAGGIO, Kátia Gerab, *A Questão Nacional em Porto Rico – O Partido Nacionalista (1922-1954)*, São Paulo, Fapesp/Anablume, 1998, p. 15.

quer dizer que ele nem é um país politicamente independente –como Brasil, Argentina e Uruguai, por exemplo– nem um Estado norte-americano –como Califórnia, Miami, entre outras unidades. Isso faz com que a ilha tenha importância extrema em se falando sobre América Latina. Porto Rico tem uma simbologia enorme em se tratando da política de dominação dos norte-americanos na América. Além disso, a historiadora Maria Lígia Coelho Prado enfatiza:

*“No caribe, as ilhas de Porto Rico e Cuba, antigas colônias espanholas, podem ser tomadas como paradigmas de duas situações políticas radicalmente opostas. Os cubanos foram os protagonistas de uma revolução que implantou o socialismo no país, causando um formidável impacto sobre as esquerdas latino-americanas e sua maneira de pensar o processo revolucionário no continente. Além disso, seu líder Fidel Castro desafiou as regras que comandavam as relações entre os Estados Unidos e a América Latina, provocando reações violentas por parte dos norte-americanos. [...] No outro extremo, a história de Porto Rico, país sem revoluções triunfantes, com uma frágil economia desde o período colonial espanhol, permaneceu em um plano secundário no interesse do público e dos especialistas. Entretanto, Kátia [Gerab Baggio, em *A Questão Nacional em Porto Rico – O Partido Nacionalista (1922-1954)*] demonstra neste livro a relevância dos estudos sobre Porto Rico e indica que a posição única que a ilha ocupa no contexto latino-americano –a de um país que jamais conseguiu a independência, pois a colônia espanhola passou diretamente às mãos de outra metrópole, os Estados Unidos– propõe problemas e questões que ultrapassam seus limites geográficos.”<sup>260</sup>*

Em *Versus* 9, o jornal traz o texto “Pequena história da opressão em Porto Rico”, do porto-riquenho Frederico Pagani. Nele, o autor mostra as dicotomias vividas pelos moradores da ilha. “O império norte-americano mostra mais decisão do que nunca de dominar meu povo [...] Estamos divididos: [Porto Rico] não é nem um país servil nem aquele próspero e democrático em todos se lavam em águas de rosas fornecidas pelos Estados Unidos.”<sup>261</sup> Pagani, para expressar o sentimento de Porto Rico, cita o cubano José Martí: “Mudar de dono não é ser livre”, em frase dita num momento em que Cuba estava conseguindo a independência da Espanha, mas caminhava para as mãos dos norte-americanos.

Apesar da divisão, o próprio autor reconhece que a oposição aos Estados Unidos não conseguiu êxito nos últimos anos. Cita o caso de Pedro Albizu Campos, líder do Partido Nacionalista em Porto Rico, que tentou, principalmente nos anos de 1920 e 1930, impulsionar, sem sucesso, a independência do governo de Washington.<sup>262</sup>

<sup>260</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, “Apresentação”, In BAGGIO, Kátia Gerab, *op. cit.*, pp. 11-12.

<sup>261</sup> PAGANI, Frederico, “Pequena história da opressão em Porto Rico”, *Versus* número 9, abril de 1977, pp. 18-19.

<sup>262</sup> Sobre Albizu Campos, ver BAGGIO, Kátia Gerab, *op. cit.*. Nos últimos anos, mesmo após o esfriamento das atividades do Partido Nacionalista na ilha, foram realizadas campanhas por uma definição do status político de Porto Rico. Por um lado, parte da população quer a independência dos Estados Unidos. Por outro, o governo da ilha quer a transformação de Porto Rico no 51º Estado norte-americano. Para resolver o

O militante do PSP (Partido Socialista Porto-Riquenho) Juan Mari Bras é o entrevistado de Fernando Moraes de *Versus* número 14 em “Porto Rico deve ser livre?”. Pai de Juan Mari Pesquera, outro militante assassinado durante um ato terrorista, Bras defende a independência da ilha. “*Estado Livre Associado é status basicamente colonial*”, afirma<sup>263</sup>. Segundo ele, as eleições em Porto Rico nunca dão muitas opções a seus moradores. No pleito de 1976, o eleitor deveria escolher entre Romeno Barceló, do Partido Novo Progressista, a favor do ELA, e o candidato do Partido Popular, defensor da anexação da ilha pelos Estados Unidos. Ganhou o primeiro. De acordo com o militante do PSP, o Congresso norte-americano é contra a anexação e isso prejudica também a campanha dos partidários da anexação.

“*Mas não é porque eles sejam anti-imperialistas... É exatamente o racismo que impede que eles votem a favor de uma lei que ponha Porto Rico juridicamente no mesmo pé de outros Estados norte-americanos –simplesmente por terem a concepção de que nós, porto-riquenhos, somos inferiores aos norte-americanos.*”<sup>264</sup>

Naqueles anos de 1970, o deputado democrata Ronald Dellums, um dos únicos “parlamentares progressistas” dos Estados Unidos, na opinião de Bras, apresentou um projeto no Congresso pela independência de Porto Rico. Obviamente, diz o militante, não foi nem votado.

Segundo Kátia Gerab Baggio, o estudo do nacionalismo de Porto Rico é rico para as discussões sobre a América Latina. “*O nacionalismo porto-riquenho envolve questões-chave da história latino-americana: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo, nacionalismo e identidade cultural.*”<sup>265</sup> Ocorre em Porto Rico o que, para um brasileiro, pode parecer estranho. Na luta contra o imperialismo norte-americano, novo colonizador da ilha, os líderes independentistas exaltavam o hispanismo como característica da ilha. A Espanha é enaltecida, considerada “civilizadora, em contraposição aos Estados Unidos”. O próprio Albizu Campos também venera a antiga metrópole. Num discurso de 12 de outubro de 1933, em comemoração ao chamado “dia da raça”<sup>266</sup>, o líder nacionalista diz:

---

impasse, plebiscitos têm sido feitos no país nos últimos anos, como o de 1993 e o de 1998 –este último, inclusive, com apoio do então presidente norte-americano, Bill Clinton. Nem uma coisa nem outra. Os resultados têm sido sempre pela manutenção do ELA. A oposição explica que os porto-riquenhos rejeitam a independência pelo seguinte motivo: a política assistencialista dos Estados Unidos. Um milhão e meio de habitantes recebem cestas básicas do governo de Washington. Além disso, 2 milhões de porto-riquenhos vivem nos Estados Unidos, pois têm livre acesso por causa do ELA (se a ilha fosse independente, eles não teriam esse direito).

<sup>263</sup> MORAIS, Fernando, “Porto Rico deve ser livre?”, *Versus* número 14, setembro de 1977, pp. 10-11.

<sup>264</sup> MORAIS, op. cit..

<sup>265</sup> BAGGIO, Kátia Gerab, op. cit., p. 18.

<sup>266</sup> Concebido pelo ex-presidente argentino Hipólito Yrigoyen –criador da UCR–, a data é destinada a comemorar “a raça ibero-americana.

“[...] a Espanha trouxe à América [...] o sentido jurídico romano, o sentido filosófico grego, o misticismo do Oriente e [...] o espírito sublime do cristianismo.”<sup>267</sup>

Para ele, raça não tem nada a ver com biologia, sua defesa é em torno da tese da origem cultural comum entre Porto Rico e Espanha. Mas como observa bem Kátia Gerab Baggio, as raízes culturais indígenas e negras de Porto Rico são praticamente ignoradas pela “hispanidade” dos nacionalistas porto-riquenhos.<sup>268</sup> Em Porto Rico hoje, 80% da população é mestiça e 20% dela é negra.

Como Porto Rico, outro país que ganha importância simbólica dentro da América Latina em *Versus* é o Panamá. De importância simbólica porque o país possui o canal do Panamá, ponto de discórdia entre algumas potências desde o século XIX. Por outro lado, o canal demonstra a subserviência de países da América Central em relação ao Estados Unidos. Sobre o assunto, Eric Nepomuceno irá falar, por exemplo, na edição de número 15, em “Queimem a bandeira!”. O texto trata do acordo feito entre os governos do Panamá e dos Estados Unidos sobre o famoso canal daquela região. Em 1977, os presidentes Omar Torrijos (Panamá) e Jimmy Carter (Estados Unidos) assinaram o que ficou conhecido como Tratado Torrijos-Carter. Segundo o documento, o canal do Panamá seria inteiramente panamenho em 2000 –o que de fato ocorreu. Na Presidência do Panamá desde 1969, Torrijos conseguiu resolver um impasse que desde o século XIX mobilizava algumas nações em torno do canal. Além dos Estados Unidos, Espanha e França tiveram interesse no canal devido à função estratégica de ligação comercial entre o oceano Pacífico e o mar do Caribe. “*Não quero entrar para a história, quero é entrar no canal*”, dizia Torrijos na reportagem de Nepomuceno.<sup>269</sup> O presidente chegou a decretar a data de assinatura do tratado, 11 de agosto, como dia nacional do país, mas isso acabou não se confirmando –a data nacional do Panamá é 3 de novembro, Dia da Independência.

Pelo tratado, desde 8 de setembro de 1977, tinha sido instituída uma comissão de oito membros, sendo quatro de cada país, para administrar o canal. Antes disso, apenas o governo dos Estados Unidos controlavam a região, o que gerava uma série de protestos contrários à presença norte-americana no canal. O símbolo dessas manifestações sempre foi a queima da bandeira dos Estados Unidos, daí o título da reportagem.

Uma preocupação de *Versus* é também identificar elementos que mostrem, apesar de o Brasil pertencer à América Latina geograficamente e fazer fronteira com nove países latino-americanos, a distância cultural entre brasileiros e os vizinhos de colonização espanhola. Um desses elementos está logo na edição de

<sup>267</sup> BAGGIO, Kátia Gerab, *op. cit.*, p. 93.

<sup>268</sup> BAGGIO, Kátia Gerab, *op. cit.*, p. 95

<sup>269</sup> *Versus* número 15, outubro de 1977, “Queimem a bandeira! (a história do tratado do canal)”, p. 12.

estréia do jornal, no texto “Tarancon - os primeiros brasileiros latino-americanos”, num depoimento dos músicos do grupo ao jornalista Carlos Tibúrcio. O Tarancon foi um grupo musical dos anos de 1970 que fez sucesso nos meios artísticos alternativos. A banda, composta basicamente por jovens universitários, alguns de origem de outros países latino-americanos, misturava vários estilos típicos de cada nação da região: desde a MPB (Música Popular Brasileira), passando pelo argentino Atahualpa Yupanqui, até o chileno Victor Jara. O grupo reclama, porém, exatamente da distância cultural entre Brasil e a América Latina. Segundo eles, aqui, é mais fácil se conhecer música irlandesa (por causa da língua inglesa) ou, claro!, a norte-americana e a britânica, do que a boliviana ou a paraguaia –dois de nossos vizinhos de fronteira.

“O Brasil fica sempre separado dos outros países [da América Latina]. A gente pega um conjunto boliviano e verifica que ele também faz música da Argentina, do Equador, do Peru, do Chile. Mas não faz música brasileira. Claro, há a dificuldade do acorde [...], além da unidade da língua espanhola. E a influência da cultura indígena. Ganhamos muito mais dos negros africanos. Está chegando o tempo de derrubarmos esses muros. Nossa função é esta: lançar uma ponte.”<sup>270</sup>

Curiosamente, o nome Tarancon se origina de uma música de uma região mineira da Espanha.

“Historicamente há coisas muito semelhantes em toda a América Latina. Tanto nas origens, como no passado e também no futuro. Apesar de cada país, com o passar do tempo, haver acentuado uma forma própria, todos estão dentro de uma mesma situação mundial, que impõe problemas iguais para Argentina, Peru, Brasil, Venezuela, etc..”<sup>271</sup>

## Passado

*Versus* também abordava em suas páginas temas que tentavam explicar o passado comum da América Latina. O jornal buscava em alguns textos a suposta identidade latino-americana. Embora não assumisse um discurso latino-americanista, a leitura das edições do jornal deixa a impressão de que o periódico quer debater também esse tema. Uma interpretação minha: um dos primeiros textos publicados por *Versus* é exatamente “Nuestra America”, de José Martí, que foi traduzido no número 2. O jornal também volta abordar “Nuestra America” num outro texto, “Pela Pátria Grande”, em *Versus* 6.

Seguindo o padrão de *Versus* de apresentar várias formas de linguagem no jornal, Faerman vai mostrar, numa mesma reportagem, prosa e verso. “Tupac Amaru – Vida y muerte do Filho do Sol” reúne, na edição 3, o que o jornalista gaúcho chama de “narrativas” sobre o famoso índio, mesclando poesias incas.

<sup>270</sup> “Tarancón, os primeiros brasileiros latino-americanos”, *Versus* número 1, outubro de 1975, pp. 10-11.

<sup>271</sup> “Tarancon”, op. cit..

“Nossos antepassados Mamma Olla e Manco Capac tinham muita sabedoria, coisa grande foi o que fizeram, com muito bom pensamento. Nós tínhamos uma legislação e um Estado muito bom porque nossos avós tinha sabedoria para isto. Eles construíram Cuzco, Pisac, Ollataitambo, Machu Pichu. Se eles fizeram, por que não podemos nós fazer? Mas a Espanha levou tudo. Despojou este meu país. Roubou todo meu ouro e minha prata. E por culpa daqueles que chegaram com Francisco Pizarro, nós retrocedemos para o atraso e a ignorância, o esmagamento total de nossa cultura; não temos casa, não temos dinheiro, levaram tudo. Por isto, para conquistar tudo isto, nosso companheiro Tupac Amaru levantou-se. Agora, tudo o que pensou Tupac Amaru, seu grito, está renascendo. Agora, a vida está fervendo.”<sup>272</sup>

As palavras, segundo Faerman, são de Saturnino Huilka, um “velho inca que vive”.

Daniel Mantenho Cabixi era um índio da tribo Pareci, no Mato Grosso. Foi para a cidade e fez todos os estudos de “homem branco”. Após terminar o terceiro colegial, quis voltar para sua tribo.

“Dada a formação que tive e o meio ambiente [sic] que frequentava nos tempos de estudante, sofria de um complexo de inferioridade que era o seguinte: sentia vergonha de ser filho de índios. Sentia um desprezo de mim mesmo porque desprezando e rechaçando os meus antecedentes desprezava a mim mesmo.”<sup>273</sup>

Trata-se de um texto escrito pelo próprio Daniel. O índio, segundo minha interpretação de *Versus*, é uma metáfora de uma América Latina que igualmente vive um impasse: quem é? É seu passado pré-colonial? Ou apenas o que veio depois de Pizarro, Colombo? Ao mesmo tempo que nega seu passado, a América Latina nega a si própria, como Daniel.

O ensaísta argentino Ariel Dorfman, que viveu também no Chile e nos Estados Unidos, escreve um artigo em *Versus* 4. “Imaginação e violência na América Latina” enfoca mais a literatura da região. Fala que o tema da violência está presente em várias obras de latino-americanos, como em *El Astillano*, de Onetti, *Hombres de Maiz*, de Gaspar Ilom, *El Siglo de las Luces*, de Alejo Carpentier, *Cien Años de Soledad*, de Gabriel García Márquez, *Gracias por el Fuego*, de Benedetti e *La Region más Transparente*, de Carlos Fuentes. A partir de várias obras, porém, o ensaísta vai abordar a América Latina como um todo. “A agressão começou há muito tempo. A América é fruto de uma violência prolongada, de um saque contínuo, da guerra civil e fratricida em toda sua geografia.”<sup>274</sup>

<sup>272</sup> FAERMAN, Marcos, “Tupac Amaru, vida y muerte do Filho do Sol”, *Versus* número 3, fevereiro de 1976, pp. 3-6.

<sup>273</sup> CABIXI, Daniel Mantenho, “Sentimentos de um índio”, *Versus* número 3, fevereiro de 1976, p. 10.

<sup>274</sup> DORFMAN, Ariel, “Imaginação e violência na América Latina”, *Versus* número 4, março/abril de 1976, pp. 31-36.

O mesmo Dorfman volta a aparecer nas páginas do jornal dois anos depois. Eric Nepomuceno o entrevista em “Tudo é arma!”. Na interpretação do escritor, Dorfman é um exemplo vivo do que ele chama de “diáspora latino-americana”.

*“O que vem acontecendo no Chile e nos outros países da América Latina desde 1973 é a maior emigração intelectual, ou uma das maiores, de toda a história da humanidade. Essas pessoas saíram da América Latina ‘acossadas pela barbárie’ ou pelo silêncio [...] Mas também o exílio mostra que ‘nós’ (os escritores, por exemplo) não sabemos aproveitar o público que tínhamos antes dos golpes [...] A dominação cultural que sofre nosso continente faz parte do fenômeno de nossa derrota.”*<sup>275</sup>

O escritor alemão Hans Magnus Enzensberger também marca presença em *Versus*. Seu artigo “Cesar Vallejo – poeta e homem da América” é publicado na edição de número 8. O poeta peruano aparece como uma metáfora do desconhecido, de uma América Latina igualmente desconhecida. Ele nasceu num vilarejo do Peru chamado de Santiago de Chuco, que tinha em 1978 e também no início do século XX como única via de comunicação com o mundo exterior uma estreita e empoeirada estrada. O nome de Vallejo passou a ser “redescoberto” depois da Segunda Guerra Mundial. Mas em torno do nome do poeta de origens indígenas, como 90% da população do Peru –lembra Enzensberger–, há um sina pelo desconhecido. Os historiadores não sabiam sequer o ano de nascimento de Vallejo. Havia uma dúvida em torno de 1892 ou 1893. Sabia-se, porém, que ele era mestiço e que Santiago de Chuco era um lugar muito atrasado, quase esquecido do resto do mundo. A avó por parte de pai era índia e falava quéchuá; o avô era espanhol... “Vallejo jamais comemorou seu aniversário. Em toda sua vida nunca soube quantos anos tinha. Em 1938 foi internado e, depois de vários exames e análises, não sabia a sua doença. Na Sexta-feira Santa do ano de 1938, Vallejo morreu de fome.”<sup>276</sup> O jornal fala do desconhecido e dos mistérios em torno da vida de Vallejo, um poeta peruano, e ao mesmo tempo, está falando também da América Latina. Afinal, o que se sabe sobre a história latino-americana? O que é, aliás, latino-americano? É o índio? O negro do Caribe? O negro do Brasil? O ítalo-argentino? O descendente de japoneses de São Paulo? Ou o de Lima? E Vallejo? Quando nasceu?

A história de uma pequena comunidade da Guatemala chamada Chichicastenango onde sobrevive a cultura maia é o objeto de “A Memória viva”, texto da jornalista argentina Diana Belessi, ex-colaboradora da revista *Crisis*.

<sup>275</sup> NEPOMUCENO, Eric, “Tudo é uma arma”, *Versus* número 18, fevereiro de 1978, pp. 30-31.

<sup>276</sup> ENZENSBERGER, Hans Magnus, “Cesar Vallejo, poeta e homem da América”, *Versus* número 8, março de 1977, pp. 36-39.

*“Os camponeses maias guatemaltecos, assim como todas as comunidades indígenas da América, assumiram formas religiosas sincréticas, onde se fundem, neste caso, as idéias maias antigas com uma forma rural de catolicismo. Ambos os sistemas influíram mutuamente, um sobre o outro, a tal grau que é difícil reconhecer agora as formas mais ou menos puras que deviam encontrar-se no momento da conquista. A política das igrejas cristãs na América, no primeiro momento e por muito tempo, foi autocrática e etnocêntrica, propondo-se a uniformizar os povos indígenas, dominados do ponto de vista social, cultural e religioso. Em meio a essa paisagem, aparece na Guatemala a figura de Maximón, símbolo da dualidade religiosa de um povo.”*<sup>277</sup>

*Versus* apresenta, com base em texto de Nathan Wachtel, “A Dança dos vencidos”. Conta a história de Atahualpa, o último dos incas. “Até nossos dias, por ocasião de suas festas tradicionais, certos povos indígenas revivem a conquista espanhola. Cada ano, no Peru ou na Bolívia, os camponeses se reúnem na praça da cidade e representam ‘A tragédia da morte de Atahualpa’. Na Guatemala, a manifestação folclórica mais popular é a ‘A dança da conquista’. No México, obras como a ‘Dança das plumas’ ou ‘A grande conquista’ introduzem novamente as figuras de Montezuma, Cuanhtemoc e Cortez.”<sup>278</sup> Atahualpa foi executado em 1533 por ordens de Pizarro.

---

<sup>277</sup> BELESSI, Diana, “Memória Viva”, *Versus* número 13, agosto/setembro de 1977, p. 24.

<sup>278</sup> WACHTEL, Nathan, “A dança dos vencidos”, *Versus* número 15, outubro de 1977, p. 16.

## **CONCLUSÕES**

O projeto editorial original de *Versus*, executado em sua primeira fase (outubro de 1975 a setembro de 1978), defendia entre suas prioridades a busca pela suposta identidade latino-americana. Em 23 edições –do número 1 ao 23–, o jornal tentou colocar essa proposta em prática. Como discuti na Introdução, *Versus* se apresentou, dentro da imprensa alternativa, como uma opção –*alternativa* mesmo, repetindo a palavra– original. Seu diferencial em relação a outros jornais nanicos foi exatamente tentar mostrar essa América Latina. Não apenas a região dominada –no presente daqueles anos 70– por Estados autoritários, mas também a América Latina que busca conhecer seu passado. Para isso, o termo cultura em *Versus*, como se viu na Parte I, foi fundamental. Minha hipótese é que o jornalista Marcos Faerman, influenciado pela rica produção cultural no Brasil entre 1946 e 1964, impôs ao jornal o lema “cultura como forma de ação política”. Penso que Faerman tenha tratado a cultura como forma de resistência, como forma de um alerta para seus leitores. Isso demonstrado em suas reportagens denunciando a repressão na América Latina.

Na Parte II, procurei mostrar a visão que o jornal tinha de América Latina. Diferentemente de outros órgãos da imprensa, *Versus* quer apresentar o que corresponderia de fato à América Latina. De maneira alguma, o jornal quer oferecer visões distorcidas sobre os países da região. O historiador Rafael Baitz, por exemplo, demonstra em seu trabalho como as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* viam os países latino-americanos entre 1954 e 64. Diz ele:

*“Exóticos e politicamente instáveis, o golpe militar e os atentados políticos tornaram-se, portanto, o tema por excelência quando se falava da América Latina. Este imaginário da desordem, em contraponto à ordem das instituições políticas brasileiras, foi, com maior ou menor intensidade, sendo reproduzido durante toda a década analisada, recebendo nuanças o tonalidades diferentes a partir da Revolução Cubana [...]”*<sup>279</sup>

Será que o jornal consegue ser mais fiel à realidade?

*“A América Latina é um quebra-cabeças de povos e história. Um enigma. Nossos povos não desconhecem apenas a verdade do presente, mas do passado. Há um drama comum. E uma comum tarefa de construção de um mundo digno.”*<sup>280</sup>

A frase talvez prove que *Versus* não tivesse um conceito sobre a América Latina, não via a América Latina como algo uno e uniforme. Isso talvez mostre que a proposta do jornal era na verdade buscar uma identidade e o seu nome em si mostra esse dilema: versus, contra, em oposição a, em combate a, em direção oposta a, entre uma coisa e outra, uma oposição.

No aniversário de dois anos, o jornal traz um editorial à página 2 tentando explicar que *Versus* continua seu caminho.

<sup>279</sup> BAITZ, Rafael, “A América Latina é Assim...”, In BAITZ, Rafael, **Um Continente em Foco: A Imagem fotográfica da América Latina nas Revistas Semanais Brasileiras (1954-1964)**, São Paulo, USP, 1998 (dissertação de mestrado). P. 108.

<sup>280</sup> *Versus* número 5, junho de 1976, editorial (sem título), p. 2.

“Nossas propostas foram presevadas: um olhar atento para os povos vizinhos, fazendo o relato destes tempos em que a história, às vezes, se constrói nas lápides dos cemitérios [...] Sempre nos preocupamos com a linguagem, procurando o vital e não o repetitivo e burocrático.”<sup>281</sup>

Na verdade, o jornal nesse momento já está totalmente tomado pela Convergência Socialista e as palavras acima são uma tentativa de se auto-afirmar. No mesmo texto, o periódico anuncia sua “nova organização editorial”, com um conselho de redação: resultado de uma “prática coletiva, que se pretende cada vez mais coletiva.”

Quatro meses depois, em fevereiro de 1978, o jornal volta a se questionar. Pergunta-se: “Um novo *Versus*? E a resposta é sim.” É o editorial de *Versus* 18.<sup>282</sup> O texto dá uma desculpa para a mudança de rumo. Para o editorial, a “tarefa histórica de *Versus*”, a “visão continentalista de *Versus* sofreu ataques dos mais variados setores.” Basicamente de três setores: 1) intelectualismo da “universidade moldada na cultura européia”; 2) esquerda com teses do século XIX; 3) indústria cultural imperialista. Destaca, por outro lado, uma função importante de *Versus* no Brasil: a denúncia da opressão e da barbárie em Uruguai, Argentina e Chile, entre outros. Mas dá o golpe final contra o projeto editorial de *Versus*:

“Nós tínhamos clareza que, ao nível de nosso país, as tarefas de *Versus* eram frustrantes. Era preciso ganhar em clareza, aprofundar nossas análises, solidificar o pensamento de nossa redação, para, de uma forma mais correta, ao menos, sermos mais úteis aos nossos leitores e –que diabos!– ao nosso povo.”<sup>283</sup>

O editorial também descarta totalmente a “cultura como forma de ação”, lema de Faerman e de *Versus*, e assume o discurso político-partidário, como se vê nas capas das edições 17, 20 e 21, (*Figuras 16, 15 e 17, respectivamente, na seção Anexos deste trabalho*).

“Pela Pátria Grande”, publicado no bimestre outubro/novembro de 1976, é o texto de Wagner Carelli inspirado em “Nuestra America”, de José Martí. A chamada de capa para esse artigo é: “O sonho da América Unida”.

“Breve é a história da Pátria Grande. A bandeira de uma única e gigantesca nação do rio Grande à Terra do Fogo durou o tempo da libertação [...] A bandeira da América tremulou tão efêmera quanto a liberdade que então se conquistava [...] Então interesses mesquinhos violentaram a terra livre. Mesquinhos se tornaram os governos e as idéias. E o imenso continente se diluiu em vinte pequenas formas de pensamento...”<sup>284</sup>

O tema é o sonho de Bolívar de unir toda a América.

<sup>281</sup> *Versus* número 15, outubro de 1977, editorial (sem título), p. 2.

<sup>282</sup> *Versus* número 18, fevereiro de 1978, editorial, p. 2.

<sup>283</sup> *Versus* número 18, fevereiro de 1978, editorial, p. 2.

<sup>284</sup> CARELLI, Wagner “Pela Pátria Grande”, *Versus* número 6, outubro/novembro de 1976, pp. 4-5.

“No Alto Peru, Norte da Argentina, cria-se um novo Estado, fruto da política portenha de Bernardo Rivadavia, habilmente controlada pelos ingleses. Bolívar se desespera: as antigas Províncias espanholas deveriam construir, indissolúveis, os Estados da Pátria Grande. E o Alto Peru fazia parte da Província do Rio da Prata. Seu desânimo será fatal. O novo país recebe, cinicamente, seu nome: Bolívia. O paradoxo transforma-se rapidamente em tragédia.”<sup>285</sup>

“Nuestra America” tinha sido publicado na edição de estréia de *Versus*. Sua reedição demonstra na verdade uma preocupação do jornal em enfatizar um projeto.

Mas a pergunta que deve ser feita sobre *Versus* é a seguinte: ao dizer que dá voz aos “vencidos”, aos índios, aos negros, aos perseguidos latino-americanos, o jornal tem mesmo um projeto para a América Latina? A resposta não é tão simples de se dar. *Versus* está preocupado sem dúvida em dar espaço à cultura latino-americana. Ao abordar sobre a América Latina e tentar buscar as origens comuns dos vários países da região, o jornal sem dúvida tem essa preocupação. É preciso, porém, discutir brevemente aqueles anos 70 para tentar chegar a uma resposta. O Brasil está inserido num processo comum a todos os países latino-americanos do período. Os Estados Unidos, liderando um bloco, o capitalista, encabeçam a luta contra o comunismo da URSS (União das Repúblicas Socialistas e Soviéticas) na chamada Guerra Fria. A política norte-americana para a América Latina é prioritária para o governo de Washington. Grande parte dessa preocupação dos Estados Unidos se deve à Revolução Cubana (1959). Os norte-americanos temiam que o movimento liderado por Fidel Castro se alastrasse por outros países da região. Desde o século XIX, os Estados Unidos adotavam a política do *big stick* (numa tradução livre, “política do porrete”), originada no governo de Theodore Roosevelt. Segundo essa política, “as potências européias não tinham o direito de intervir ou de tentar recolonizar a América.”<sup>286</sup> O *big stick* era adotado num contexto de independências de países da América Latina da Espanha e de Portugal (no caso do Brasil). Com essa política, os Estados Unidos se viram livres para iniciar um imperialismo na região, principalmente com as ocupações em Porto Rico, Havaí, Filipinas, a intervenção em Cuba e o estímulo ao separatismo panamenho.

O *big stick*, porém, acabou ficando desgastada com o tempo. Os países latino-americanos passaram exigir, em conferências internacionais, o respeito ao direito de autodeterminação da região e o princípio da não-intervenção. Foi nesse contexto que Franklin Roosevelt, eleito em 1933, anuncia uma nova postura frente à América Latina: a “política da boa vizinhança”. Nos anos que se seguiram, o governo de Washington manteve sua preocupação voltada para os

---

<sup>285</sup> CARELLI, op. cit.

<sup>286</sup> MOURA, Gerson, *Tio Sam Chega ao Brasil, a penetração cultural americana*, São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 15.

conflitos na Europa. A partir de 1939, sua prioridade passa a ser a Segunda Guerra Mundial.

Após o fim do conflito na Europa, os Estados Unidos se envolveram no período mais intenso da Guerra Fria com a URSS, o que gerou uma divisão de forças entre os dois países no continente europeu. No final da década de 50, o conflito capitalismo x comunismo chegou à América, com o movimento liderado por Fidel Castro. Isso fez o governo de Washington se reorganizar. Com a Revolução Cubana, o medo norte-americano de o modelo castrista se espalhar pelo continente fez nascer a “Aliança para o Progresso”.

A historiadora Maria Lígia Coelho Prado explica:

“O medo de que a revolução [a Revolução Cubana] fosse ‘exportada’ fez com que o governo de John Kennedy, adotando uma ótica diversa, propusesse uma política, a ‘Aliança para o Progresso’, que pretendia reparar as injustiças do capitalismo e promover o desenvolvimento para impedir que os pobres e desesperados se levantassem em armas.”<sup>287</sup>

Como outros países da América Latina, o Brasil é, na concepção dos Estados Unidos, um objeto de grande interesse nos anos de Guerra Fria. Segundo a historiadora Mary Anne Junqueira, a América Latina era vista pelos norte-americanos como um mercado livre a ser conquistado. Em **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**, Mary analisa a visão que tinha a revista *Seleções* sobre a América Latina. Para ela, a publicação levou em conta o “imaginário profundamente enraizado na cultura norte-americana sobre a Conquista do Oeste [dos Estados Unidos], o mito da fronteira e a idéia de *wilderness*”.<sup>288</sup>

“Via-se a América Latina como mercado para os produtos norte-americanos, espaço de um mercado consumidor crescente. Lugar de enriquecimento para quem estivesse disposto a arriscar a enriquecer por lá. E o norte-americano empreendedor, o self-made man podia ser novamente o ‘pioneiro’ nesse processo, o ator qualificado para fazer progredir a região.”<sup>289</sup>

Claro que, para *Versus*, a América Latina não era um mercado consumidor. Embora o jornal não tenha tido a preocupação de conceituar o termo América Latina, é possível ver no periódico a ligação da expressão à idéia de oposição. Primeiro, oposição ao lugar-comum de ver a região como uma área subdesenvolvida, sem cultura própria e sem perspectiva. Segundo, oposição também à dominação norte-americana, mais ou menos na linha defendida por Alfredo Bosi, em seu texto “O Nacional e suas Faces”:

“América Latina é um conceito que nasceu e tem crescido em um clima de oposição. América: o que não é Europa. Latina: o que não é anglo-saxão ou, mais aguerridamente, o

<sup>287</sup> PRADO, Maria Lígia Coelho, “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”, In MOTA, Carlos Guilherme, **Viagem Incompleta – A Grande Transação**, São Paulo, Editora do Senac, 2000, p.342.

<sup>288</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne, **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970)**, São Paulo, USP (tese de doutorado), 1998, p. 90.

<sup>289</sup> JUNQUEIRA, Mary Anne, *op. cit.*, pp. 99-100.

que não é norte-americano. É quase impossível pensar 'América Latina' fora desse contexto polêmico de anticolonialismo. Foi a história da empresa imperialista, primeiro inglesa, depois ianque, agora multinacional, que veio alimentando em alguns círculos intelectuais, desde os fins do século 19, uma consciência latino-americana [...] De fato, o que manteria viva e coesa a idéia de uma América Latina se não fosse o forte sentimento de espoliação e domínio que une os povos ibero-americanos, e os opõe, em bloco, às nações ricas do Norte?"<sup>290</sup>

Só que o jornal não assume isso diretamente, jamais deixou clara essa posição. É preciso levar em conta também que *Versus* é um projeto editorial interrompido. Sua confecção teve início, talvez tenha possuído um meio, mas jamais teve um fim. O projeto original de *Versus* partiu da equipe de Marcos Faerman naquele sombrio outubro de 1975 e foi freado pelo grupo da Convergência Socialista, que, no bojo do processo de abertura política de Geisel e Figueiredo e no retorno do sistema multipartidário ao Brasil, mudou radicalmente o jornal. O periódico paulistano teve sua fase para colocar em prática a "busca da identidade latino-americana" do número 1 –em outubro de 1975– até o 24 –setembro de 1978. Depois, a CS interrompe essa etapa, muda o projeto editorial de *Versus* e impõe um novo estilo.

Também é preciso deixar claro que *Versus* é um produto com fortes traços de improviso: não só pela profissão do jornalista –que sempre está correndo e fechando os textos com atraso–, mas também porque quase todos da equipe do jornal tinha, além de *Versus*, um emprego fixo numa empresa de comunicação. As reuniões de pauta eram feitas às 22h, 23h, 0h, depois que cada um trabalhou durante dez, doze, quatorze horas nas redações de algum jornal paulistano.

O improviso está tão marcado em *Versus* que o jornal, embora queira buscar uma suposta identidade da América Latina, não contempla com destaque a questão do negro no Brasil e na região. O jornal fala em índios, mestiços, descendentes de europeus, japoneses, judeus, palestinos, mas quase se esquece literalmente do negro. Mesmo estando num país com forte presença negra, *Versus* não dá um devido espaço ao negro nos primeiros números. Faerman e sua equipe se mostram encantados com a América Latina dos índios, mas não vê que o africano que veio para a América trazido como escravo também compõe a estrutura étnica da região. Principalmente num aspecto valorizadíssimo do jornal: o cultural. *Versus* só vai se dar conta do negro e vai lhe dar devido reconhecimento na edição de número 12, julho-agosto de 1977, quase dois anos após seu nascimento. Nessa edição, o jornal cria na capa –e mantém isso até o último número, o 34, em outubro de 1979– o selo "Afro-América Latina" e inaugura um espaço interno –chamado de seção pelo própria publicação–, sempre variando entre duas e três páginas em média, com reportagens sobre a cultura negra e a história de alguns países da África. (*Em Anexos, ver Figuras 9 e 10.*)

<sup>290</sup> BOSI, Alfredo, "O Nacional e suas Faces", In *Revista de História*, volume "Eurípedes Simões de Paula: in memoriam, São Paulo, FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da USP, 1993, p. 35.

Na Figura 9, pode-se reparar que, acima do logotipo de *Versus* 11, há o termo América Latina. Na Figura 10, embora a impressão não tenha ficado clara, acima do logotipo da edição 12 está escrito: Afro-América Latina).

Nas seis primeiras edições de *Versus*, houve apenas duas chamadas de capa para assuntos relacionados ao negro. Será somente na edição de número 7 que o jornal dá uma manchete ao tema: “Guerra na África Negra” (dezembro de 1976). Mesmo assim, até o número 9 (abril de 1977), a publicação de Faerman só irá falar da situação política da África (como na edição 7, sobre a guerra em Guiné Bissau) e de sua arte divulgada na Europa (como em *Versus* 1, “A arte negra”), sem tocar na questão da cultura negra na América Latina. O primeiro texto de *Versus* a tratar a questão do negro de origem africana na região é editado apenas no número 10, em maio de 77 –ou seja, mais de um ano e meio depois de sua estréia como jornal. Trata-se de “O negro e o cinema brasileiro”. Diz seu autor:

*“No cinema, o negro brasileiro representou apenas um papel passivo [...] Desde este início [do século XX], o negro nunca deixou de ter sido demonstrado nas telas. Em papéis secundários ou como mero figurante, exerceu nos filmes as atividades que lhe eram reservadas na vida: empregados domésticos, favelados, sambistas, macumbeiros, jogadores de futebol, malandros e escravos. O cinema refletindo a realidade.”*<sup>291</sup>

Na edição seguinte, o jornal vai apresentar um comentário sobre “25”, o filme que o diretor de teatro José Celso Martinez, à época exilado na África, faz ao lado de Celso Luccas sobre a situação em Moçambique. Mas será apenas no número 12 que *Versus* passa a dedicar um espaço para o negro. A reportagem com chamada de capa anuncia o “renascimento da imprensa negra”. O texto em suas páginas internas quase que se desculpa pelo fato de não ter incluído o negro com destaque em suas edições anteriores:

*“Afro-latino-américa, e não apenas América Latina, porque define melhor a importância da presença africana nesta parte do mundo. Nossas raízes africanas –prova da vitalidade e resistência do negro às situações criadas pelo colonialismo– vêm sendo avaliadas com maior exatidão e resulta da ação de novas correntes que emergem nas comunidades de origem africana. Uma das fontes de inspiração de Afro-latino-américa é a imprensa negra, que por seis décadas viveu na sociedade brasileira [...] Desde 1961, ano em que circularam os últimos periódicos negros, até recentemente, houve um intervalo [...]”*<sup>292</sup>

A partir de então, o jornal vai dar mais espaço à questão do negro, mas voltar-se-á sobretudo aos temas políticos ocorridos na África. Apesar desse espaço, percebe-se que a edição por que passa a seção “Afro-latino-América” é diferenciada em relação ao restante do jornal. A dizer que o acabamento estético dessa seção não recebe o mesmo tratamento, como nas edições de *Versus* 13 (agosto/setembro de 1977) e 14 (setembro). Mesmo na edição de estréia de “Afro-latino-América”, no número 12, isso ocorre. Há um texto de apresentação

<sup>291</sup> RODRIGUES, João Carlos, “O negro e o cinema brasileiro”, *Versus*, número 10, maio de 1977, p. 19.

<sup>292</sup> “Afro-Latino-América”, *Versus*, número 12, julho/agosto de 1977, p. 30. O grifo é do texto original.

(cujos trechos reproduzi acima) e outras reportagens que se perdem na distribuição da página. No número 15, o texto “Contra o racismo: por uma nova história”, a seção denuncia a ausência de representantes do governo brasileiro no I Congresso da Cultura Negra na Colômbia. Novamente, a diagramação é confusa, com textos cujas letras têm diferentes corpos e tamanhos.

No Brasil de 1977, há informação suficiente para se falar do negro na sociedade brasileira. A exemplo do que *Versus* fez com histórias sobre índios brasileiros (como Daniel Mantenho Cabixi, na edição 3), o jornal poderia ter mostrado desde sua criação, em outubro de 1975, a cultura negra no Brasil. Mais do que isso, há vários países na América Latina com forte presença de descendentes de africanos, como em várias nações do Caribe, como em Cuba.

Num texto que se origina de sua pesquisa de livre-docência, em 1989, Jorge Schwartz analisa os conceitos de negritude e negrismo na América Latina. O segundo se refere às manifestações literárias. Sobre o primeiro, ele diz:

*“Embora a negritude seja um conceito polêmico, difundido nos anos 30 [do século XX] por Aimé Césaire e Léopold Senghor, optamos nesta antologia pelo emprego dessa denominação para indicar as manifestações ideológicas que dizem respeito à identidade do negro, assim como às reivindicações políticas dos anos 20 e 30 [também do século XX], especialmente em Cuba e no Brasil.”*<sup>293</sup>

Não consigo estabelecer aqui uma explicação para a falta de destaque do negro em *Versus* antes da edição 12. Minha hipótese é que a equipe de Faerman tinha uma visão romântica de América Latina, fortemente influenciada por sua “cultura de fronteira”. Faerman, como muitos outros jornalistas de *Versus*, era gaúcho. Na visão romântica do jornalista, a América Latina recebia grande influência das culturas argentina e uruguaia, principalmente com seus escritores-ídolos: Walsh, Cortázar, Galeano, Onetti, entre outros. Nesses países, a participação de negros é pequena. Daí *Versus* comete um grave erro ao não dar o devido destaque ao negro em suas edições anteriores à 12. Sua equipe se dá conta depois, cria um espaço para a cultura africana, mas mesmo assim essa seção recebe tratamento diferenciado. Além disso, há que se questionar até que ponto o jornal não explorou entre 1975 e 77 a questão do negro e –principalmente– do negro cubano por causa da censura.

Outro problema: *Versus* em nenhum momento procurou, ao menos, tentar definir objetivamente o conceito do termo América Latina. O historiador norte-americano John Phelan é quem vai conceituar o termo em seu artigo “El Origen de la Idea de America”.<sup>294</sup> Segundo ele, a origem do termo é francesa. Sobretudo

<sup>293</sup> SCHWARTZ, Jorge, “Negrismo e Negritude”, In SCHWARTZ, Jorge, *Vanguardas Latino-Americanas – Polêmicas, Manifestos e Textos Críticos*, São Paulo, Edusp/Illuminuras/Fapesp, 1991, p. 587.

<sup>294</sup> PHELAN, John L., “El Origen de la Idea de America”, In *Latinoamerica, Cuadernos de Cultura Latinoamericana*, número 31, México, Unam, pp. 4-21.

a partir da década de 1830, a França inicia um processo de expansão colonial na África (com a Argélia), na Ásia e na América. Aqui, o projeto se deu principalmente com a empreitada desastrosa de Napoleão III no México. Um dos primeiros nomes a exaltar a idéia foi o economista político Michel Chevalier (1806-1879). Foi ele que teve a idéia de a França construir um canal no Panamá.

*“Para Chevalier, el objetivo principal de la expedición mexicana era crear una fuerte barrera en el Río Grande para impedir la marcha de los anglosajones. [...] Un México orientado hacia el panlatinismo era el sine qua non para que Francia pudiera asegurarse una participación en la explotación de las riquezas del nuevo mundo.”*<sup>295</sup>

Apesar de ter usado a idéia, não foi Chevalier quem cunhou a expressão pela primeira vez. Ainda segundo Phelan, foi L. M. Tisserand, na *Revue des Races Latines*, em 1861, ano que começou a campanha francesa no México.<sup>296</sup>

O governo francês da época tinha o receio de que a expansão norte-americana rumo ao México fosse atrapalhar seus planos na América Central. Por isso se criou o termo América Latina, dando a idéia de que a França fosse uma espécie de líder de todos os latinos. Claro que o termo recebeu inúmeras críticas, dentro da França, inclusive. Primeiro porque não existe uma raça latina; segundo porque justamente o México, diziam alguns críticos, não era bem é latino, mas sim formado em sua maioria por índios e mestiços.<sup>297</sup>

Phelan discute em seu texto que a campanha francesa no México não teve sucesso. Paralelamente, ele debate a aceitação ou não da campanha panlatinista de Napoleão III no México.

De qualquer forma, em *Versus* essa discussão sobre o termo não será feita. As pretensões francesas na região ruíram totalmente logo após a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-18). Na década de 1970, o termo está mais relacionado a uma oposição ao imperialismo norte-americano do que a alguma estratégia francesa de colonialismo, como demonstrou Bosi.<sup>298</sup>

Mas voltando à questão: *Versus* tinha um projeto para a América Latina? Sim, essa é a resposta. E qual era esse projeto?

*“Acontece que um grupo de jornalistas e intelectuais concluiu que era necessária uma publicação voltada para o presente, o passado e o futuro de nosso continente. Conhecemos muito pouco de nossa imagem real. Desde os tempos coloniais, recusamos nosso ser continental. Isso era conveniente para o dominador de plantão.”*<sup>299</sup>

O projeto do jornal é exatamente esse. Por isso, o periódico não segue os padrões de um jornalismo que só busca as “novidades”, apenas os assuntos que aconteceram ontem, ou na semana passada, ou no mês passado (como no caso

<sup>295</sup> PHELAN, *op. cit.*, p. 8.

<sup>296</sup> PHELAN, *op. cit.*, p. 19.

<sup>297</sup> PHELAN, John L., *op. cit.*, p. 17.

<sup>298</sup> Ver nota 213.

<sup>299</sup> *Versus* número 7, dezembro de 1976, editorial, p. 2.

do mensal, às vezes bimestral, *Versus*). O projeto de *Versus* é buscar entender o que é América Latina. E essa pergunta recorre a assuntos não apenas de seu passado (pré-colonial ou não), mas também de seu presente. Para Marcos Faerman e sua equipe, a “*América Latina é um quebra-cabeças de histórias. Um enigma. Nossos povos não desconhecem apenas a verdade do presente, mas do passado. Há um drama comum. E uma comum tarefa de construção de um mundo digno.*”<sup>300</sup> Esse é o projeto de *Versus*. Quando fala de passado, tenta entender quem é o índio latino-americano, Tupac Amaru (*Versus* 3), o índio brasileiro Daniel (*Versus* 4); ou quando tenta mostrar quem é o poeta César Vallejo, um peruano que, como a América Latina, não conhece seu passado (*Versus* 8). Quando fala de presente, mostra uma região que passa por experiências comuns: regimes militares em Brasil, Argentina, Chile, Uruguai. São os casos de relatos e dossiês como a “ArgentinAAA” (*Versus* 1), o “Buenos Aires Hora Zero” (*Versus* 5) ou as reportagens sobre o Chile (*Versus* 4, por exemplo). Para o jornal, a América Latina não sabia quem ela era e alguém precisaria mostrar ou tentar mostrar... Não conseguiu, o grupo da Convergência Socialista assumiu o comando do jornal e *Versus* alterou radicalmente seu projeto editorial, sua identidade.

Nesse sentido, a identidade latino-americana é a junção do passado e do presente da região. O passado, como se viu na Parte II, é o índio que perdeu seu rumo na história ou são os incas que narram a dominação espanhola em 1548 no texto “A Tragédia do Fim de Atau Wallpa”, em *Versus* 6 (*ver Figura 2, em Anexos*). Trata-se de um texto descoberto em 1952, na Bolívia, escrito por um autor desconhecido, onde é narrado o espanto dos incas durante a invasão espanhola.<sup>301</sup> O presente é o clima de repressão causada pelos golpes de Estado na América Latina a partir de 1964 e as crises econômicas e sociais refletidas diretamente em suas populações. Em *Versus*, fala-se desde 1975 de censura, de tortura, de desaparecidos políticos sem que o jornal tenha sofrido pressão direta por parte dos serviços de seguranças. *Versus* jamais teve censura prévia nem seus integrantes foram presos. Pesquisei no Arquivo do Estado de São Paulo, junto aos inquéritos do DEOPS, os nomes dos principais jornalistas de *Versus* na primeira (toda a equipe de Faerman) e na segunda fase (equipe da CS). Fiz o mesmo nos dados disponíveis sobre o Projeto Brasil Nunca Mais no Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp. Não encontrei nenhum jornalista do periódico que tenha sido preso ou ao menos interrogado.

<sup>300</sup> Editorial de *Versus*, número 5, junho de 1976, p. 2.

<sup>301</sup> “A Tragédia do Fim de Atau Wallpa”, *Versus*, número 6, outubro/novembro de 1976, p. 35.

## **BIBLIOGRAFIA**

## Livros, dissertações e teses

AFONSO JÚNIOR, Delfim, **Alternativa Jornalística x Poder Editorial: Uma abordagem dos jornais político-culturais no pós-68**, Brasília, Departamento de Comunicação da UnB (Universidade de Brasília), 1982 (dissertação de mestrado)

ALVES, Maria Helena Moreira, **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984**. Petrópolis, Vozes, 1984

ANDRADE, Jeferson, **Um Jornal Assassinado, A Última Batalha do *Correio da Manhã***, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1991

AQUINO, Maria Aparecida de, **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O Exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e Movimento**, Bauru, Edusc, 1999

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, **A Utopia Fragmentada – As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000

BAGGIO, Kátia Gerab, **A Questão Nacional em Porto Rico – O Partido Nacionalista (1922-1954)**, São Paulo, Fapesp/Anablume, 1998

BAHIA, Juarez, **Jornal, História e Técnica, História da Imprensa Brasileira (volume 2)**, São Paulo, Ática, 1990

BAITZ, Rafael, “A América Latina é Assim...”, In BAITZ, Rafael, **Um Continente em Foco: A Imagem fotográfica da América Latina nas Revistas Semanais Brasileiras (1954-1964)**, São Paulo, USP, 1998 (dissertação de mestrado)

BANDEIRA, Moniz, **O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil 1961-64**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983

BRAGA, José Luiz, **O Pasquim e os Anos 70: Mais pra Epa que pra Oba**, Brasília, Editora UnB, 1991

**BRASIL: Nunca Mais**, Petrópolis, Vozes, 1990

CAMPOS, Anderson (org.), **A Última Hora de Samuel – Nos Tempos de Wainer**, Rio de Janeiro, Edições ABI / Copim, 1993

CAPARELLI, Sérgio, **Comunicação de Massa Sem Massa**, São Paulo, Summus, 1986

CARVALHO, Luiz Maklouf, **Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro**, São Paulo, Editora Senac, 2001

CASTRO, Ruy, **O Anjo Pornográfico, A Vida de Nelson Rodrigues**, São Paulo, Companhia das Letras, 1994

CHINEM, Rivaldo, **Imprensa Alternativa – Jornalismo de oposição e inovação**, São Paulo, Ática, 1995

CONCEIÇÃO, Ana Cristina, “Marcos Faerman: A Reportagem está morrendo”, In MELO, José Marques de e Carlos Eduardo Lins da SILVA (org.), **Perfis de Jornalistas**, São Paulo, ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP, 1991

COUTO, Ronaldo Costa, **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura, Brasil: 1964-1985**, Rio de Janeiro, Record, 1998

COUTO, Ronaldo Costa, **Memória Viva do Regime Militar – Brasil: 1964-1985 (depoimentos)**, Rio de Janeiro, Record, 1999

DANTAS, Audálio (org.), em **Repórteres**, São Paulo, Senac, 1998

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (org.), **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 2000

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, **Ernesto Geisel**, Rio de Janeiro, FGV Editora, 1997

DARNTON, Robert, **O Beijo de Lamourette, Mídia, Cultura e Revolução**, São Paulo, Cia das Letras, 1990

- DINES, Alberto, **O Papel do Jornal – Uma Releitura**, São Paulo, Summus Editorial, 1986
- DOSSIÊ dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964**, Recife, Cepe (Companhia Editora do Pernambuco), 1995
- DREIFUSS, René Armand, **1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe**, Petrópolis, Vozes, 1987
- DUARTE, Celina Rabello, **Imprensa e Redemocratização no Brasil: um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974/78**, São Paulo, PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 1987 (dissertação de mestrado)
- DUTRÉNIT, Silvia, “Dal Margen ao Centro del Sistema Político: Los Partidos Uruguayos durante la Dictadura”, In DUTRÉNIT, Silvia, **Diversidad Partidária y Dictaduras: Argentina, Brasil y Uruguay**, México, Instituto Mora, 1996
- FAERMAN, Marcos, **Com as Mãos Sujas de Sangue – Reportagens**, São Paulo, Global, 1979
- FESTA, Regina, “Movimentos sociais, Comunicação popular e alternativa”, In FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.), **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**, São Paulo, Edições Paulinas, 1986
- FICO, Carlos, **Como Eles Agiam – Os Subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e Polícia Política**, Rio de Janeiro, Record, 2001
- GARCÍA, Pío, “Dictadura y Proyectos de Recambio: el Caso de Chile”, In PORTANTIERO, J. C., **América Latina – Proyectos de Recambio y Fuerzas Internacionales en los 80**, México, Edicol (Uila – Unidad de Investigación Latino-Americana), 1980
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner, **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**, São Paulo, Summus Editorial, 1987
- GORENDER, Jacob, **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada**, São Paulo, Ática, 1987
- IMPRENSA Alternativa & Literatura – Os Anos de Resistência**, Rio de Janeiro, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rioarte, 1987

JUNQUEIRA, Mary Anne, **Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em *Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira* (1942-1970)**, São Paulo, USP (tese de doutorado), 1998

KUCINSKI, Bernardo, **Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa**, São Paulo, Scritta, 1991

JOHNSON, Michael L., **The New Journalism**, The University Press of Kansas, 1981

JORDÃO, Fernando, **Dossiê Herzog: Prisão, Tortura e Morte no Brasil**, São Paulo, Global, 1979

LEISTER FILHO, Adalberto, **A realidade em revista: a revista Realidade, a memória dos jornalistas de uma publicação revolucionária (1965-68)**, São Paulo, Departamento de História da USP (pesquisa de iniciação científica), 1997

LIMA, Evaldo Pereira, **Páginas Ampliadas – o Livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**, Campinas, Editora da Unicamp, 1995

MARÇAL, João Batista (org.), **Marcos Faerman: Profissão Repórter**, Porto Alegre, Corag, 1999

MARCONI, Paolo, **A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)**, São Paulo, Global, 1980

MARIANO, Nilson, **Operación Cóndor – Terrorismo de Estado en el Cono Sur**, Buenos Aires, Lohlé-Lumen, 1998

MORAIS, Fernando, **Chatô – O Rei do Brasil**, São Paulo, Companhia das Letras, 1994

MOTA, Carlos Guilherme, e CAPELATO, Maria Helena, **História da Folha de S. Paulo: 1921-1981**, São Paulo, Impres, 1981

MOURA, Gerson, **Tio Sam Chega ao Brasil, a penetração cultural americana**, São Paulo, Brasiliense, 1984

MOURA, Sandra Regina, **Narrativa Jornalística (Uma leitura das reportagens de Marcos Faerman no *Jornal da Tarde*)**, Salvador, Faculdade

de Comunicação da UFBA (Universidade Federal da Bahia), 1995 (dissertação de mestrado)

O'DONNELL, G. e P. C. SCHMITTER, **Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies**, Baltimore, John Hopkins University Press, 1986

PEREIRA, Raimundo Rodrigues, “Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!...”, In FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins da (orgs.), **Comunicação Popular e Alternativa no Brasil**, São Paulo, Edições Paulinas, 1986

PORTANTIERO, Juan Carlos, “Comentarios a Esteban J. A. Righi”, In **El Control Político en el Cono Sur**, vários autores, México, Siglo Vientiuno, 1978

PRADO, Maria Lígia Coelho, “Davi e Golias: as relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX”, In MOTA, Carlos Guilherme, **Viagem Incompleta – A Grande Transação**, São Paulo, Editora do Senac, 2000

REFKALEFSKY, Eduardo, **Hélio Fernandes: A Gênese do Jornalismo Polêmico**, Rio de Janeiro, ECO (Escola de Comunicação) da UFRJ (dissertação de mestrado), 1997

RIDENTI, Marcelo, **Em Busca do Povo Brasileiro – Artistas da revolução, do CPC à era da TV**, Rio de Janeiro, Record, 2000

RIGHI, Esteban J. A., “Análisis de la Situación Argentina”, In **El Control Político en el Cono Sur**, México, Siglo Vientiuno, 1978

RIZ, Liliana de, “Militares y politica en la sociedad argentina”, In PORTANTIERO, J.C., **América Latina – Poryectos de Recambio y Fuerzas Internacionales en los 80**, México, Edicol (Uila – Unidad de Investigación Latino-Americana), 1980

SADER, Emir, **Cuba, Chile, Nicarágua**, São Paulo, Atual, 1992

SEOANE, María e MULEIRO, Vicente, **El Dictador - La historia secreta y pública de Jorge Rafael Videla**, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2001

SERBIN, Kenneth, **Diálogos na Sombra – Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**, São Paulo, Cia das Letras, 2001

SILVA, Carlos Eduardo Lins da, **Mil Dias**, São Paulo, ECA/USP (tese de livre-docência), 1987

SILVA, Carlos Eduardo Lins da, **O Adiantado da Hora - A Influência Americana sobre o Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, Summus Editorial, 1991

SILVA GALDAMES, Osvaldo, **Breve Historia Contemporânea de Chile, México**, Fondo de Cultura Económica, 1999

SKIDMORE, Thomas, **Brasil: de Castelo a Tancredo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso, **A Volta aos Quartéis, a Memória Militar sobre a Abertura**, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995

STEPAN, Alfred, **Os Militares: da Abertura à Nova República**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986

TASCHNER, Gisela, **Folhas ao Vento: Análise de um Conglomerado Jornalístico no Brasil**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992

TCACH, César, "Partidos Políticos y Dictadura Militar en Argentina (1976-1983)", In DUTRÉNIT, Silvia, **Diversidad Partidária y Dictaduras: Argentina, Brasil y Uruguay**, México, Instituto Mora, 1996

WAINER, Samuel, **Minha Razão de Viver, Memórias de um Repórter**, Rio de Janeiro, Record, 1988

WALSH, Rodolfo, **Operación Masacre**, Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 2000

WOLFE, Tom, **The New Journalism**, New York, Harper & Row, 1973

## Artigos e reportagens

“A Trajetória de Brizola”, In *Folha de S. Paulo*, 29 de maio de 1994, p. 1-10

ARAÚJO, Luís C. Eblak de, “A Igreja reage”, *Folha de S. Paulo*, 7 de junho de 1998, caderno Mais!, p. 5-4

BLACKBURN, Robin, “A Brief History of *New Left Review*”, In *New Left Review*, [www.newleftreview.net](http://www.newleftreview.net)

BOSI, Alfredo, “O Nacional e suas Faces”, In *Revista de História*, volume “Eurípedes Simões de Paula: in memoriam, São Paulo, FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) da USP, 1993

DINES, Alberto, “Jornal dos Jornais”, *Folha de S. Paulo*, 4 de janeiro de 1976.

FAERMAN, Marcos, “A Imprensa Alternativa”, In *Cadernos de Comunicação Proal*, número 1, São Paulo, 1977

FAERMAN, Marcos, “Ex entrevista *Crisis* com provas de muita simpatia”, In *Ex*, número 11, 1975.

FAERMAN, Marcos, “O Crime no Novo Jornalismo”, In *Crítica da Informação*, agosto/setembro de 1983. Também na Internet, no site Profissão Repórter: [www.geocities.com/TheTropics/8662/faerman1.htm](http://www.geocities.com/TheTropics/8662/faerman1.htm)

FARO, J. S., “Raízes Culturais de Nossa Imprensa Contemporânea”, In *Revista de Cultura Vozes*, nº 6, volume LXXI, agosto de 1977

LAGE, Nilson, “A Reforma do *Estadão* – ou a teoria, na prática, é outra”, In *Observatório da Imprensa*, número 76, 5 de outubro de 1999 (também na Internet, [www.observatoriodaimprensa.com.br](http://www.observatoriodaimprensa.com.br))

LANDO, Vivien, “Nanicos em fase de crescimento”, In *Imprensa*, São Paulo, número 27, novembro de 1989

LYSIAS, Cláudio, “Era uma vez o nariz-de-cera”, In *Revista de Comunicação*, ano 2, número 7, novembro de 1986

“MARCOS Faerman” (texto sem autor), *Esquina de SP*, Faculdade Cásper Líbero, número 18, junho de 1999. Na Internet:

<http://www.facasper.com.br/jornalismo/esquinas/esquinasjornalistas1/faerman.htm>

MENEZES, Cynara, “Voto encerra era socialista na Espanha”, In *Folha de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1996

MUNHOZ, Sidnei, “Fragmentos de um Possível Diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos”, In *Revista de História Regional*, Universidade Estadual de Ponta Grossa, vol. 2, número 2, Inverno de 1997. Na internet: [www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm](http://www.rhr.uepg.br/v2n2/sidnei.htm)

O’DONNELL, Guillermo, “Argentina: A Macropolítica e o Cotidiano”, In *Lua Nova*, São Paulo, vol. 4, nº 2, abril-junho de 1988, nº 14

O’DONNELL, Guillermo, “Argentina – La Cosecha del Miedo”, In *Nexos*, México, janeiro de 1983, nº 61 (versão na internet: [www.nexos.com.mx](http://www.nexos.com.mx))

PHELAN, John L., “El Origen de la Idea de America”, In *Latinoamerica, Cuadernos de Cultura Latinoamericana*, número 31, México, Unam

RAINHO, João Marcos, “Marcos Faerman, Repórter”, In *Anuário*, São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 1999, [www.facasper.com.br](http://www.facasper.com.br)

## Referências

ABREU, Alzira Alves de; Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão (coord.), **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** (cinco volumes), Rio de Janeiro, FGV Editora, 2001

*Folha de S. Paulo* – Manual da Redação, São Paulo, Publifolha, 2001

*Folha de S. Paulo* – Manual Geral da Redação, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1984

Novo Manual da Redação da *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha de S. Paulo, 1992

## **Jornais**

*Versus*, coleção completa (Banco de Dados da *Folha de S. Paulo*)

*Folhetim* (suplemento da *Folha de S. Paulo*), números 1, 2, 4, 12, 15 e 20

Jornal *Ex*, coleção do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp

*O Estado de S. Paulo*, edição de 13 de fevereiro de 1999